

CAROS AMIGOS

A Jangada do Sul

GETÚLIO, JANGO E BRIZOLA

Gilberto Felisberto Vasconcellos

 Casa
Amarela

© by Gilberto Felisberto Vasconcellos

Preparação e revisão: Luciana Paixão

Foto da capa: álbum de família

Capa e projeto gráfico: M&N Produções Editoriais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vasconcellos, Gilberto Felisberto
A Jangada do Sul : Getúlio, Jango e Brizola / Gilberto Felisberto
Vasconcellos. — São Paulo: Editora Casa Amarela, 2005.

1. Brasil - Política e governo, 1930- 2. Brizola, Leonel, 1922-2004
3. Goulart, João, 1918-1974 4. Nacionalismo - Brasil
5. Partidos políticos - Brasil 6. Trabalho - Brasil
7. Vargas, Getúlio, 1883-1954 I. Título.

05-3808 CDD-320.98106

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História política, 1930-
320.98106
1. Brasil : Política e governo : Século XX
320.98106

Direitos de edição em língua portuguesa reservados

À Editora Casa Amarela Ltda.

Rua Fidalga, 162 – São Paulo – SP – CEP 05432-000

Telefone: (11) 3819-0130 Fax: (11) 3819-5710

Email: livros@carosamigos.com.br

Site: www.carosamigos.com.br

*Ao incentivo de Brizola Neto por
cultuar a memória de seu avô.
Agradeço.*



EDITORA CASA AMARELA

Revistas • Livros • Serviços Editoriais

Diretoria: Marina Amaral, Sérgio de Souza, Wagner Nabuco de Araújo

CAROS AMIGOS

“Três traves atadas entre si”

Luis da Câmara Cascudo

Sumário

Prelúdio à Almadia.....	11
Memória do futuro	15
Esfinge	23
Nova classe dominante	53
Retorno ao recalçado	69
Brizolismo pós-Leonel Brizola e o enigma brasileiro	113

Prelúdio à Almadia

Aidéia norteadora deste *Jangada do Sul* é que a descolonização política a favor da soberania nacional principia com a revolução de 1930, mas é interrompida em 1964. Esse processo se identificará com a vigência do getulismo de 1930 a 1964, não obstante o período JK-Jânio (1955 a 1961) com as suas concessões ao capital estrangeiro.

O ano de 1964 representa a ruptura com o nacionalismo getuliano cada vez mais alijado pela “abertura democrática”, culminando com o enterro da era Vargas feito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e pelo PT (Partido dos Trabalhadores), os dois partidos paulistocêntricos papiricadores do capital estrangeiro monopolista.

O progresso nacional dos últimos 40 anos é píffo, dir-se-ia obscuro, pois reprimiu as reformas de base: a agrária e a nacionalização dos lucros. O poder atual desqualifica o trabalho do cidadão brasileiro.

Continuamos afundados na ditadura financeira de 1964.

João Goulart e Leonel Brizola tiveram por objetivo a bela missão civilizatória de realizar o desígnio trabalhista e antiimperialista de Getúlio Vargas.

Em maio de 1963, Leonel Brizola discursou na Câmara Federal: “entre a minha despreziosa pessoa e a do presidente João Goulart existe um elo. Este elo é a carta de Vargas. Enquanto a carta estiver presidindo, orientando os nossos caminhos, nós estaremos juntos, como juntos estaremos todos nós, os que estão devotados a esta jornada pela libertação do nosso povo”.

É claro que existe também continuidade histórica pela direita. Os governos Sarney, Collor e FHC levaram adiante o entreguismo de

alguns milicos apaterados. O paradoxo embutido na derrota do nacionalismo vargojangobrizolista é que, sob o signo da democracia, houve uma progressão do domínio multinacional alienando o território brasileiro e colocando em risco a sua unidade. Leonel Brizola, desde 1959, repudiou um desenvolvimento brasileiro dependente do imperialismo.

Nossa infeliz contingência histórica, nossa desgraça, nosso azar, com o qual tivemos, temos e teremos ainda de lidar, é que já no início do século XX o desenvolvimento industrial brasileiro esteve submetido ao imperialismo. Nossa prosperidade é obstaculizada pelas forças econômicas externas, porém essa verdade histórica sobre o ser colonizado não consegue persuadir a opinião pública.

A mensagem multinacional da cultura de massa, cretina e sedutor, é que o Brasil carece de investimento estrangeiro para crescer e progredir: o que é multinacional é popular. As urnas consagram os candidatos antinacionalistas ou indiferentes à realidade da dominação externa.

Foi necessária a interrupção do processo democrático em 1964 para que a ideologia do capital estrangeiro monopolista se tornasse dominante. Os detratadores de Leonel Brizola, muitos deles empoleirados nas chefias das redações dos jornais e cátedras acadêmicas, diziam-no avoengo, anacrônico e ultrapassado por repisar as “perdas internacionais”. O regresso do país aos trilhos da democracia pós-64 o teria deixado tonto e confuso; afinal, o imperialismo não é esse monstro que está a fim de arrebear com a vida da gente.

Conciliemos democracia e dominação imperialista, eis o pregão tucano da dependência: mas é impossível conciliar o imperialismo com uma estrutura social, econômica e cultural que seja nacional. Nosso país não é capaz de existir para si e para o seu povo. É por isso que o espírito político de Leonel Brizola está por aí a rondar os espaços destes Brasis.

Depois da Segunda Guerra Mundial o contexto ideológico trazia clivagem entre nacionalismo e imperialismo norte-americano: pró ou contra. O contexto da Guerra Fria, Guerra da Coreia, “Petróleo é Nosso”, ascensão de Vargas pelo voto popular e a conspiração

entreguista desencadeada contra ele no início da década de 1950. O jovem Leonel petebista, como mais tarde explicitou, tinha consciência da situação privilegiada dos Estados Unidos saídos territorialmente imunes dos efeitos destrutivos da guerra, aumentando a sua riqueza, interferindo na reconstrução capitalista da Europa e disseminando o seu domínio para os países do Terceiro Mundo – no caso brasileiro erguendo e sedimentando a superestrutura da americanização em todos os níveis da cultura, notadamente na área da música popular e do cinema.

Se Leonel Brizola, como todo jovem aos vinte e poucos anos, ouviu e dançou música americana, se vestiu conforme os galãs do *american movie* com bigodinho à la Clark Gable – sobre isso não disponho de informação e tampouco tenho elementos para afirmar se ele era um americanofóbico depois da bomba ianque em Hiroshima.

Os filmes roliudanos de guerra mostravam que se não fossem os norte-americanos, Hitler seria vitorioso; mas no meio da esquerda havia a aura militar da União Soviética e, a seguir, houve a revolução chinesa com Mao Tse-tung. A perspectiva do socialismo na ordem do dia. Isso não deixou de repercutir junto aos estudantes da Faculdade de Engenharia de Porto Alegre. Em 1945 Leonel Brizola tinha 23 anos, Luís Carlos Prestes saía da prisão e a União Soviética gozava de enorme prestígio na luta contra o nazifascismo.

Em 29 de outubro de 1945 estava deposto Getúlio Vargas. A “redemocratização” à la Dutra. Junto com o sindicalista José Vechio, Leonel Brizola se dedica à criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), elegendo-se, em 1947, deputado estadual aos 25 anos. Getulista, trabalhista, nacionalista, antiimperialista, mantendo-se coerente até a sua morte em 2004, ou seja, durante mais de meio século. Mudou certamente de tática algumas vezes, adaptou-se às circunstâncias, sofreu derrotas, errou na escolha de determinados companheiros, mas não abjurou jamais de seu entusiasmo por Getúlio Vargas. Não distinguia o “ditador” do democrata, embora declarasse ter maior admiração pelo segundo governo. Fato é que se condenasse ética e politicamente o Estado Novo, não teria ingressado no PTB de Getúlio Vargas, a cuja deposição em 1945 ele foi contrário, o que o colocou

no alvo da direita como um “caudilho” que não tinha apreço pela democracia. Essa fama injusta o acompanhou a vida inteira, insuflada pelos seus inimigos e adversários, estes sim em várias ocasiões golpeando a ordem democrática e a Constituição. O defensor da legalidade foi acusado de desprezar as regras do jogo democrático, estigmatizado de violento, grosso, incendiário. Na verdade ele foi um dos políticos mais democratas, vítima de um golpe de Estado; e, quando de volta do exílio, quase foi fraudado nas eleições de 1982 para governar o Rio de Janeiro: o escândalo Proconsult. Sete anos depois, com a primeira eleição direta a presidente da República, em 1989, o Tribunal Superior Eleitoral deu vários indícios de que estava favorecendo o candidato Fernando Collor, por meio da contagem dos votos feita pelo ínclito Francisco Rezek, o qual logo após a vitória “collorida” foi alçado à condição de chanceler pelos serviços prestados no TSE.

As eleições de 1989 haviam sido fraudadas sob a aquiescência do PT de Lula, principalmente em Minas Gerais, e com o silêncio cúmplice da Igreja e da Teologia da Libertação.

Uma de suas últimas batalhas, colocando no parada Nelson Jobim, “o advogado das multinacionais” e “namorado espiritual de FHC”, foi a denúncia contra as urnas eletrônicas que impedem a recontagem dos votos, favorecendo as falcatrues eleitorais.

Quem viver, verá se o prognóstico brizolista a respeito das urnas eletrônicas estava ou não correto.

Memória do futuro

“A história dos homens descomunais deve começar a escrever-se à lâmpada de seu túmulo”, escreveu o escritor português Camilo Castelo Branco. Essas palavras aplicam-se a Leonel Brizola. Os futuros historiadores se incumbirão da tarefa de desvendar e explicar a sua tumultuária atividade política iniciada no ano de 1945 em Porto Alegre, perfazendo quase 60 anos de militância trabalhista empenhada na luta pela soberania nacional. Sem dúvida foi ele, dentre todos os líderes trabalhistas, o que mais tempo esteve pugnando nas lides políticas, excedendo a Getúlio Vargas e João Goulart. A sua dedicação à causa do povo não deve aquilatar-se sob o ângulo apenas cronológico, ou seja: mais de meio século. O que está em questão é a qualidade da práxis e do pensamento de Leonel Brizola, inclusive em cotejo com Getúlio Vargas e João Goulart, não para simplesmente apontar o melhor, mas sim com intuito de compreender a atuação de cada um e as suas circunstâncias históricas, tendo em mira que dos três grandes representantes do trabalhismo, Leonel Brizola não conseguiu chegar à Presidência da República. Seria tolice dizer que não chegou lá por incompetência ou inaptidão pessoal, pois a história urdida pelos interesses poderosos daqui e do exterior o colocou como o principal homem público a ser abatido nos últimos 50 anos. E a força mais atuante e poderosa da história tem sido a do imperialismo norte-americano. Isso, contudo, não significa que ele não tenha se equivocado em algumas de suas escolhas e atitudes, tal qual sucedeu em 1989 quando foi buscar Fernando Lyra para ser vice em sua candidatura a presidente da República, que não teve voto nem mesmo em Caruaru, a cidade natal dele.

E foram poucos os votos de diferença em relação a Lula, os quais não deixaram Leonel Brizola disputar o segundo turno com Fernando Collor, de quem certamente ganharia a eleição.

O ano de 1989 foi decisivo. A partir daí não haveria para Leonel Brizola mais chance de alcançar a Presidência da República. Aos olhos de muitos trabalhistas, ficou claro que nesse ano a estrela do PT, Luís Inácio Lula, havia cumprido a suprema tarefa para a qual foi designado quando despontou no sindicalismo do ABC paulista: tirar Leonel Brizola do párcio impingindo-lhe o estigma de velho, de ultrapassado, de gagá. E nisso colaborou em perfeita sintonia a chamada subcultura jovem da televisão pelo comando da TV Globo: quem não era jovem não tinha chance de ganhar em 1989, data em que se calculou a disputa final entre Lula e Collor, os dois candidatos formados culturalmente sob o influxo da videoesfera e satisfeitos com o *status quo* televisivo.

A derrota do líder trabalhista mostrou que a ditadura de 1964 não permaneceu na memória coletiva como uma fase ruim e deplorável da vida brasileira. Em se tratando de um homem público afeiçoado ao significado da história, deve com certeza ter-lhe surgido a idéia de que durante as primeiras eleições presidenciais em 1989, depois do longo e prolongado jejum eleitoral, era o momento em que estava sendo julgado pelo povo o caráter antinacional e antipopular da ditadura de 1964. Jango, em 1989, não estava vivo e Darcy Ribeiro não foi um exilado que comeu o pão que o diabo amassou como Leonel Brizola, verdadeiro mártir do golpe de Estado em 1964 e demiurgo da política brasileira até a sua morte na efeméride dos 50 anos do doutor Getúlio.

A metáfora de que se valeu para indigitar a continuidade de 1964 foi “estufa da ditadura”, por onde cresceu a candidatura de Fernando Collor derrotando Luís Inácio Lula nas eleições de 1989. É possível lançar a hipótese de que Leonel Brizola superavaliou o caráter desastroso do golpe de 1964, o acontecimento que tirou do eixo a civilização brasileira.

A semelhança do filósofo Hegel, o líder do PDT (Partido Democrático Trabalhista) estava ciente da impossibilidade de falar de projeto

para a nação sem memória. Por isso ninguém como ele cultuou tanto o legado getuliano, desde quando fundou o PTB em 1945 no Rio Grande do Sul, logo depois da Segunda Guerra Mundial. À época toda a classe dirigente, inclusive os militares, deixou-se fascinar pelo modelo estaduniense. Não haveria outro caminho a seguir senão o dos norte-americanos. Foi contra essa compulsão à cópia que se insurgiu o jovem trabalhista gaúcho ao ingressar na política com a alma surpreendentemente descolonizada.

“Três traves atadas entre si”. Luís da Câmara Cascudo definiu assim a jangada. Por isso escolhi esse título e essa epígrafe a fim de realçar o laço indissolúvel entre os três grandes líderes do trabalhismo nacionalista e sua continuidade histórica. Ainda que haja algumas diferenças de estilo entre eles, é impossível desconsiderar suas afinidades.

Conto aqui a história da minha viagem. No mês de agosto de 2004 fui convidado para palestrar sobre Getúlio Vargas na Unisinos, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, onde tive a oportunidade de encontrar-me com a minha ex-colega da USP, Maria Vitória Benevides. Não a via há muitos anos. Tivemos um percurso ideológico distinto: ela, carioca, indo morar em São Paulo, fundadora do PT; eu, paulista, sentando praça em Petrópolis, Rio de Janeiro, brizolista, ou melhor, vargojangobrizolista.

Maria Vitória Benevides, historiadora do período Jotaká, orientada por Francisco Weffort, estava decepcionada com o seu orientador acadêmico e desgostosa com os rumos do PT e de Lula. Ela me disse que ganhou do professor Milton Santos um exemplar do meu livro *O Príncipe da Moeda*. O saudosos professor, a quem não tive o prazer de conhecer pessoalmente, dizia que ele e ela eram as únicas pessoas que não levaram bordoadas no meu opúsculo de 1997 sobre FHC. Embora imersa no ambiente verbal petista e convivendo de perto com a mistificação do “populismo” alardeado por Francisco Weffort, Maria Vitória tinha admiração e simpatia por Getúlio Vargas. Nos cursos de ciências sociais o ex-presidente é visto de maneira desfavorável por causa da criminalidade acadêmica, ou seja, a degradação intelectual universitária cúmplice do descalabro material e espiritual da vida brasileira. E, em termos de criminalidade acadêmica, a USP

não está sozinha nesse processo, em cuja origem encontra-se o golpe de 1964. São Paulo tirou vantagens desse golpe em comparação com o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Não por acaso o poder durante a abertura democrática é de feição paulistocêntrica, seja com o manto tucano ou sob o macacão petista, espalhando-se pelos Brasis satelizados.

O bicho carpinteiro de Francisco Weffort, bandeando-se de Lula para FHC, mal havia sido apurada a última urna das eleições de 1994, não deve ser encarado apenas como um exemplo esdrúxulo de esperança. Por que de ideólogo de Lula a ministro de FHC? Weffort é a interface do PT e do PSDB no ódio ao vargojanguibrizolismo.

Maria Vitória Benevides me contou que dona Darci, mulher de Getúlio Vargas, freqüentava a casa da avó dela no Rio de Janeiro. O golpe ditatorial pró-norte-americano de 1964 é anti-Vargas, mas a democracia também abomina a sua vida e a sua obra, de modo que a civilidade anti-Vargas continua.

As duas tendências políticas derrotadas são o trabalhismo nacionalista e o marxismo. O curioso é que os argumentos comunistas contra o atrelamento compulsório do sindicato ao Estado getuliano foram retomados pelo partido que nasceu com objetivo de se opor ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a Leonel Brizola: o Partido dos Trabalhadores. O perfunctório marxismo ensinado nas universidades é contra a tradição vargojanguibrizolista, como se Vargas tivesse desvirtuado a classe operária brasileira rumo ao socialismo. A impressão que se tem, ao ler e ouvir esse tipo de xaropada acadêmica, é que a classe operária paulista na década de 1930 já se apresentava como uma classe para si, dotada de maturidade política a fim de realizar sua missão histórico-universal, mas eis que surge o grande vilão – o Estado getulista – e põe tudo a perder com a repressão desencadeada contra os comunistas em 1935 e 1937.

Embora considerado mais à esquerda do que Getúlio e João Goulart, da década de 1960 em diante Leonel Brizola iria retomar o reformismo da integração de pobres e assalariados acreditando na viabilidade de um capitalismo nacional autônomo, em vez de se insurgir contra a existência da economia de mercado. Vá lá este mérito:

reconhece-se que Brizola compreendeu a contradição do Brasil com o imperialismo norte-americano, mas lamentavelmente do ponto de vista interno – a luta de classe entre capital e trabalho – ele teria passado ao largo de um projeto socialista revolucionário, seduzido pelo burguês Getúlio Vargas, tido como agente do imperialismo desde 1934, e que obstraculizou o caminho ao socialismo. O “governo odioso de Vargas”, segundo Prestes em 1935, teria de ser derrubado pelas armas. Revolução proletária à vista! Para isso havia condições objetivas, conforme diziam os líderes Prestes e Miranda, ambos equívocos de acordo com o idôneo historiador marxista Nelson Werneck Sodré em seu livro *A Intentona Comunista de 1935* (Mercado Aberto, Porto Alegre, 1986). O levante armado de 1935 foi uma decisão política equivocada da cúpula do PCB, e não tomada pela Internacional Comunista, embora o PCB – aliás, este não participou nem contribuiu para a vitória da revolução de 1930 – estivesse subordinado à Internacional Comunista. A partir daí o anticomunismo, tomando conta dos quartéis militares, correu solto. Muita gente foi presa e, logo a seguir em 1937, veio o Estado Novo, mas no levante comunista de 1935 a massa não teve a menor participação, nem tampouco o proletariado. Destarte, o operariado brasileiro também esteve ausente na revolução de 1930. Segundo Nelson Werneck Sodré, em 1930 o partido comunista “apresentava cerca de 1.000 aderentes”.

Carece de fundamento a tese de que o getulismo arrebentou com os comunistas e, graças à artimanha da substituição do sindicalismo autônomo pelo sindicalismo peleguista atrelado ao Estado, tirou a combatividade revolucionária da classe operária da década de 1930 em diante. Autor brizolista da *Era Vargas*, José Augusto Ribeiro assinala que o golpe de 1937, conjurado pelos militares, iria acontecer com ou sem a presença de Getúlio Vargas, embora não haja relação de causa e efeito entre a Intentona de 35 e a implantação do Estado Novo de 1937. Muitos intelectuais relatam em reconhecer que a Intentona de 35 foi um produto ideológico colonizado a mando ou guiado de fora, isto é, pelo aparato stalinista que, em meados dos anos 1930, havia destruído todos os bolcheviques leninistas e trotskistas. Adversário de qualquer força ideológica colonizadora na

sociedade brasileira, Glauber Rocha, em seu romance *Riverão Susuarana*, assinala que antes de 1935, Luís Carlos Prestes desprovido de filosofia nacional, foi obnubilado pelo pensamento soviético quando Astrogildo Pereira lhe deu para ler o pacote de livros marxistas no final da década de 1920.

Getúlio Vargas, estudante de direito em Porto Alegre, não foi anticomunista, anti-socialista, tampouco filho de papai reacionário. Ele foi um aluno inteligente revelando-se um jovem intelectual de mão-cheia em suas dissertações acadêmicas no curso de direito, publicadas por Décio Freitas e Álvaro Laranjeira num livro que ganhou o título *A Serpente e o Dragão*, inspirado em texto do filósofo sergipano Tobias Barreto, o primeiro intelectual a citar Karl Marx no Brasil, lido e curtido pelo estudante Getúlio Vargas no limiar do século XX.

Surpreendi-me com a aproximação Tobias Barreto - Getúlio Vargas, porque isso refuta a mentira sobre o “caudilho antiintelectual” divulgada pelos seus inimigos, principalmente em São Paulo, conforme testemunhei estudando ciências sociais na USP durante a década de 1970. A UDN (União Democrática Nacional) com as suas ramificações no jornal *O Estado de São Paulo* e nas universidades apresentou Getúlio Vargas como um “caudilho” grosso, rude, inculto, o que absolutamente não condiz com as suas dissertações acadêmicas em que patenteia a influência do positivismo de Augusto Comte e que irá ressoar mais tarde na legislação trabalhista, aspecto realçado por Darcy Ribeiro insurgindo-se contra a interpretação petista que o filia ao fascismo de Mussolini. Além de Comte, o historiador Décio Freitas chama a atenção para a influência de Saint-Simon com objetivo de sublinhar que da Faculdade de Direito de Porto Alegre se formou a intelectualidade que fez a revolução de 1930. Com o pensador Saint-Simon, de quem Augusto Comte foi secretário, a revolução burguesa de 1930 surge fecundada pelo socialismo utópico. Saint-Simon criou a palavra “industrial”, depositou esperança nas conquistas da indústria e foi seguido no Brasil pelo Barão de Mauá. Elogiado por Engels, incorporado por Marx – “cada um segundo a sua capacidade, a cada um conforme as suas obras” – Saint-Simon, que morreu em 1825,

estará fazendo a cabeça do jovem Getúlio Vargas em Porto Alegre no início do século XX. Em seu livro *Ciências Sociais, Barbárie e Socialismo*, Ariosvaldo Figueiredo sintetiza os feitos do socialista utópico: “Saint-Simon em proposta apresentada ao México, defende o canal do Panamá. Não é só, ainda muito jovem ele deixa a Europa, atravessa o Atlântico para, com o marquês de La Fayette (1757-1834) e George Washington (1732-1796), lutar pela independência dos Estados Unidos”. Em 1906, estudante de direito, Vargas citava Marx, Lassale e Proudhon. As origens da legislação trabalhista de Vargas estão no positivismo castilhana, e não em Mussolini, dizia o escritor gaúcho Anselmo Amaral, autor de *Getúlio Vargas: Vítima da Espoliação* (Martins Fontes, Porto Alegre, 1984).

Esfinge

O ex-presidente Vargas foi impedido de levar adiante um projeto nacional para o Brasil que, nos últimos 50 anos, trilhou um caminho contrário ao que foi projetado em sua *carta-testamento* sobre o auto-domínio da nacionalidade. O nacionalismo propugnado por ele, adverso à condição do Brasil como exportador de dólares, além de não ter vingado na atualidade, é tido como um desejo político-autárquico que caducou. Essa é a história escrita pelos vencedores. A direita entreguista sente indistigável volúpia em dizer que ele foi um perdedor, um fracassado, um derrotado. Os seus discípulos, a exemplo de João Goulart, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, também não se deram bem na política, não conseguiram materializar o desígnio nacionalista e trabalhista oriundo da revolução de 1930. O getulismo antiimperialista é a negatividade na história do Brasil há meio século. E mais: uma negatividade reprimida e sabotada, embora volta e meia apareçam novos coveiros da era Vargas.

Por que o sangue de Getúlio rolou em 1954? Hélio Silva foi simpático à aprontação reacionária do 1932 constitucional paulista, mas o seu talento de historiador percebeu a grandeza civilizacional embutida no ideário de Vargas. No dia 24 de agosto de 1954 o golpismo da UDN, liderado pelo endolarado Carlos Lacerda, sofreu uma derrota momentânea. Também o Partido Comunista pediu a cabeça de Vargas, quando este enfrentava os interesses do imperialismo norte-americano. O suicídio dele pegou todo mundo de calça curta. O povo saiu às ruas comovido, depreendendo tanto jornal comunista quanto jornal udenista. Esse gesto trágico teve uma inequívoca eficácia política, ao

afastar a resistência armada e a renúncia vexatória. As forças políticas antidemocráticas e antinacionalistas que queriam a renúncia de Vargas foram as mesmas que derrubaram João Goulart e implantaram a ditadura em 1964. Desde então o trabalhismo nacionalista getuliano não mais conseguiu chegar ao poder.

Getúlio Vargas teve de enfrentar em 1932 o movimento constituinte de São Paulo, em 1935 o levante comunista contra o Catete e em 1938 o levante integralista; no quadro internacional surgem o stalinismo a partir da morte de Lenin em 1924, a ascensão do nazifascismo na década de 1930, a Segunda Guerra Mundial na década de 1940 e a Guerra Fria na década de 50. Um presidente da República que não teve sossego. Em 1954 um jornal do PCB estava pedindo a sua cabeça, acusando-o de laço do imperialismo norte-americano quando se empenhava na criação da Petrobrás. Getúlio Vargas andava nas ruas sem guarda pessoal até 1938, data do levante integralista contra o Palácio do Catete, considerado o primeiro plano político terrorista que existiu no Brasil. “Para o povo, o suicídio é o drama. Mais sentido do que analisado”, segundo o historiador Hélio Silva, paulista, adepto do 32 constituinte, amigo de Armando de Salles Oliveira, que nos legou no entanto uma excelente historiografia sobre a vida de Vargas, e que até hoje é fonte de consulta e de análise. Eis o que escreveu em 1937: “O Estado Novo precisa ser situado no seu tempo. Há nele, por mais estranha que pareça, menos do continuísmo de Vargas do que da determinação dos militares de decidirem dos distritos da República, que haviam programado. Com ou sem Vargas teria sido implementado o Estado forte no Brasil”. O Estado Novo recebeu elogio de Barbosa Lima Sobrinho, prefácio ao livro *Os Partidos Políticos e o Estado Novo* de Plínio de Abreu Ramos: “Mas há que se ver em 1937 um golpe de Estado destinado a cortar as asas do fascismo indígena”.

Na Europa Hitler atrapalhou nossa vida aqui no Brasil. Com a Segunda Guerra Mundial os EUA de Roosevelt, cujo *New Deal* foi uma invenção do cinema falado, se converteram no paladino da democracia e do arsenal da liberdade. Em *Dialética do Iluminismo*, Adorno e Horkheim delineiam a convergência material e ideológica entre

os Estados Unidos do *New Deal* (Hollywood) e a Alemanha nazista, em que subjaz o laço indissolúvel do fascismo com a indústria cultural. Mais tarde, em sua *Histoire du Cinéma*, Jean-Luc-Godard iria pôr ênfase no advento do cinema falado que deu força para Roosevelt e Hitler, assim como o paralelo Hitleroliudi foi acentuado pelo crítico norte-americano Fredic Jameson em *O Marxismo Tardio*: a “nascente tecnologia de comunicação de massa” e o seu impacto nas esferas públicas dos EUA e da Alemanha, ou seja, a inter-relação entre “a democracia de massa norte-americana e o interregno nazista na Alemanha”.

No Brasil da década de 1930 tem início a influência roliudiana em nossa cultura – a tal da americanização – com o rádio e o cinema. Isso coincide com a política nacionalista do Estado Novo que, no entanto, não teve condições de barrar a influência da indústria cultural norte-americana. A americanização ocorre durante o nacionalismo cultural do Estado Novo. Antes, em 1933, *O Rei da Vela* de Oswald de Andrade teatraliza o imperialismo norte-americano como comunicação de massa, o que coincide com o samba godardiano de Noel Rosa sobre o cinema falado no Rio de Janeiro.

O Estado Novo getuliano não é o fascismo, nem o stalinismo nem o nazismo alemão, mas também não se enquadra no conceito de democracia. Desde 1936 Vargas e Roosevelt mantinham relações. Não tem o menor cabimento afirmar que o gaúcho de São Borja morria de amores por Hitler. As personalidades que mais o influenciaram no Rio Grande do Sul foram Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado. Em sua biblioteca de estudante havia os seguintes autores: Darwin, Kant, Nietzsche, Spencer, Carlyle, Baudelaire, Zola, Euclides da Cunha e Raul Pompéia.

Os editoriais do jornal *O Estado de São Paulo* pichavam Vargas de bronco, enquanto o intelectual de verdade era o inglês Churchill. Os ideólogos da *hacienda* latifundiária exportadora são os responsáveis entre nós pela mistificação da “civilizada” Inglaterra. Muito já se escreveu sobre a ditadura estado-novista, se ela viria com ou sem a presença de Vargas, emanada de fontes militares, regime submetido à vigilância policial, repressivo, tortura, prisão de intelectuais, famigerado Dip, terror

cultural, censura, supressão dos partidos políticos e do sufrágio popular. Ainda que lamentando a prisão de Monteiro Lobato, Pagu, Luís Martins, Graciliano Ramos, Luís Carlos Prestes, assinala Darcy Ribeiro em seu livro *Aos Francos e Barrancos*: “O Estado Novo só conserva do getulismo anterior sua postura nacionalista e seu forte sentido de responsabilidade social diante dos trabalhadores – especialmente dos trabalhadores assalariados –, traços que o contrastam flagrantemente com todos os outros governos brasileiros, opondo o seu reformismo e o seu nacionalismo ao reacionismo antipopular e ao entreguismo de toda a classe dirigente que se identifica como liberal”.

Em 1964 o liberalismo dá um golpe de Estado, prende, tortura, mata, depreda a cultura, arrocha o salário, elimina as lideranças trabalhistas e nacionalistas, entrega o país ao domínio das multinacionais e do imperialismo. Com Sarney, Collor e FHC novamente o liberalismo imprime a orientação dos governos, tal qual sucederá com o “discurso da cidadania” de Lula no poder de braços dados com as multinacionais e o capital financeiro. É por isso, entre outros motivos (inclusive no cotejo com a ditadura de 1964), que o significado do Estado Novo tem sido atualmente objeto de reflexão em nossa historiografia, a exemplo de Mônica Pimenta Velloso no ensaio “Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo”, publicado no livro *O Brasil Republicano* (Civilização Brasileira, 2004, coletânea de Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, volume 2). O que me chamou a atenção foi o que deixou de existir depois do Estado Novo, especialmente a partir de 1964, sobretudo nas duas últimas décadas em relação à auto-imagem do intelectual e o que a respeito dele se pensa, tendo em mira que durante oito anos tivemos um sociólogo na Presidência da República cioso de seu *status* de intelectual acadêmico, o que coincide com uma época em que o intelectual não é mais o porta-voz de coisa alguma, confinado a seu mundinho privado, cada um cuidando de seu quintalzinho, de sua couve e de sua especialidade, sentindo-se insignificante ou inócuo diante da importância de um âncora de TV e de um marqueteiro de eleições.

Com o Estado Novo surge a concepção do intelectual como guia de um povo analfabeto, preocupado com a educação cívica e emocional

da massa. A propósito do nacionalismo cultural estatuante do Estado Novo, escreve a historiadora Mônica Velloso: “a idéia do intelectual na condição de representante ou de intermediário capaz de exprimir a vontade popular, que será realizada pelo Estado”. Modernismo de 22, Revolução de 30, Estado Novo. Essas três coisas se entrelaçam, a despeito de Oswald de Andrade, o grande artista de 1922, correr por fora desse esquema, envolvido com o Partido Comunista, como Graciliano Ramos e Barão de Itararé. Mas outros artistas de peso, Cassiano Ricardo e Villa Lobos, estiveram comprometidos com a política cultural do Estado Novo e a sua reavaliação do nosso passado, em que Machado de Assis com a sua defesa da posição torre de marfim para o intelectual é duramente criticada, enquanto Euclides da Cunha aparece como defensor da causa do povo. Segundo Mônica Velloso: “Um dos aspectos que chamam particularmente a atenção no interior do projeto cultural estado-novista é o esforço ideológico no sentido de reconciliar o popular. Este passa a ser definido como a expressão mais autêntica da alma nacional. Ocorre, porém, que esse novo depositário da brasilidade é configurado simultaneamente como inconsciente, analfabeto e deseducado. Essa ambigüidade em relação ao popular – misto de positividade e negatividade – vai ser equacionada através de um projeto político-ideológico implementado pelas nossas elites”. Essa problemática repercutirá mais tarde no Cinema Novo de Glauber Rocha – herdeiro ideológico do Estado Novo – na tentativa de harmonizar poesia e política, tal qual aparece de forma dramática em seu filme *Terra em Transe* de 1967, assim como antes em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* o retrato das mazelas nacionais culmina com a palavra de ordem: a culpa não é do povo.

Em *Terra em Transe* o intelectual é o personagem central se debatendo entre a liderança de dois políticos, em que o povo surge sempre manipulado; todavia sobressai a vontade do intelectual em interferir nos rumos da história. A mesma problemática ressurge no filme *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro*, no qual a crise do professor em Jardim das Piranhas quando ele não sabe discernir quem são os seus inimigos, isto é, os inimigos do povo e do país. Da década de 1980 em diante, justamente quando morre

Glauber Rocha, a ideologia pós-moderna amesquinha a função do intelectual. Este já não se coloca no centro do acontecimento histórico, nem terá mais a ambição de ser porta-voz das aspirações populares; ao contrário, estará submetido à dissolução do capitalismo videofinanceiro em que está desmoralizado o projeto de “salvar a pátria” Nesse contexto a arte perde a ambição. O intelectual vai cada vez mais introyetando a idéia da impossibilidade ou inocuidade de sua intervenção transformadora da história. Darcy Ribeiro talvez tenha sido o último intelectual com perfil voluntarista e, no bom sentido, salvacionista. Nas últimas décadas tivemos no poder um *playboy*, um professor a mando dos bancos e das multinacionais – desprovido de qualquer política cultural e estética –, e um ex-operário sindicalista que entrega a cultura ao *show-business* norte-americano. A impressão que se tem, olhando o Brasil de Sarney em diante, é que sob o domínio absoluto das multinacionais na economia adianta pouco ou quase nada – com um Estado desestatuado – tomar o poder. Nesse contexto a cultura passa a ser o reflexo dos estamentos multinacionais. Repercutimos a agenda concebida pelos organismos financeiros. Papagaiamos os sintagmas “globalização”, “competitividade”, “transparência”, “cidadania”, “inclusão”, “pluralismo”, “multiculturalismo”, etc. Isso tudo sob rítmica do subintelectual orgânico de programa de auditório.

Segundo Darcy Ribeiro, o governo Vargas de 1930 a 1945 foi autocrático, nacional e sindicalista. Caiu no fim da Segunda Guerra Mundial derrubado pela potência hegemônica mundial. Os EUA não toleravam a política econômica nacionalista de Vargas. É curiosa a definição do regime estado-novista: autocrático, mas socialmente responsável, porque amparou o trabalhador contra o patrão e a polícia, deu oportunidade de organização sindical, estabilidade no emprego e salário mínimo. O presidente suicida elegeu JK, que executou, no entanto, uma política oposta à dele. Jânio Quadros e João Goulart também foram eleitos pela imagem póstuma de Vargas.

Darcy Ribeiro sublinha inúmeras vezes aquilo que a mentalidade petucana elide: o que define o regime pós-64 é menos a autocracia militar do que o seu caráter antinacional e antipopular. A ênfase à

questão do autoritarismo deixou à moita a feição entreguista do regime, porque ambos os partidos – PSDB e PT – descartam a via nacionalista modernizadora de desenvolvimento. O trabalho vargodarçajangobrizolista está convencido de que a massa oprimida e marginal, vagando desocupada pelas cidades, só pode ser incorporada socialmente com emprego mediante o fim do latifúndio e uma política antiimperialista. A palavra “patriota” como expressão do nacionalismo talvez ressurgiu um dia. O escritor mineiro Eduardo Frieiro, em seu livro *O Elmo de Mambirino* (Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1971), informou que a palavra patriota surgiu no século XVIII, sinônimo de “descontente”, opondo-se à palavra “cortesão”, que zelava pela ordem estabelecida.

ANUBIS EM SÃO BORJA

O trabalho nacionalista na política contemporânea brasileira é a única tendência capaz de dialogar com o sobrenatural, a única que tem condições de evocar o espírito dos mortos. Todo dia 24 de agosto Leonel Brizola visitava o túmulo de Getúlio Vargas em São Borja. Essa visita era sagrada. O culto do morto. De Vargas, de Jango, de dona Neuza e, agora, de Brizola. A essa tradição que conecta politicamente o vivo ao morto, não devemos esquecer a dimensão estética representada pelo mergulho de Glauber Rocha na *Jangarana*. Sua peça de teatro *Jango – uma Tragédia* coloca-o morto antes de João Goulart morrer de fato, reivindicando no carnaval a sua ressurreição: “Devorado pelo povo, o homem nasce de novo”. Sobre a função funerária na política, recorde-se o epitáfio de Marx por Engels, o epitáfio deste feito por Kautsky; o mesmo valor simbólico acontece com a *carta-testamento* dada por Getúlio a Jango. É com Leonel Brizola morto que o trabalho deverá renascer. Lembro-o analisando o governo FHC: “querem tirar da dona Ruth o direito de voto!” Glauber Rocha fez a síntese de Getúlio Vargas e Villa Lobos, a política de um com a estética do outro, mas na hermenêutica de Getúlio Vargas ninguém foi mais profundo do que Leonel Brizola, o qual fracassou em seu

desejo de ser presidente da República com a missão que lhe foi dada por Getúlio Vargas. É inevitável a pergunta passados 50 anos: o que prova a existência de Getúlio Vargas? Por que o sangue dele rolou? Posso testemunhar que na década de 1970 era antigetulista o ambiente universitário em São Paulo. Na volta do exílio Leonel Brizola passou aí desapercibido, junto com Darcy Ribeiro.

Nenhum homem público brasileiro suscitou tanta reflexão, tanto ódio e tanta admiração quanto Getúlio Vargas, cuja morte aos 71 anos pelo suicídio acrescentou a dimensão assombrosa de morto-vivo, alma errante condenada pela Igreja católica, sem direito ao túmulo, embora a mentalidade popular não seja tão severa em relação ao suicida que se mata para evitar uma derrota humilhante ou uma catástrofe social e política. Ao auto-criminoso perdoa-se por buscar uma morte honrosa, informa Luis da Câmara Cascudo em seu extraordinário livro *Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil*. Estamos assim com a morte de Getúlio Vargas em face de uma situação ambígua: o suicida mais conhecido da história do Brasil ora é execrado, ora é idolatrado. Ainda hoje. Basta recorrer ao dito, ao ato falho de FHC que sem dúvida ficará para a posteridade: a vontade emocional e política de enterrar a era Vargas pressupõe a idéia de um morto-zumbi insepulto, que não encontrou o seu paradeiro definitivo, a sua eterna moradia.

Não é aqui o lugar adequado para fazer a psicanálise dessa volúpia anti-varguista de FHC, mas este, em 1965, segundo o escritor Ariosvaldo Figueiredo, não compareceu ao enterro do pai, Leônidas Cardoso, general e deputado pelo PTB (1955-1959), defensor nacionalista da Petrobrás. Os professores e estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, o ponto de partida na carreira de FHC, não sabiam dessa ascendência paterna getuliana porque o filho fez questão de ocultá-la.

Gondim da Fonseca, escritor genial, corajoso, dizia que Carlos Lacerda escolheu como inimigo Vargas a partir de 1947, “odiava Getúlio e invejava-o, porque para o seu inconsciente, Getúlio era o pai vitorioso e nunca existiu no mundo quem mais detestasse o pai – Maurício de Lacerda – do que esse pobre, desorientado rapaz”. O pai

de Carlos Lacerda era comunista, assim como o pai de FHC nacionalista. O interesse pelo suicídio do morto, que não morre em 1954 pela primeira vez, aparece em 1969 num roteiro cinematográfico de Glauber Rocha pela voz do diabo, o inimigo de Getúlio que não o quer no inferno. Que não o aceita. “Deste dia em diante, o espírito de Getúlio Vargas vaga pelos espaços brasileiros em busca do povo”. Nessa fabulação interpretativa de Glauber Rocha a recíproca é verdadeira: o povo vai, ou deverá ir, em busca de Getúlio para orientá-lo. Uma bússola da política. Ao caráter ambulatório e surreal-barroco desse morto, cujo espectro ainda vaga por aí e, portanto um dia há de baixar, acrescenta-se o suicida textual, que se mata com explicação histórica escrita, deixando uma *carta-testamento* que continua até hoje impressionando pela beleza estética e pela verdade política, e que fez a cabeça de muita gente como Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e João Goulart.

A direita entreguista e reacionária abomina esse documento, considerando-o apócrifo, pois sua autenticidade é uma prova irrefutável sobre a dominação imperialista, que é o motivo da infelicidade do Brasil. A *carta-testamento* de 1954 coloca uma lente de aumento na contradição entre nacionalismo e entreguismo que surge na sequência da revolução de 1930. Dessa data em diante o imperialismo inglês será substituído pela hegemonia imperialista norte-americana, ou seja, exportaremos cada vez mais dólares para os Estados Unidos, portanto somos é exportadores, e não importadores de capital. O suicídio foi o desfecho trágico de um golpe de Estado e de uma deposição política. Foi colocada uma faca no pescoço do presidente: ou renuncia ou será tirado pela força. Não tendo condições de resistir pelas armas, Vargas apelou para o suicídio. Daí em diante lidamos na sociedade brasileira com a seguinte aporia: conciliar com o imperialismo é problemático porque a contradição com o imperialismo é inconciliável.

Não temos o menor controle sobre o capital estrangeiro e o que isso representa na vida que levamos. Esse é o conteúdo da denúncia da *carta-testamento*. Durante seu segundo governo, Vargas falou em “libertação nacional”. Não por obra do acaso o suicídio dele ocorreu 20 dias depois de inaugurada a Petrobrás, em 3 de agosto de 1954.

Foi precisamente aí que se orquestrou a campanha para desmoralizá-lo e tirá-lo de qualquer jeito do Palácio do Catete. Era a UDN que se articulava com Eduardo Gomes, Juarez Távora, Augusto Frederico Schmidt, Adauto Lúcio Cardoso, Carlos Lacerda, Julio Mesquita, Herbert Levy e Aliomar Baleeiro. Depois que *mister* Link, a soldo da Standard Oil, esteve por aqui para nos convencer de que no subsolo do Brasil não havia nem sequer uma gota de petróleo, chegara a hora de derrubar Vargas para destruir o monopólio estatal da Petrobrás. O inimigo do imperialismo não era a ameaça comunista, mas sim o nacionalismo brasileiro que criou a Petrobrás. Petróleo é sangue e o sangue derramado pela *carta-testamento* trazia a mensagem nacionalista de que todo petróleo e toda eletricidade pertencem ao Estado. Nenhuma empresa estrangeira deveria distribuí-los.

O imperialismo norte-americano não brinca em serviço quando a questão é petróleo ou energia. Diante disso não há Iraque que o detenha: golpe, suborno, chantagem, assassinato, invasão, guerra. O surpreendente tiro no coração do presidente Vargas naquela manhã de 24 de agosto evitou um golpe de direita que viria acontecer 10 anos depois. Eis que passado meio século, esse acontecimento ficou com a marca da singularidade no cortejo com outros presidentes da República que tiveram problemas graves de desestabilização, mas nenhum deles chegou a ponto de se matar, com o detalhe de um suicídio praticado em seu quarto de dormir dentro do Palácio. Ainda mais intrigante é que ele já havia sofrido no Catete um ataque comunista a mão armada em 1935 e um ataque integralista em 1938, além de ter sido deposto pelos militares pró-EUA em 1945.

Somos inclinados a achar que o Vargas "ditador" (o Estado Novo de 1937 a 1945) é a encarnação da maldade, porém em pleno período da Segunda Guerra Mundial imaginemos o que seria do Brasil se, no comando da nação, estivesse um Jânio, um Sarney, um Collor, um FHC, um Lula. Os historiadores não gostam quando se raciocina com base no que poderia ter sido, mas a situação limítrofe de Vargas (entre o sair da vida para entrar na história) coloca o seu último gesto no poder como um emblema, um símbolo, um roteiro, um desafio para pensar a civilização brasileira. É como se com o suicídio,

tudo o que veio depois dele tivesse de ser avaliado mais em função de seu libelo epistemológico antiimperialista do que de qualquer motivação subjetiva. É que carece de importância saber o que passou em sua cabeça no momento de se matar. Vargas se suicida e deixa o recado da palavra grafada para os vivos. Trata-se de um documento em que se nomeia o seu inimigo e do povo brasileiro: o imperialismo norte-americano. Trata-se de uma morte épico-didática num país em que a espolição externa quase nunca é concebida pelo prisma trágico. Com o seu suicídio, toda a linguagem cômica da política vira signo de direita, alienado, obscuro e corrompido, embora Getúlio Vargas tivesse sido o primeiro presidente que introduziu o riso na história da República. Dutra, por exemplo, nunca sorriu. Sisudo e burro. Em 1946 prendeu o general Horta Barbosa por ter afirmado que por aqui havia petróleo. É sintomático que a direita janizera, aquela que zela pelos interesses do capital estrangeiro, empenha-se em negar qualquer traço heróico ao suicídio de Vargas, dizendo como Carlos Lacerda que o presidente se matou na cama de pijama. A atitude de direita na historiografia, seja a brasilianista ou a da prata da casa, encara a história do Brasil sob o ângulo do humor de chanchada ou de programa de auditório.

De 1954 para cá o nacionalismo da libertação econômica e cultural do país é o grande derrotado, seja pelo golpe militar, seja pelo voto argentino. Quem se elege com dinheiro se compromete com o dinheiro. O historiador Nelson Werneck Sodré (que era marxista, mas não tinha ojeriza pelo nacionalismo) dizia que Getúlio Vargas foi o maior líder burguês da história do Brasil. Não foi o maior líder proletário, ele não era marxista; mas a partir da *carta-testamento* é que começou a circular entre nós o conceito de revolução brasileira, no sentido de que esta é de caráter eminentemente antiimperialista e antilatifúndio ou não é revolução. Sem esquecer que hoje em dia o latifúndio encontra-se cada vez mais multinacionalizado. Este é o xis da nossa história: a construção de um capitalismo nacional coincide com a consolidação do imperialismo monopolista em escala mundial. Resulta daí a contradição fatal entre a sobrevivência do povo brasileiro e o imperialismo norte-americano. Disso a mais alta expressão

dramática foi o tiro no peito de Getúlio Vargas há meio século. Há os que dizem que, com esse gesto de renúncia à vida, ele capitulou ao imperialismo, embora legando ao povo um exemplo de luta em sua *carta-testamento*. Outros afirmam que o suicídio dele não foi uma renúncia, uma abdicção, uma capitulação, enfim, não saiu da vida como um demissionário. Getúlio Vargas colocou a sua morte a bailar no horizonte da libertação do povo brasileiro.

Moysés Velinho escreveu um artigo sobre o biógrafo de Getúlio Vargas, o jornalista gaúcho André Carrazzoni, datado de 1944, dez anos antes do suicídio. Assinalou um traço da personalidade do ex-presidente: “uma energia sem pressa e sem alvo aparente”. Um homem pouco dado a confissões, nada dizendo de si, mantendo a impessoalidade, apresentando-se como uma esfinge: nenhum acontecimento excepcional em sua meninice ou adolescência.

A UDN carioca foi o câncer de Vargas. A UDN se infiltrou dentro do Exército. Em 1937 o Exército daria o golpe mesmo sem Getúlio. Deram-no com ele, assim como em 1964 o golpe foi dado contra Jango. Getúlio gostava do poder, mas não de suas fruições, e sim dos encargos do poder. “Marcha para o oeste”. “Governar o país de costas para o Atlântico”. Foi o primeiro presidente a colocar os pés em Goiás, mas não foi um presidente *on the road*. Era chegado num avião, tal qual o piloto Leonel Brizola. Dizem de gozação que os gaúchos não gostam de estradas porque têm de colocar porteiros em suas fazendas.

O interesse por Getúlio Vargas inclui o fracasso histórico do trabalhismo e a vitória do PT que chegou à Presidência da República em conchavo com o PSDB. O PT se diz de esquerda, mas descarta o marxismo e o socialismo, assim como considera legítima a dívida externa. Não considera ignominiosa a existência de Estados usurários e Estados devedores. Qual a forma de governo do PT? Instrumento de que tipo de Estado? A favor de que classe dominante? A que modalidade de dominação de classe serve o Estado petista? A forma de governo continua juridicamente democrática como foi a do PSDB. Há quem diga que o PT dispõe apenas do governo, mas não do Estado, o qual continua nas mãos dos tucanos. E estes não passam de joguete dos interesses das multinacionais e dos organismos financeiros

internacionais. A abertura política na sociedade brasileira coincide com o clima ideológico da liquidação da classe operária como sujeito histórico e sua missão revolucionária. Espiraia-se cada vez mais a crença na capacidade política da classe operária. A hegemonia tucana durante oito anos consagrou a famosa definição do escritor Oscar Wilde: “O cínico é o homem que sabe o preço de tudo e não sabe o valor de coisa alguma”.

O PT chegou ao poder numa época em que não se acreditava que a classe trabalhadora possa constituir-se em sujeito revolucionário, mas o PT está longe de significar a classe operária no poder, e sim o sindicalismo das fábricas multinacionais, a versão paulista do trade-unionismo norte-americano, cuja política social não vai além de uma consciência feliz da cesta básica. O seu pragmatismo reatualiza uma espécie de orgia da estatística, onde tudo é reduzido a número, desparecendo da política as diferenças qualitativas e ideológicas: tudo vira percentagem.

Com a vigência do capitalismo videofinanceiro e os programas de auditório e as telenovelas, assistimos à decadência dos partidos políticos. A massa desertada e cada vez mais pauperizada vai buscar consolo nas Igrejas Universais do Reino de Deus, em que os bispos e proprietários se politizam na defesa de seus interesses no parlamento, na TV, nos governos dos Estados, enquanto os aparelhos ideológicos dessas igrejas contribuem para a despolitização dos fiéis boçalizados. Essa aculturação vídeo-evangélica ocorre de maneira paradigmática no Rio de Janeiro, que se tornou uma cidade pentecostal.

UDN DESCULPABILIZADA

A UDN de Afonso Arinos de Melo Franco ficou durante certo tempo com sentimento de culpa pelo suicídio de Getúlio. “Nós queremos derrubá-lo, mas não levá-lo ao suicídio”. A política no Brasil é feita de golpe. Getúlio não deu um em 1937? Não o golpearam em 1945? A UDN estava armando um golpe em 1954, mas o suicídio, a cena inesperada, foi um gesto de genialidade política: um cadáver

derrotou a UDN. O suicídio – para falar com Max Weber – foi concebido racionalmente com relação a um fim, e não um gesto de desespero. Foi somente com o golpe de 1964 que houve o propósito de enterrar a era Vargas e extirpar o seu nome da memória coletiva.

A historiografia hegemônica de 1964 para cá quer nos convencer de que a política trabalhista foi uma estratégia para se opor ao marxismo e à perspectiva do socialismo no Brasil. Besteira. É daí que surge a interpretação sobre a chamada “república populista” como um dispositivo para ludibriar as massas. Daí também o estigma sobre o paternalismo de origem missioneira. O “pai dos pobres”. Proteção sim, mas querendo os filhos obedientes e bem comportados, como se Getúlio Vargas estivesse cooptando a classe trabalhadora, favorecendo o peleguismo com imposto sindical, fazendo corporativismo com a legislação trabalhista calcada na *Carta Fascista* de Mussolini. Enfim, o mal da revolução de 1930 foi o sindicato ter sido reconhecido pelo Estado. O sindicato encabrestado pelo Estado. Não existiu revolução em 1930. O que ocorreu foi apenas um golpe armado. O Estado fazendo a reforma social. Essa estatofobia resurgiria com o PT: Jotaká é visto como a Virgem Maria da política brasileira, elogiado por quase todo mundo, mas a verdade é que o seu desenvolvimentismo não seria possível se não fosse a base implantada por Vargas, a exemplo de Volta Redonda, da Petrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Vale do Rio Doce. Petróleo, energia e transporte.

A morte de Leonel Brizola em 2004, 50 anos depois da *carta-testamento* de Getúlio Vargas, coloca a questão sobre o caso do nacionalismo trabalhista ou da sua continuidade. O problema é que a existência de um partido de massa é inconcebível sem autêntica liderança. O professor Edmundo Moniz, conhecido pela sua admiração por Trotsky, escreveu em 1987 um livro notável intitulado *A Originalidade das Revoluções*, no qual defendia a tese de que teríamos no Brasil condições econômicas e materiais para o socialismo, mas o problema é que carecemos de um partido popular de vanguarda na luta por uma república democrática socialista. Ele filiou-se no Rio de Janeiro ao PDT de Leonel Brizola, enquanto seu amigo Mário Pedrosa – também marxista trotskista – entrou para o PT de Lula em São

Paulo. As duas maiores expressões intelectuais da “revolução permanente” trotskista tomaram rumos diferentes, talvez por causa de uma diferente avaliação do que representou Getúlio Vargas na história do Brasil. Segundo Edmundo Moniz, mesmo que os socialistas e comunistas tivessem chegado ao poder em 1950, não teriam condições de preservá-lo, embora para ele a independência econômica do Brasil não possa ser alcançada fora da solução socialista, sendo o PDT de Leonel Brizola um partido político dotado de condições para tornar-se a vanguarda socialista do povo brasileiro. Mário Pedrosa e Edmundo Moniz não viram, no entanto, a impossibilidade de harmonizar PT e PDT. No poder Lula estará convencido de que a dívida externa – exorbitada depois do golpe de 1964 – pode e deve ser paga. O PT nega que existam contradições entre a economia nacional e os monopólios imperialistas. Sem esquecer o seguinte detalhe apontado por Edmundo Moniz: “a burguesia nacional não é menos nem mais reacionária por que depende do capital estrangeiro. A luta do proletariado no Brasil é contra os monopólios capitalistas, sejam nacionais ou internacionais. Seus interesses são iguais na exploração das classes trabalhadoras”.

O presidente Getúlio Vargas deu um tiro de *Colt 32* no coração para segurar a Petrobrás e a Eletrobrás dois meses depois, antes de morrer. Oswald de Andrade, embora adversário de Vargas durante décadas, escreveu um artigo intitulado *Pistoleiro Vargas*, no qual faz autocrítica política situando-o no cerne da contradição entre o povo brasileiro e o imperialismo norte-americano. Dessa data em diante delinea-se o dilema: far-se-á a revolução democrática e antiimperialista ou não vamos dar certo.

O tiro de 1954 e o golpe de 1964. Os personagens golpistas seguiriam os mesmos, todos comensais do banquete oferecido pela Standard Oil, tendo como inimigo o nacionalismo brasileiro da Petrobrás. As multinacionais vieram aqui se instalar depois de 1945, os Estados Unidos tiraram Vargas do poder e, em seguida, subiu o Dutra colonizado que se apressou em servir o imperialismo, antes mesmo que este o solicitasse. É a lógica do comportamento psicológico superavilmasoquista-colonial.

O golpe de 1964 introduz o capitalismo videofinanceiro com o

domínio das multinacionais sob o generoso beneplácito do Estado. Este ficou a mando das multinacionais, o que antes não havia sido conseguido nem com o frixópi do Juça, nem depois com o Jânio pró-imperialista e a serviço do latifúndio. Infelizmente o general nacionalista Henrique Teixeira Lott perdeu as eleições para o embusteiro Jânio Quadros, o “Kubitschek moralizado”, de acordo com o historiador Nelson Werneck Sodré. Meu saudoso amigo Cláudio Abramo o detestava a ponto de nem poder ouvir falar no nome dele. Gondim da Fonseca partilhava da mesma ojeriza contra Jânio Quadros que saiu milionário do poder em 1961, favorecendo os amigos e “os ventos insaciáveis” da UDN paulista. Contra Lott, que só bebia água mineral, ganhou o biriteiro Jânio Quadros apoiado pela Igreja católica, ao mesmo tempo em que fingia naturalizar-se “cidadão de Cuba”.

O candidato Jânio Quadros à Presidência da República em 1960 enganou meio mundo. Até o jovem Glauber Rocha, aos 21 anos, votou nele. Logo no início de seu governo mostrou o bumbum para o imperialismo e ficou assanhado com o golpismo militar, disfarçando-se, no entanto – a fim de honrar a votação popular recebida – com uma ousada política externa a ponto de condecorar em Brasília o ministro Che Guevara de Cuba. Não é nenhuma descoberta da pólvora, como sabe de cor e salteado o chanceler glauberiano Celso Amorim, que Jânio Quadros internamente foi dócil ao latifúndio e ao imperialismo, mas externamente deu uma de nacionalista e acabou obtendo algum resultado. O problema é que o dispositivo militar de Jânio Quadros estava montado a fim de zelar pelos interesses antinacionais e antipopulares. João Goulart não atinou para o dispositivo militar golpista de Jânio Quadros.

Em suas *Confissões* Darcy Ribeiro alude ao equívoco ou ingenuidade de João Goulart, que promoveu Geisel, Mourão Filho e Castelo Branco, os milicos que iriam derrubá-lo em 1964, embora a ditadura tenha expulsado 1.500 pessoas das Forças Armadas. Sobre esse período os brasilianistas historiadores, os quais não toleram o projeto nacionalista do Brasil dotado de uma civilização nova e original, apontam que Jango caiu por causa do espectro de Getúlio Vargas e de sua *carta-testamento* antiimperialista.

Entrevistada em 2005, Denise Goulart, filha do ex-presidente, conta que durante o exílio no Uruguai, o general Assis Brasil, que era encarregado de segurar militarmente o governo deposto, fez uma visita a João Goulart e foi esbofeteado por dona Maria Thereza. Um aspecto que merece realce é que, de todos os exilados em 1964 Jango foi o único que não conseguiu voltar e retomar o seu discurso e o seu espaço políticos. Denise Goulart evoca o dia da reconciliação, pouco antes de seu pai morrer, com Leonel Brizola, no apartamento deste em 1976, no Uruguai. Jango: “Escuta, Neuza, onde está o teu marido?” Ela disse-lhe que ele estava no escritório e sugeriu que fosse lá. “Meu pai foi e bateu na porta”. O resto quem contou em depoimento foi o próprio Brizola. Denise cita-o: “Quando bateram à porta senti que era o Jango. Meu gesto foi instintivo e rápido. Abri a porta e ele realmente estava ali, olhando-me fixamente. Não hesitamos. Ficamos abraçados por algum tempo, choramos. Quando dominamos a emoção, ele falou: ‘Brizola, preciso te dizer algumas coisas, resolvi tomar umas atitudes para terminar esse exílio. Tenho pensado muito nos acontecimentos que nos atiraram nessa situação e, confesso, reconheço a minha culpa. Estou decidido a voltar para o Brasil e criar um caso, porque se formos esperar pelo MDB, jamais sairemos daqui. Mais fácil até saímos pelas mãos de alguém da Arena ou dos próprios militares. O MDB virá aqui buscar os nossos ossos, irão festejá-los muito e farão discursos à beira de nossos túmulos”. Diálogo comovente, lúcido, premonitório, porque de fato o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), depois o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) do doutor Ulisses, depois o PSDB do doutor Montoro, queriam mesmo é que João Goulart e Leonel Brizola tivessem morrido no exílio.

O vice Goulart era politicamente oposto do presidente Quadros. Eles se estranhavam no poder numa relação cautelosa. A renúncia de Jânio Quadros complicou a situação: os militares antigetulistas e pró-norte-americanos não aceitaram João Goulart na presidência da República. Essa atitude violenta que feria a Constituição gerou em Porto Alegre a rebeldia civil-militar liderada por Leonel Brizola com a Campanha da Legalidade. Outro golpe dentro do golpe: os três ministros

militares, antinacionalistas e antidemocráticos, exigem a emenda parlamentarista para João Goulart tomar o poder. Ai Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, insistiu para que Jango passasse por cima da acomodação parlamentarista golpista. Queria-o subindo com o povo e o Terceiro Exército até Brasília, prendendo os três ministros. Essa proposta brizolista Jango não aceitou, e com isso chegou fraco e cambaleando ao poder, o que suscita a reflexão sobre a atitude de fraqueza que acompanha a política de conciliação tão arraigada na elite quanto no povo. No momento em que lhe foi imposta a emenda parlamentarista, Jango se inclinou para o estereótipo do brasileiro como um homem conciliador e avesso ao derramamento de sangue. Depois essa mesma situação reapareceria – só que muito mais grave politicamente – quando Leonel Brizola tentou convencer Jango a resistir ao golpe de 1964 a partir do Rio Grande do Sul, que era governado pelo golpista Ildo Meneghetti. Debalde. Ambos, Jango e Brizola foram para o exílio no Uruguai. Ficaram sem se falar durante 11 anos. Conflito tribal gaúcho, disse-o metaforicamente Glauber Rocha, aliás, o único cineasta getuliano e janguista do Cinema Novo, na época em que nosso cinema era o espelho mais complexo da sociedade brasileira.

A verdade é que a Guerra Fria atrapalhou demais Jango e Glauber. A lacuna de Lula por não se ligar a Getúlio e Jango foi apontada por Glauber Rocha, para quem o tipo fraco na política que pede perdão não se salva. É a lei de Lampião transfigurada no Palácio. Não é só pelo lado barroco que o cineasta anagramou seu nome na *Janganana*. O Janglauberestético é a gnose da análise histórica. Lula aparece como uma criação palaciana de Golbery, o inimigo de Getúlio e de Jango. Sobre o general assalariado da Dow Chemical, Glauber tinha o maior desprezo por ele, na razão inversa da admiração pelo professor Darcy Ribeiro. A fraqueza. A conciliação. A leucemia política. A falta de vontade. Isso é o que está dito em todos os filmes glauberianos, junto com a denúncia do sentimento de inferioridade colonial, “nstro câncet, principal arma dos invasores”.

REVOLUÇÃO BRASILEIRA

O historiador Nelson Werneck Sodré dizia que o conceito de revolução brasileira começou com a *carta-testamento* de Getúlio Vargas em 1954. O traço definidor desse libelo varguista é a denúncia sobre a espoliação imperialista do país. A revolução brasileira significa um processo de liberação da sangria do trabalho do povo brasileiro explorado pelos interesses externos com a remessa de lucros. Nos discursos de Vargas era comum a palavra sangue, “sangria”, valendo drenagem da riqueza nacional para o exterior. A criação da Petrobrás e da Eletrobrás tinha por objetivo fortalecer a nacionalidade. Foi por causa disso que se articulou uma tramóia para enfraquecê-lo e derrubá-lo, com a aliança de grupos internacionais e nacionais adversários do regime de garantia do trabalho.

A revolução brasileira é concebida como uma luta contra a desnacionalização do Brasil e a favor do autodomínio da nacionalidade, isto é, tendo o nacionalismo como programa de desenvolvimento. De outro lado, cumpre assinalar que as forças hostis a essa revolução foram as tendências antidemocráticas que levaram Vargas ao suicídio. Juscelino se elegeu na seqüência da comoção popular suscitada pelo suicídio e só tomou posse por causa da atuação do marechal Henrique Teixeira Lott, que foi o seu ministro da Guerra, ministro nacionalista que garantiu a Petrobrás; aliás, Lott segurou democraticamente o governo JK, o qual tinha um aspecto entreguista na área econômica, com a saída ilimitada de lucros estrangeiros e uma política baseada no capital estrangeiro.

Por revolução brasileira entende-se um período histórico em que aparece na ordem do dia a necessidade de eliminar a economia colonial ou dependente, cuja dinâmica está estruturada em função de interesses e objetivos localizados fora do país, remunerados em moeda estrangeira. A economia é colonial porque nela o investimento estrangeiro leva a poupança nacional para o exterior. E isso é visto como uma fatalidade, em vez de ser concebido como a contradição histórica entre nação e imperialismo. A revolução brasileira é compelida a realizar-se no quadro do capitalismo monopolista em

que a concorrência desaparece. Daí a série de perguntas e dúvidas sobre a especificidade ou originalidade da revolução brasileira: como enfrentar o imperialismo, a burguesia nacional dependente e o latifúndio? Qual a força propulsora que conduzirá a revolução brasileira? Quais as alianças necessárias com as diversas camadas sociais? Qual o papel da intelectualidade e dos estudantes? A revolução brasileira será feita sob a vigência do capitalismo ou requer formas socialistas? É possível levar adiante a revolução brasileira sem um forte partido de massa?

CARTA-TESTAMENTO NO CINEMA

O trabalho getulista afetou o campo cultural e artístico de 1954 a 1964 com o Cinema Novo. Conforme informou João Carlos Teixeira Gomes, no dia em que Getúlio Vargas suicidou-se, Glauber Rocha, aos 15 anos, o pranteou na praça da Sé em Salvador. Esse dado biográfico colabora com a hipótese de que dentre todos os cineastas brasileiros, da geração dele como de outros, Glauber Rocha é o mais getuliano em seus filmes e livros, fazendo sempre referência ao nome de Vargas para compreender o processo colonial na sociedade brasileira e a luta antiimperialista. Em sua formação ideológica junto à importância do marxismo, perceptível nos primeiros trabalhos literários e cinematográficos, avulta a influência do nacionalismo getuliano, que o levou a declarar certa feita: "sou janguista".

Jango é o filho espiritual de Getúlio. Glauber o elogiou do ponto de vista pessoal e político. Em *Jangarana*, alusivo ao *Sagarana* de João Guimarães Rosa (o paralelo boiadeiro Rosa-Jango), o cineasta rebate os ataques vindos de todos os lados ao ex-presidente da República, identificando-se com ele — várias vezes muita gente caiu de pau em cima dele, tal qual fizeram com o jovem de 25 anos autor de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, culminando com *Terra em Transe* de 1967, o filme em que a queda de João Goulart é a tessitura para refletir sobre contradições entre a civilização e a natureza no Brasil. Toda vez que revejo esse filme assombroso lembro-me de *A Estética da Vida*, o ensaio

magistral de Graça Aranha, em que o desafio do homem brasileiro é adaptar ou estabelecer a equivalência da nação à natureza. Essa vitalidade da natureza dos trópicos que já estava no primeiro filme de Glauber, *Pátio* irá ressurgir com todo o vigor em seu último filme, *A Idade da Terra*, aculturando a África na fotossíntese do cerrado em Brasília, onde se canta um samba enaltecendo o doutor Getúlio na história do Brasil. A triste verdade é que mais do que o 24 de agosto, o golpe imperialista em 1964 levou a nação a divorciar-se da natureza, jogando-nos num abismo a separar a história da geografia. Em outro filme seu, *Cabeças Cortadas*, o Brasil é gerado numa sociedade de senhores e de escravos; mais tarde esses senhores se aliam com as forças do imperialismo, mas o que sobressai na visão nacionalista de Glauber Rocha é que a cobiça internacional impede o encontro da civilização brasileira com a natureza. Na terra do sol o que não deixa o sol ser do povo é a maldade imperialista e os seus leões de chácara: Juarez Távora, Eugênio Gudin, Roberto Campos, Magalhães Pinto. A briga cinematográfica, isto é, estética de Glauber Rocha com Carlos Lacerda corre paralela ao golpe político de 1964. A censura econômica de Carlos Lacerda ao filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* é emblemática da UDN pró-norte-americana, ou seja, o Carlos Lacerda contra a Petrobrás getuliana será o personagem Diaz de direita no filme *Terra em Transe*, ainda que para isso não seja relevante estipular o quanto o ex-governador da Guanabara faturou de grana da Standard Oil e do embaixador Gordon.

O registro jornalístico e cinematográfico de Glauber Rocha traz a tragédia varjanguista ao primeiro plano da reflexão ao verificar o estranho desencontro entre getulistas e marxistas em 1954. O povo, logo depois do suicídio, querendo deprender simultaneamente *O Globo* de Roberto Marinho e o jornal *A Classe Operária* do Partido Comunista. Glauber aponta o laço entre a comunicação de massa e a história, não só pelo lado da direita (Carlos Lacerda), como pela esquerda, considerando Samuel Wainer não um jornalista getulista, mas sim rooseveltiano.

As esferas militar, política e estética estão intrincadas no raciocínio de Glauber Rocha, que muitas vezes preferia esteticamente a

verossimilhança à verdade fatal ou empírica. O golpe militar de 1964 é precedido por um golpe político do imperialismo que, por sua vez, tronca-se numa estética ou num sistema de signos e de comunicação. *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, o filme antilacerdista de Glauber, foi realizado antes do dia primeiro de abril e de Carlos Lacerda posar para os fotografos com metralhadora na mão no Palácio da Guanabara. O golpe de 1964 está anunciado no ódio de Carlos Lacerda ao filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Ao dizer isso me vem à lembrança que Leonel Brizola talvez tenha perdido a eleição de 1989 por causa do tipo de enquadramento televisivo que lhe foi feito em sua campanha eleitoral.

Está lá no romance *Riverão Sussuarana*: as *Pictures* consolidando-se no governo JK, repercutidas mais tarde pela TV Globo e outras TVs interferindo de maneira reacionária nos rumos da história do Brasil, são o obstáculo para a esquerda. Todos os programas eleitorais são a mesma coisa. Lula só chegou lá com a aquiescência da TV Globo. O ministro Gilberto Gil, semiologicamente mico de circo da TV Globo, dizia Glauber, foi escolhido a dedo para representar a mensagem televisiva no governo petista. Há isomorfia entre forma estética e conteúdo político. O último político que se incompatibilizou com a TV foi Leonel Brizola. E, dizem as vozes pragmáticas, se deu mal. Para o governo Lula, à semelhança de todos os outros governos pós-64, o povo não é bobo quando segue o desejo da Rede Globo.

Glauber Rocha escreveu o teatro em que o ex-presidente João Goulart é comido pelo povo no carnaval para fazê-lo renascer no imaginário mítico do trabalho passando a bola da história para Leonel Brizola que não conseguiu cumprir o desígnio de ser o presidente antiimperialista do Brasil retomando o Getúlio Vargas da *carta-testamento* de 1954. Essa *igarapeba* trabalhista, como os tupis denominavam a jangada, não conseguiu atracar no poder para realizar a vontade do povo brasileiro.

Não me consta que Glauber Rocha tivesse a intenção de filmar a vida de Leonel Brizola. O cineasta partiu primeiro com a idade de 42 anos. Não seria, no entanto, desimaginoso conceber um filme sobre a renúncia e a recorrente síndrome da desistência na história do Brasil.

Um dos assuntos recorrentes de seu cinema é a tibieza psicológica, a fraqueza de caráter que persegue o homem colonial, mesmo quando se rebela contra o destino imposto pela colônia. Todos os seus personagens cinematográficos parecem se debater com o homem fraco por imposição da ordem colonial.

O que é o homem colonial para Glauber Rocha? E por que Leonel Brizola é o antípoda do homem colonial? O que espanta na vida de Leonel Brizola é a capacidade de ter resistido às adversidades colocadas pelo imperialismo antes e depois da ditadura de 1964, enfrentando a morte desde 1961 durante a Campanha da Legalidade. De uma de suas palestras feitas em 1960: “Hesitar quando é hora de agir equivale a desertar”. Para ele a essência da brasilidade estava no pobre trabalhador. Por essa época vaticinava que se determinados esforços não fossem compreendidos pelos homens públicos autênticos, o povo tinha o direito de escolher o caminho da insurreição. Em depoimento à jornalista Dione Kuhn, ele rememora em 1999 a capituloção política de Jango ao aceitar a fórmula do parlamentarismo trazido pelo mensageiro Tancredo Neves: “A história nos deu de bandeja uma grande oportunidade que se foi”. Refere-se à Campanha da Legalidade, à aliança do povo e Exército em Porto Alegre na defesa da Constituição. “Eu próprio não tinha consciência do que podia acontecer. Não atuei com a energia que deveria ter atuado no sentido de levar João Goulart a uma atitude que pudesse ser conseqüente com a época em que vivíamos”.

Tancredo Neves convenceu Jango a aceitar o parlamentarismo. Foi o seu momento de fraqueza. Brizola queria prender Tancredo Neves em Porto Alegre vindo de Montevideu, ou seja, retê-lo para que não conchavasse a implantação do parlamentarismo, mas Tancredo foi direto de Montevideu para Brasília, não desceu em Porto Alegre. A ditadura começou quando Jango aceitou o veto dos três ministros militares em 1961, data em que Brizola entrou em conflito com Jango. Desacordo político, não pessoal. E talvez Brizola estivesse certo em 1961: Jango não deveria ter fraquejado. A Campanha da Legalidade indo até Brasília, como se fosse uma mistura de Coluna Prestes com a revolução de 1930. Fechando o Congresso. Promulgando uma

Constituinte. Prendendo os três patetas militares. Dando plenos poderes ao presidente João Goulart, o qual no entanto resolveu aceitar o “parlamentarismo de fancaria”, no dizer do historiador Nelson Werneck Sodré em *Memórias de um soldado*. A coragem, a audácia, a lucidez de tomar a decisão no calor da hora, eis o que singulariza a personalidade política de Leonel Brizola, que pensou muito sobre as consequências de 1964: “Se o presidente fosse de outro temperamento, se soubesse que cairíamos numa ditadura de duas décadas, francamente teria preferido morrer resistindo”.

Brizola e Jango ficaram sem se falar depois de 1967. À perplexidade ideológica de Jango contrapunha a característica da personalidade de Brizola: o combate permanente, a atitude de não entregar o time e de resistir fosse como fosse. Ele não descartou a guerrilha para enfrentar o golpe de 1964, sobre o qual externou a seguinte opinião alguns meses antes de morrer em 2004: “Jango renunciou, não foi deposto”. O tema da renúncia, o gesto de ceder, a questão da desistência, a atitude da impotência – isso tudo representou o antípoda do que Leonel Brizola significou na vida política – “Só é derrubado do poder quem resiste. João Goulart não quis resistir, preferiu a renúncia. A ação dos militares não foi um ato de bravura, uma atitude de coragem, assim como ocorreu com a proclamação da República. Foi um golpe de Estado clássico, com a diferença de que o presidente não fazia parte. Os militares chegaram como se chegassem dentro de uma sala. Abriram a porta e não encontraram ninguém. Abriram outra peça e também não viram ninguém. Não houve heroísmo. Não metemos o peito nas balas. Nós, sim, metemos o peito em 1961. Distribuímos armas até para as mulheres”.

TRAGÉDIA COLONIAL

Eis de Glauber Rocha uma formulação estética que sempre me intrigou: “a *carta-testamento* de 1954 é um documento trágico numa literatura carente de tragédia”. Quer dizer que temos o trágico em nossa história, mas não a tragédia? Ou será o contrário? O suicídio de

Getúlio Vargas é trágico porque nele a renúncia à vida é, ao mesmo tempo, sacrifício para um povo que, como dizia Darcy Ribeiro, ainda não entrou na história. O povo brasileiro iria entrar na história quando houvesse a aliança dos sem-terra com os favelados.

O cerne da *carta-testamento* é a nossa relação com o imperialismo norte-americano: história e tragédia. Somos o país onde o cômico é a manifestação preponderante na cultura, incluindo a ironia e o humor. A cicutina de Vargas inaugura a tragédia, embora não seja a típica tragédia moderna na qual o intelectual é o protagonista principal. Getúlio Vargas não tem nada a ver com Hamlet ou Fausto. Trata-se de um suicídio cometido no posto de presidente da República. A liberdade do trágico expresso na *carta-testamento* consiste na oposição irreconciliável entre o povo brasileiro e a dominação imperialista exercida pelos Estados Unidos. Para nós que assistimos ao desenrolar durante oito anos do teatro tucano, é fácil constatar que o elemento trágico desaparece quando se tenta mostrar que essa conciliação é possível sob a forma do grotesco. Na ideologia tucana a falsidade dessa conciliação avulta em seu horror ao herói nacional. É a exasperação cômica do Macunaima argentino: a idéia mesma de herói é repudiada no manual da política anti-carismática. O destino do político tucano é não ser herói. A liquidação *off sale* do trágico como a ideologia da conciliação com o imperialismo, certamente o tucano não a inventou, pois ela vem se configurando desde o general Dutra, passando por Jânio Quadros e Fernando Collor. A antipatia pela idéia do herói em sacrifício ao país é que levou FHC a desejar a amnésia coletiva da era Vargas.

A fobia pelo herói coincide com a cultura política da televisão e se faz acompanhar pela desfrutável banalização do presidente da República, o qual apresenta-se prosaico e intrascendente quanto mais desdenha o caráter demoníaco da nossa inserção na ordem mundial imperialista. A falsa conciliação com o imperialismo (isto é, a supressão ilusória do trágico) traz a institucionalização cultural da impotência em que não há mais vontade de salvar a pátria (o herói salvacionista é ridicularizado pela telenovela), e sim o medíocre e resignado propósito de conviver e administrar o servilismo, tal qual

acontece com a chamada “herança maldita” de FHC, a qual é tida como ineliminável pela cúpula do Partido dos Trabalhadores, para quem o conceito de oposição antimperialista converteu-se num sonho obsoleto da década de 1950. Para a ideologia dominante depois do golpe de 1964, o imperialismo não passa de um bode expiatório, ou senão de um discurso do vitimismo crônico: somos a vítima eterna. Isso é apontado como uma maneira neurótica de desviar a atenção para os verdadeiros responsáveis pela desordem que reina dentro de casa. A ênfase no desperdício endógeno: os ralos domésticos por onde se esvai toda nossa penúria.

A aceitação fatalista da dependência do país nega a contradição com os Estados Unidos. Está banida qualquer paixão, aliás, a paixão aí é sempre suspeita de culpa, ou de quem anda por fora da realidade, de quem não sabe lidar realisticamente com a política enquanto a arte do possível. É esse discurso, com baixíssima taxa de vitalidade e desprovido de entusiasmo, que marcou oficialmente o país durante oito anos. E continua a marcá-lo com Lula que, alheio ao nacionalismo e à questão da soberania, levanta a bandeira burguesa da cidadania dentro das regras do jogo do imperialismo. Valor supremo para todos, a democracia é concebida como uma álgebra formalista, uma conquista que nada ou pouco tem a ver com os interesses econômicos da nação.

Somos a tragédia de um povo que não existe para si. Um povo amarrado às forças que o mantêm subalterno e dependente. O que não aparece nesse quadro trágico rola por conta da comédia do subdesenvolvimento: a chanchada pornô de uma classe dominante consular e associada à exploração estrangeira. Somos o proletariado externo dos núcleos centrais do capitalismo imperialista. A teoria do Brasil de Darcy Ribeiro tinha por objetivo esclarecer a complexidade das relações entre estratificação social e estrutura do poder. O ser mais espoliado e oprimido é o setor marginalizado abaixo do campesinato e do operariado. Os patronatos e patriciados nativos vão perdendo o seu lugar para os estamentos gerenciais das grandes empresas estrangeiras. Sem essa nova classe dominante, a um só tempo patronal e burocrática, é impossível conceber a existência no plano político de um

partido como o PSDB, em cuja ideologia é visível o caráter exógeno de seus componentes, inteiramente favoráveis à transferência para o exterior da riqueza e dos recursos naturais estratégicos do país. É por isso que a palavra de ordem desse partido é a privatização internacional, de vez que os seus quadros – sejam “oligárquicos” ou “moderados” – fazem o serviço do capital estrangeiro. É que esse tipo de animal político chamado tucano tem horror ao “atraso”, quer a modernização e o progresso, porém dentro do esquema imperializado da dependência externa. Foi esse Brasil “moderno” que venceu com FHC em 1994.

Seria ingenuidade afirmar em 2005 que o PT de Lula esteja imune ao contágio ideológico dos estamentos das multinacionais sediados em São Paulo, mas é verdade que na gênese desse partido político encontram-se as classes subalternas operárias e os assalariados, tendo abaixo de si os bolsões miseráveis e marginalizados. Estes são os trabalhadores eventuais e volantes, biscateiros e informais. Não conseguem se proletarizar e ganhar um salário fixo. Essa é a massa oprimida da estrutura social brasileira, mas que não se constitui numa classe propriamente dita, portanto, a questão é saber se tem ou não condições de assumir uma verdadeira consciência de sua condição espoliada. Darcy Ribeiro achava isso difícil. A visão de mundo dos marginalizados, imbuída de arcaísmos e superstições, está ao mesmo tempo submetida aos meios de comunicação de massa. É isso o que explica o voto muitas vezes reacionário dos marginalizados, voto comprado por um prato de lentilha ou determinado pelas telenovelas e programas de auditório. Cabem aí os desertados de Franz Fanon, os condenados de Oswald de Andrade, o subproletariado de que falava Pier Paolo Pasolini, os miseráveis filmados por Glauber Rocha e os marginalizados de Darcy Ribeiro, que escreveu: “Sua visão de si é a de uma pobre gente que vegeta em um mundo discricionário, onde um Deus arbitrário luta contra demônios que não podem ser domados”. É essa subgente ou não-gente, farrapo humano, que a dominação multinacional não consegue assalariar num emprego fixo.

O transe no filme clássico de Glauber Rocha problematizava o destino oprimido do povão brasileiro. Essa gente não acredita em

partido político, essa gente precisa é de sangue. Em seu último filme, *A Idade da Terra*, o misticismo não é visto como uma manifestação alienada. O seu Cristo, filmado poliedricamente fora da cruz, lembra Pasolini dizendo que Jesus Cristo é um escravo africano exportado para a América do Sul.

Com a massa brasileira cada vez mais miserável, impedida de obter um emprego regular, a influência da subcultura da TV é decisiva na expressão popular, ou melhor, em sua afasia neurótica e na perda da capacidade lingüística. A isso Darcy Ribeiro denomina desculturação do patrimônio popular no processo de urbanização, em que se perdem “as técnicas de adaptação ecológica” na construção de casas, na fabricação de cerâmicas, de esteiras e cestos, simultaneamente ao influxo dos programas populares transmitidos pelo rádio e pela televisão.

Aculturado por um aparato multinacional da mídia, o setor oprimido e marginalizado não pode nem mais contar com a sua experiência rurícola, ainda que essa experiência estivesse no passado submetida a uma mentalidade alienada, a exemplo dos cultos afro-brasileiros, do catolicismo rural, das seitas protestantes, mesmo quando assume formas de revolta contra a ordem vigente, como o banditismo, o fanatismo e o messianismo. Interessado em elaborar a teoria da revolução brasileira, Darcy Ribeiro considera ingênua a cultura popular. A cultura do folclore mistifica a exploração classista e colonial, imbuído do sentimento da fatalidade inevitável, tal qual denunciado em 1965 por Glauber Rocha em sua *Estética da Fome*. Para o marxista Darcy Ribeiro, o caráter ingênuo da cultura popular é produto da alienação cultural, que consiste na “introjeção espontânea ou induzida em um povo da consciência e da ideologia de outrem, correspondente a uma realidade que lhe é estranha e a interesses opostos aos seus”. Se o caráter espúrio dessa cultura se acentua ainda mais com a radiofusão, o problema então é como pensar a maioria oprimida e marginalizada a que a sociedade condena à desocupação na cidade (e explorada nos latifúndios) como uma força virtualmente insurgente sob o prisma político, sabendo que o nível de sua reivindicação, longe de ser a ruptura revolucionária, é o mínimo: um emprego regular e escola para os filhos. Acontece, porém, que mesmo esse nível mínimo

não tem sido atendido; ao contrário, os deserdados, os condenados sem emprego aumentam e não são absorvidos como força de trabalho. Seduzidas pela alternativa do genocídio, as classes dominantes, ex-proprietárias de escravos, apelam para o que Darcy Ribeiro chama de “contenção demogenética” dessas massas marginais, dando por suposto que é impossível absorver a ralé miserável no sistema produtivo, daí o expediente da cestinha caridosa e do aumento da penalização carcerária.

Darcy Ribeiro, no final dos anos de exílio, em suas conversas com Glauber Rocha, chegou a pensar na possibilidade de o Exército atuar a favor do povo, indo contra o latifúndio e a dominação externa. Nas últimas décadas a cultura da pobreza se degradou em cultura da miséria. O cinema de Glauber Rocha focalizou os miseráveis da sociedade brasileira e as perspectivas da transformação revolucionária. Ele começou na década de 1960 por denunciar o misticismo religioso dos famélicos como entrave à tomada de consciência de sua situação vivida, mas no início dos anos 1980 fez o filme *A Idade da Terra*, em que não está descartada a esperança no mito de Cristo: o místico no povo não é necessariamente alienação. Glauber Rocha, no entanto, não chegou a ver, na década de 1980 em diante, a proliferação das igrejas reacionárias a Edir Macedo que, fazendo uso audiovisual de Cristo, tornaram-se a expressão hegemônica dos setores marginalizados e oprimidos da população, tal qual sucedeu no Rio de Janeiro onde as lideranças políticas trabalhistas e de esquerda foram substituídas pelos aparelhos ideológicos pentecostais que ganharam pelo voto o poder do Estado.

Nova classe dominante

Darcy Ribeiro dizia que depois de 1964 surgiu uma classe dominante representada pelos estamentos das empresas multinacionais, cujos proprietários têm residência fora do Brasil, mas cacifam os seus gerentes, os seus representantes, os seus feitores, os seus testas-de-ferro. São eles os mandarins e corretores do capital estrangeiro. Não há multinacional no mundo que não tenha por aqui uma filial. Essa classe dominante estrangeira é a base de sustentação vídeofinanceira bancando classe média, professores, artistas, universitários, políticos e executivos. Que se observe a gênese social e a vertiginosa carreira bem sucedida dos ícones tucanos na política. Quase nenhum deles se origina em berço oligárquico burguês cheio de grana. É difícil encontrar um político tucano nascido milionário. O estilo tucanês é *parvenu*, tanto os seus arautos em São Paulo como no Rio de Janeiro. Todos se deram bem na atividade tecnoburocrática como assessores de bancos e do capital especulativo.

Os estamentos multinacionais converteram a burguesia nativa em coadjuvantes e sócios menores, cuja consequência é a perda de suas propriedades no processo de internacionalização do território que transferiu o patrimônio biomineral do país para o controle das gangues estrangeiras. É por isso que o tucanismo é um fenômeno político e cultural essencialmente monetário, ou seja, puro valor de troca: dinheiro, dinheiro, dinheiro. Nesse contexto de venda do território o príncipe é a moeda.

O PT executa a prática subalterna operário-sindical das empresas multinacionais: o verso do capital é PSDB e o anverso do trabalho

assalariado é PT. Acima da burguesia nativa, que antigamente desempenhava o papel intermediário entre os monopólios internacionais e a economia local, acoplou-se agora um estamento gerencial das multinacionais cuja expressão ideológica é internacionalizada, privatizadora e entreguista. A burguesia nativa associada às empresas multinacionais vai cada vez mais ficando apenas com os alfinetes, tal como está acontecendo com as empresas de comunicação, jornal, rádio, TV, que logo serão compradas e ocupadas pelo capital estrangeiro.

A tucanização do Brasil nos converteu em escravo ou canalha. Esse é o nosso *to be or not to be*. Abaixo da classe operária subalterna situa-se a maioria oprimida e marginal que não consegue emprego nem salário, submetida à subcultura alienante das telenovelas e dos programas de auditório, ou senão manipulada pelas Igrejas evangélicas pentecostais. Esses aparelhos ideológicos dotados de TV e rádios trazem o perigo de uma videofascioevangelização. A esses pobres e oprimidos a Teologia da Libertação não diz nada, assim como o brizolismo no Rio de Janeiro deixou de seduzi-los, perdendo esse enorme contingente eleitoral para os pastores ruidosos do dinheiro. O que vingou no Rio de Janeiro não foi o Ciep, e sim a barbárie dos barracos evangélicos. A teoria da estratificação social mentalizada por Darcy Ribeiro lança luz na derrota eleitoral do brizolismo que foi atacado simultaneamente pela Rede Globo, pelo PT, pelas Igrejas Universais e pelo imperialismo norte-americano.

Se os EUA são o câncer da humanidade, São Paulo é o verdugo multinacional do Brasil, negando de corpo e alma tudo o que pregaram os seus melhores e talentosos filhos como Oswald de Andrade, Monteiro Lobato e Cassiano Ricardo. Rockefeller desestabilizou João Goulart e deu bolsa de estudo para FHC, a quem Glauber Rocha epitetou de "kennediano" em 1974, 20 anos antes de FHC passar a perna em Itamar Franco. É preciso lembrar que Jotaká não ia com a fuça do seu vice, João Goulart. O mais incrível é que Jango, vice de Jotaká, se opõe à política econômica de Roberto Campos, ministro de Jotaká, mas o mantém como embaixador de seu governo em Washington.

Nascido em São Borja, quatro anos mais velho do que Leonel

Brizola, Jango foi educado no ethos vaqueiro do chimarrão que democratizava as relações entre o dono da boiada e os peões. Viu de perto o mecanismo das perdas internacionais com o gado nos frigoríferos estrangeiros do Rio Grande do Sul. Em contato com a multidão, Jango perdia a timidez: era um bom orador. Na eleição para vice-presidente foi mais votado que Jotaká. Infelizmente Jânio Quadros derrotaria Lott. A burguesia associada aos estamentos internacionais como classe dominante já se esboçava durante o governo JK.

Do exílio, em 1964, Darcy Ribeiro percebeu que a nova classe dominante da sociedade brasileira estava sendo formada pelos gerentes das multinacionais e os seus tecnocratas. No governo Lula um gerente de banco estrangeiro é presidente do Banco Central.

Num de seus últimos discursos, realizado em São Borja, Leonel Brizola referindo-se a Lula: "Mas logo depois ele chamou para a presidência do Banco Central um homem do Banco de Boston e nós perguntamos: será que ele ficou louco? O que é isto? É mais uma nomeação, mais uma... Ele fez cada nomeação! Não tenho dúvida de que entre a eleição dele e a decisão de formar o seu governo, aconteceu alguma coisa. Lula levou um apertão na moleira tão grande que alterou a linha de pensamento dele".

O Plano Real de FHC foi o golpe das privatizações internacionais alienando o patrimônio mineral, vegetal e biológico. Com as empresas mistas e estatais privatizadas, o país não mais terá condições de gerir de forma autônoma sua economia, portanto não conseguirá reger o seu próprio destino. Com FHC e Lula o controle da sociedade brasileira está nas mãos das empresas multinacionais. É total a subserviência externa da sociedade brasileira. O receituário das privatizações internacionais não brotou originalmente da cabeça de nenhum tucano. É tudo pau-mandado. Dizendo além para os países internacionais.

Os tucanos têm dito e redito que o governo Lula é seguidor dos mesmos passos do governo PSDB, então se conclui que Lula está bem como presidente; caso contrário - se fosse inteiramente diverso de FHC - o atual mandatário seria abominável, de modo que, além de incoerência do ponto de vista da lógica, existe alguma coisa

estranha nessa preocupação em afirmar que um governo não difere do outro.

Os petistas não são capazes de consignar no quê sua gestão presidencial destoa da anterior. Aí diz o povo: mudam-se apenas as moscas... Se não conseguem mostrar a diferença, é sinal de que ambos são a mesma coisa. Mas, sendo assim, nas eleições presidenciais de 2006 a vantagem fica com os tucanos, pois irão alegar que não há nada a fazer que eles não tenham feito, por conseguinte é melhor o esquema do PSDB que se vangloria de ser realista e de atuar com o horizonte do possível, assim como o suposto papel anti-elite do PT na realidade reproduz a ideologia dos tucanos, que é a ideologia dominante dos estamentos multinacionais majoritariamente localizados em São Paulo, ou seja, a classe dominante hoje na sociedade brasileira. Se o PT e o PSDB são o verso e o reverso da mesma coisa, que coisa é essa? O sindicalismo petista das multinacionais chega ao poder defendendo os interesses das grandes empresas estrangeiras.

A maioria da população marginalizada e oprimida está sendo seduzida e cativada pelas igrejas pentecostais. O que essa massa subproletária almeja, ainda que superexplorada, é conseguir emprego fixo, mas isso o PT não tem política para conseguir. Quando afirmo que irmanados PT e PSDB são o verso e o reverso do domínio das grandes empresas multinacionais, isso não quer dizer que essas não tenham preferência em colocar o seu poderio econômico a serviço de um ou outro partido, inclusive revezando-os no poder na defesa do *laissez faire* multinacional.

Tudo o que Leonel Brizola prognosticou sobre Lula está acontecendo: aliou-se a quem vai lhe tirar o tapete e traiu a quem deveria aliar-se. Apaixonado por FHC pelas suas injunções multinacionais de São Paulo, tendo Collor como fantasma da compulsão repetitiva, Lula tem de encher o caneco para afugentar da cabeça o espectro de Leonel Brizola a lembrar quem é o usurpador do poder perante o povo brasileiro. A vivência do morto, imortalizado pela história, transcende ao momento da morte propriamente dita e acontecida: o morto é juiz. Por isso não deixou de sentir-se aliviado por o líder gaúcho trabalhista ter partido, mas a morte inesperada dele em 2004 – e a

vaia, a vaia, a vaia no velório – atazanará o sono de Lula pelo resto de seus gloriosos dias.

Não porque o PTB tivesse sido ruim e fisiológico na São Paulo de Ivete Vargas (onde a partir de 1945 o marxista Oswald de Andrade, então sem partido, deveria ter entrado) que se justificaria a omissão dos medalhões acadêmicos da USP a respeito do significado de Leonel Brizola na cultura brasileira. O trabalho estilhaçou-se ao sofrer o golpe de 1964 que baniu Leonel Brizola, João Goulart e Darcy Ribeiro. O período JK de 1955 a 1960 caracterizou-se pela presença maciça das empresas multinacionais e dos estratos de uma nova classe social dominante na sociedade brasileira.

A vida de Leonel Brizola não pode ser contada nem compreendida sem aludir à atuação absorvente do imperialismo na economia, na política e na cultura. Deputado em meados da década de 1940, em suas idas a São Borja a fim de conversar com Getúlio Vargas intendeu-se de que o inimigo dele era o capital estrangeiro especulativo; mas não preconizou que para nos livrar dessa espoliação o único caminho a trilhar seria necessariamente a revolução proletária socialista, espécie de revolução socialista já.

Adversário do Estado Novo, propondo uma excêntrica aliança entre o PTB e a UDN, o marxista Caio Prado Júnior, discorrendo mais tarde sobre o pré-64, chegou a batizar de “antiimperialismo burguês” a posição de Leonel Brizola, sem explicitar em que isso consistia concretamente na política brasileira. Mas o que era um antiimperialismo proletário na época pré-64 de Jango e Brizola? Caio Prado Júnior não teve a oportunidade de conhecer o “socialismo moreno” do mestre Darcy Ribeiro na década de 1980 no Rio de Janeiro. Com um pé no PCB e outro na UDN, o historiador paulista achava a candidatura do marechal Lott “reacionária”. Não cabe aqui julgar acerca da percurcência ou não das análises de conjuntura política empreendida por Caio Prado Júnior, mas se o “antiimperialismo burguês” aplica-se da mesma forma a Getúlio Vargas, aí então se acen-tua a diferença de posição entre o nacionalismo vargobrizolista e o marxismo do PCB, o qual aliás foi criticado por Nelson Werneck Sodré (*Contribuição à História do PCB*, Global Editora, 1984), um

autor marxista e refratário ao Vargas do Estado Novo que vai paulatinamente em vários livros simpatizando com as posições nacionalistas do político gaúcho na década de 1950, em cujas eleições presidenciais os comunistas votaram em branco, o que traduz um equívoco na compreensão do tal antiimperialismo burguês varguista. Assinala Nelson Werneck Sodré: "A pressão imperialista na fase em que os Estados Unidos detinham o monopólio das armas atômicas, colocava em constante perigo o governo Vargas. O seu isolamento político, preparatório de sua deposição, prosseguia em campanhas coordenadas no interior e no exterior, ante o que a direção do PCB permanecia cega e surda. A criação da Petrobrás em 1953 antecede um ano a campanha reacionária de 1954, que leva ao suicídio de Vargas, isto é, a novo golpe militar reacionário. A massa nas ruas alerta o partido para o erro de somar com a reação para a desestabilização do regime e deposição de Vargas".

De um lado, observamos alguns marxistas (nem todos padecendo do vírus do esquerdismo) considerando o nacionalismo do PTB desde 1945 pelo prisma do antiimperialismo burguês, enquanto que pelas bandas da sociologia pós-64 da USP, depois repartida em tuca-nos e petistas, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro seriam estigmatizados de populistas, o que revela quão robusta e influente é a ideologia dominante das multinacionais na sociedade brasileira. Em 1964 o capital multinacional dá o golpe de Estado, implanta a ditadura, emite sinal verde à abertura democrática em 1979, monitora o governo de Sarney e de Collor na década de 1980; com FHC nos anos 1990 o território é alienado pelas privatizações internacionais. Nos anos 2000 esse capital multinacional que implantou a ditadura em 1964 não se defronta com a menor oposição política, ideológica e cultural, tendo como veículo de propaganda de massa todos os jornais e TVs. É nesse cenário pró-imperialista, numa sociedade com níveis alarmantes de miséria, que o trabalho brizolista vai sendo solapado por não abrir mão de seu discurso anticolonial. É claro que a derrocada da área socialista no mundo é um fator altamente prejudicial à perspectiva da descolonização do Terceiro Mundo, mas é também irrecusável que a crise do socialismo na União Soviética deixou a esquerda marxista

baratinada e sem ter o que propor como alternativa ao neoliberalismo colonial.

Segundo Osny Duarte Pereira (*Que é a Constituição, Civilização Brasileira*, 1963): "A revolução constitucionalista de 1932 representa a fachada da tentativa dos britânicos em não entregar os pontos aos norte-americanos". A burguesia brasileira sai da influência inglesa para a norte-americana. Esse é o sentido da revolução de 1930. Em 1945 Vargas é derrubado porque iria promulgar uma lei antitruste desagradando às empresas norte-americanas. O embaixador Adolfo Berle patrocinou a sua deposição, executada pelos generais brasileiros. Mesmo depois de 1964 durante o exílio, Darcy Ribeiro não descartou a hipótese (de certa maneira também repercutida por Glauber Rocha) de um Exército a favor do povo, contra o latifúndio e a dominação imperialista. A gênese do pensamento político de Leonel Brizola encontra-se em 1945 ao término da Segunda Guerra Mundial. A ele não escapou o fato de que Dutra e Eduardo Gomes ajudaram a golpear Vargas, no momento em que Truman substituiu Roosevelt nos Estados Unidos jogando a bomba em Hiroshima. O jovem Leonel Brizola vem ao mundo político no momento da influência norte-americana do *Reporter Esso* e da revista *Reader's Digest*.

O ponto de partida do trabalho em 1945 requer a compreensão do quadro ideológico da época no qual a lúcida palavra de ordem dos comunistas era "Constituinte com Getúlio", em vez da UDN que via em tudo o plano continuista de Getúlio. Os comunistas, diante do prestígio da União Soviética, supunham que a hora da revolução proletária estava prestes a acontecer. A bomba lançada em Hiroshima era uma advertência do imperialismo norte-americano à União Soviética, à perspectiva do socialismo. Muita gente via assim a reconstitucionalização do Brasil em 1945. Por outro lado, não foram poucos os que combateram o Estado Novo e se alinharam à candidatura de Eduardo Gomes, a exemplo do tarimbado Oswald de Andrade, que embarcou no antivarguismo sem perceber que Vargas, em 1945, tinha uma posição mais avançada e democrática do que os seus oposicionistas, consoante a interpretação de Nelson Werneck Sodré, adversário tenaz do Estado Novo que faz, no entanto, o elogio de Prestes

saindo da prisão e apoiando Vargas. PSD e UDN em 1945 eram a mesma coisa com os dois candidatos militares, os verdadeiros continuadores do Estado Novo, sem as virtudes socialmente responsáveis do regime estado-novista.

No momento em que Vargas ensaiava atitudes antiimperialistas foi deposto pelos generais embalados pela Guerra Fria, a que se seguiu o governo Dutra, muito mais ditatorial do que o Estado Novo. A semelhança com a abertura de 1974 salta aos olhos: o argumento do “autoritarismo” deixou na moita o caráter entreguista e multinacional da ditadura. A diferença é que o Estado Novo teve aspectos nacionalistas. A intelectualidade pós-Estado Novo – a mesma coisa sucederia durante a abertura de 1974 – caiu na falácia do “autoritarismo”. O governo Dutra governou com a UDN. O marxista Nelson Werneck Sodré não curtiá Vargas, tanto que na década de 1950, no Rio Grande do Sul, recusou um encontro com ele, embora tivesse mais tarde se arrependido de tal recusa. Em 1949 Nelson Werneck Sodré ficou a favor da chapa Estrillac-Horta no Clube Militar contra Cordeiro de Farias, marechal Castelo Branco, Mamede e Sarmento. Quem baralhou pelo “Petróleo é Nosso” foi preso em 1964. A questão do combustível, da energia, do petróleo, cindiu a área militar em nacionalismo *versus* imperialismo norte-americano. Mas as coisas se misturavam contraditoriamente, pois no governo de Vargas havia gente entreguista como o chanceler João Neves da Fontoura.

A penetração econômica das multinacionais no Brasil significa que estas são proprietárias das fontes de energia e dos recursos minerais, fabricando produtos manufaturados, eletrodomésticos, fármacos, comprando as empresas mistas, estatais e as terras agricultáveis. A partir da década de 1980 essa multinacionalização do país quanto mais cresce, mais deixa de ser encarada como o mal que nos infelicitava. Ela não é objeto de denúncia na imprensa, nem aparece tematizada nas ciências, nas artes, nas universidades, enfim, o imperialismo norte-americano não é mais visto como problema na sociedade brasileira, nem tampouco a causa principal do nosso subdesenvolvimento e das nossas desgraças – a fome, as favelas, o analfabetismo – porque simplesmente decretou-se que ele não existe a não ser como paranóia

brizolista das “perdas internacionais”, discurso esse antigo, avoengo, anacrônico, que ficou adstrito à década de 1950 quando se acreditava na quimera getulista do “capital nacional”. Esse estranho fenômeno da dissipação do imperialismo na cultura brasileira ainda não recebeu uma explicação satisfatória, mas com certeza deve ser sintoma de uma doença muito grave e letal.

Será que o cineasta Glauber Rocha, que morreu em 1981, foi o último artista antiimperialista? O que se publicou na imprensa brasileira 40 anos depois do golpe de 1964 mostra que esse acontecimento foi deletério porque engendrou o “autoritarismo”, mas não porque trouxe maior dominação externa sobre nós. É esse o charme da prosápia tucana obcecada pela “democracia” das multinacionais que sublinha a necessidade de erradicar ou evitar o “entulho autoritário”, mas elidindo a questão da remessa forânea dos lucros. A sociologia tucana (a xifopagia paulista que ganhou a designação “petucana”) chegou ao poder conduzida pelas mãos das multinacionais. Ela representa o oposto do trabalho nacionalista, ou seja, é a atualização da UDN pró-norte-americana na era do ocaso dos combustíveis fósseis.

O pendor financeiramente associativo da burguesia nativa, teorizado por FHC para ser o unguido pelo capital multinacional e pelos bancos, já era conhecido depois de 1945: o ex-ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, dirigia a Bond & Share; o embaixador Walter Moreira Sales representava o grupo Rockefeller; o juscelinista Paes de Almeida falava em nome da Pittsburg Glass; Roberto Campos integra o grupo Consultec. O capital estrangeiro é a força triunfante na história do Brasil. A perfídia sociológica tucana destilou pelas universidades e redações de jornais a pichação de que Leonel Brizola era uma personalidade autoritária, que o nacionalismo trazia uma doutrina perigosa porque nela não sobrava o menor espaço para a democracia, de modo que o ex-governador gaúcho passou a ser identificado com Hitler, assim como Getúlio Vargas virou o Mussolini da América Latina. Mentirada.

É um tapa na cara dessa sociologia dominante e leviana verificar o que preconizavam os discursos do deputado estadual Leonel Brizola

nos finais da década de 1940: “minhas convicções democráticas podem ser postas em prova pela tradição até mesmo de sangue que tenho em minha família, na luta por todas as liberdades”. Esse episódio familiar refere-se ao seu pai, “legítimo libertador de outros tempos”, que morreu degolado numa coxilha do Rio Grande do Sul. Os discursos desse jovem deputado merecem ser lidos hoje, não apenas pelo brilho intelectual, mas pela argúcia política na longa tradição do trabalho brasileiro. Volto aqui a insistir em sua capacidade intelectual. Nesse discurso não são poucas as alusões elogiosas a seus amigos intelectuais como Manoelito de Ornelas e Dyonélio Machado. O que ele discursou em 1947 não difere substancialmente em nada do que pronunciará depois de 1964, mas não por inércia mental de quem não muda o discurso – o “discurso obsoleto” a que se refere a direita –, mas sim pelo imperativo da verdade histórica: que antes de 1930 não existia democracia no Brasil, que os sindicatos durante o governo Dutra careciam de liberdade (“os trabalhadores não têm as liberdades que possuíam antes de 1945”), que o Estado Novo foi socialmente mais responsável do que o governinho de Dutra, o prenúncio entreguista das privatizações internacionais feagaceanas. “Quem poderá negar as grandes realizações do senhor Getúlio Vargas no campo social e econômico? Foi, indiscutivelmente, o seu governo, neste sentido, neste setor, o mais fecundo de quantos o Brasil já teve. Esta é uma afirmativa que não precisa nenhum esforço para comprovar”. Cita como exemplo a legislação social, “essa obra monumental que faz inveja a quase todos os países do mundo”.

Ao depor Jango, a primeira medida do governo Castelo Branco foi atender ao pedido dos gringos: revogar a lei da remessa de lucros. Embora a tivesse enfrentado, Getúlio Vargas não foi capaz de vencer a pressão do capital estrangeiro em 1945 e 1954. Em outras crises, 1930, 1932, 1935, 1938, a contradição se situava mais em âmbito nacional, digamos que o capital estrangeiro não tinha ainda colocado o seu time na rua, tal qual sucederia com o governo JK, período em que passa a comandar o país o Plano de Metas de Roberto Campos. A crise de 1964, do ponto de vista político evidencia que o capital estrangeiro não tolera desempenhar uma função secundária na vida

econômica do país. E já na preparação e deflagração do golpe os dólares rolaram à farta provenientes da embaixada dos EUA, da CIA, da Mannesmann, da Mercedes Benz, do Royal Bank of Canada, do Bank of Boston e do First National City Bank. Dólares destinados a comprar armas, porque a direita estava se armando desde 1961 com o marechal Odílio Denis, almirante Sílvio Heck, Adhemar de Barros, Júlio de Mesquita Filho, Carlos Lacerda e Sandra Cavalcanti.

Relação complicada a de São Paulo com Leonel Brizola. Essa cidade nunca o curtiu. Ele por acaso gostava de São Paulo? Em 1989, antes das eleições presidenciais, declarou que tencionava ficar uns tempos por lá, onde foi um fiasco o número de votos que teve. Quem votou nele? O perfil psico-existencial de seus eleitores. Quem são os brizolistas na paulicéia? A Igreja e os teólogos da libertação talvez tenham-no prejudicado muito mais do que a mídia, incluindo os grandes jornais e a TV Globo. É que a paulicéia desvairada nasceu ao largo de um colégio jesuíta. A Igreja faz a cabeça do povo tanto quanto a Rede Globo. O fato histórico novo na evolução do capitalismo brasileiro a partir de 1970 é a instalação monopolista da indústria cultural durante a ditadura.

A unidade nacional foi articulada pela TV durante a década de 1970, nove anos antes da reestruturação partidária, da qual surgem sob o consentimento maquiavélico do general Golbery os partidos trabalhistas: PT e PDT. O general da ditadura jogou areia na sinfonia do trabalho. Esse ruído entre PT e PDT é fruto da ilusão de que a “abertura” dos militares teria engendrado “algo *nuevo*” na estrutura partidária do país. Roberto Mangabeira mostrou o Brasil-1 (PT - paulista) em oposição à esquerda do Brasil-2 (PDT de Leonel Brizola). Com Fernando Collor o Brasil-1 venceu o Brasil-2 nas eleições presidenciais de 1989, embora a taxa de criatividade política, segundo o livro *Alternativa Transformadora*, seja maior na esquerda do Brasil-2.

Roberto Mangabeira bicou em Leonel Brizola ao afirmar a idéia de que o PT está desprovido do acesso visionário à política. Ele criticou “o pragmatismo não pragmático” de Leonel Brizola, enquanto este acusou a má consciência soterológica de Roberto Mangabeira, que toma a política na ótica da redenção religiosa, como se o voto do

descamisado da Central do Brasil valesse mais do que o voto de uma estudante grã-fina da PUC.

Por que Leonel Brizola não conquistou São Paulo? Eis a questão formulada por Maria Victória Benevides: por que o PTB foi fraco em São Paulo? A despeito de sua pesquisa muito bem feita, ela não responde se a falha foi do PTB, oscilando entre o ademarismo e o janismo, ou da cultura política paulista submetida ao fascínio do nababo, do tubarão, do marajá. São Paulo *citizen Kane*. Aí quem não tem dinheiro não tem razão. Evidentemente havia políticos honrados no PTB paulista como Rogê Ferreira, Rubens Paiva e Salvador Lossaco. O PT tirou o B do PTB, mas vampirizou o apotegma: "trabalhador vota em trabalhador."

Maria Victória acerta mais ao focalizar a direita liberal udenista do que ao tematizar a esquerda petebegejangobrizolista. Excelente historiadora das ambigüidades da bailarina JK e da demagogia mefistofélica de Jânio Quadros, ela vacila ao tentar nos convencer de que o partido dos trabalhadores é uma criação ex-nihilo da política nacional. Maria Victória comete algumas simplificações colocando figuras tão díspares como Adhemar de Barros e Leonel Brizola no mesmo baú populista.

A mitologia do PT em torno de seu "algo *nuevo*" sindical sem antecedentes ideológicos é um deslize da sociologia do desenvolvimento denunciada por Roger Bastide, o ex-professor de ciências sociais da USP que talvez entrasse no PDT brizolista, assim como Florestan Fernandes fez carreira de deputado no PT de Lula. A base social que está por trás do *new* trabalhismo é o capital automobilístico injetado no ABC paulista. Se fossemos dar um *close* sociológico na morfologia do PT, o general Golbery deveria acasalar-se com JK: o automóvel e a metalurgia da indústria. A indústria do automóvel ganha um significado tão relevante quanto a abolição da escravatura. Esse condicionamento sócio-cultural do Jotaká industrializante é que confere um traço específico à classe operária das fábricas multinacionais. O Brasil moderno econômico requer modernos partidos políticos, de modo que a modernidade do *new syndicalism* é o automóvel pilotado pelos bispos da Teologia da Libertação. Na campanha de

1989 a pastoral do automóvel, conforme o *slogan* da cançoneira ianque, não terá medo de ser feliz com emprego fixo. O PT durante a década de 1990 retoma o lacerdismo em sua crítica ao populismo da Jangada do Sul. Leonel Brizola acertou em sua análise comparativa quando chamou o PT de "UDN de macacão".

PT e PSDB. Existe hoje um acordo tácito entre os dois partidos paulistocêntricos, ambos submetidos aos interesses dos estamentos multinacionais: ora sobe um, ora outro, revezando-se para não dar lugar a outra tendência. As eleições de 2006 e a ênfase na idéia de pátria e patriotismo: ser de esquerda hoje no Brasil é assumir o nacionalismo e a defesa da pátria, do território, da luta pela reestatização das empresas que foram entregues ao domínio estrangeiro por FHC e que Lula aceitou de bom grado, reforçando o pacto entreguista de manter inalterado o processo das privatizações internacionalizantes. E mais: o acordo feagacelula é o de não tocar nesse assunto-tabu. Se Lula quiser palmilhar o caminho "paz e amor", FHC colocou as condições na mesa: esqueça a essência do que foi o governo tucano, ou seja, a privatização estrangeira do território nacional. A cabeça petucana é um epifenômeno ideológico paulistocêntrico. A classe operária sindical submete-se à hegemonia dos estamentos multinacionais. O PSDB é o partido dos estamentos multinacionais estrangeiros. A ideologia dominante hoje no Brasil é a ideologia da classe dominante formada pelas grandes empresas internacionais. Vem dessas bases sociais o motivo do fascínio de Lula pela personalidade de FHC. É este o político que ele mais admira em sua vida: é o amoooooooooort...

HERANÇA MALDITA É O TERRITÓRIO BRASILEIRO PERDIDO

O país inteiro doente no desejo.

Comício didático. Leonel Brizola perguntava para a massa: Será que botaram alguma coisa no guaraná e na cerveja?

Ou na cachaça?

O valor mais elevado que se perdeu com a ditadura de 1964 foi o de nação. Os oito anos de FHC erradicaram a idéia de sujeito histórico junto com a privatização internacional do território.

Nosso chão dólar antevisto com pesar pelo escritor Oswald de Andrade.

Fim da Segunda Guerra. No governo Dutra o salário mínimo não foi aumentado nem sequer uma única vez. Em 1950 Vargas encara o absurdo de o Brasil ser um país exportador de dólar. Standard Oil. Suicídio por causa da criação da Petrobrás. Veio João Goulart e pegou pesado contra a remessa de lucros para o exterior. Aí desagrudou ao coronel Vernon Walters. Os milicos brasileiros apenas fizeram o papel de coadjuvantes. O Brasil tornar-se-á o paraíso das multinacionais. Exportar é a solução.

Discípulo de Eugênio Gudin, Roberto Campos queria vender as estatais antes mesmo de implantar-se a ditadura.

Quem materializou o desígnio entreguista de Roberto Campos – o de privatizar as empresas mistas e estatais – foi o governo FHC. Na ditadura o Estado brasileiro serviu ao imperialismo. A abertura democrática desestatizou a sociedade com as privatizações internacionais. O dever de casa ditado alhures. O pacote externo.

Que lance é esse de usar o Estado e depois jogá-lo fora?

O processo das privatizações internacionais corre paralelo à destruição das Forças Armadas nacionais. Em 1964, delas se valeu o imperialismo para derrubar João Goulart. Agora chegou o momento de descartá-las no balde da “globalização” de 1990. Fernando Collor embarcou no anti-estatismo da destruição das Forças Armadas. Em toda a América Latina coexistiu a voga da democratização com as reformas econômicas neoliberais que desmontaram o Estado com as privatizações. A Vale do Rio Doce é o maior crime do século. FHC o deixou para Lula. Este concordou: ok. A governabilidade depende de não alterar o que foi vendido ou doado com os vários barretes na moiranga *honoris causa* do príncipe da moeda.

Darcy Ribeiro cantou a jogada sobre a ilusão de FHC fazendo de tudo para ser amado pelo poder norte-americano.

Love me.

Eu estudei mais do que Clinton.

A minha única diferença é o meu pé na cozinha.

Os EUA não querem ser amados, e sim obedevidos pelo medo, por deter o monopólio da violência militar. O cagaço subserviente ao imperialismo. O que os gringos querem é o bolero cantado pela pistoleira da Inglaterra: “não há alternativa”.

A história acabou, segundo um filósofo japonês picareta assessor do Reagan.

Noam Chomsky escreveu que o Iraque foi convertido num posto de gasolina de empresas privadas americanas. A guerra antiga é a do petróleo.

Desde 1945 os EUA estão de olho no Oriente Médio. Nasser no Egito já foi considerado um “novo Hitler” pelos americanos e ingleses. Daqui a pouco Hugo Chávez será a bomba no Palácio Miraflores da biomassa.

O homem equatorial vai falar.

Depois do Oriente Médio a superpotência velhaca está de olho nas fontes de energia para as suas demandas.

Plano Real de FHC foi a nossa Guerra do Iraque a fim de privatizar o sol e a água dos trópicos.

Não há mais a dualidade entre empresas nacionais e empresas estrangeiras. Eisenhower deu um tapa no petróleo do Iraque com a mesma lógica do golpe de 1964. Do petróleo à biomassa. Do ponto de vista da geosociomística muda-se o transe de Maomé para o Curupira das florestas.

Retorno ao recalçado

A Marcha com Deus pela Família ostentava as faixas: “32 + 32 = 64”, “1,2,3, Brizola no xadrez”, “Está chegando a hora de Jango ir embora”. Os golpistas cantavam *Paris Belfort*, o hino de 1932. Carlos Lacerda feliz: “São Paulo começa a salvar o Brasil”, ele dizia. Oitocentas mil pessoas nas ruas. A organização por conta de uma freira, irmã Ana Lourdes, com a rapaziada estudantil do Mackenzie. A Fiesp convida o papa Paulo VI para nos visitar e constatar quão profundo é o sentimento religioso no povo brasileiro. O general Jesus Zerbini em São Paulo ficou fiel a Jango, acusado de “Lénin gaúcho” pela Igreja. A imprensa apavorava meio mundo: “o comunismo vem aí”.

Fazendeiro rico de nascença em São Borja, João Goulart é o ethos vaqueiro do chimarrão que aproximava o dono da boiada e os peões. Taperia Jango. A existência pastoril. A oralidade gauchesca forjada no galpão, *galpón*, ensina Sílvio Júlio, de chão batido, próximo à residência do estancieiro. “É nos galpões que há o comentário, o boato, a sátira, o jogo. Em torno do mate amargo, bebido na cuia pela bomba de prata, sentam-se os gaúchos e palestram quatro, cinco horas a fio”. No Sul, galpão é o equivalente da bagaceira nordestina, berço oral da cultura popular.

Ministro do Trabalho de Vargas em 1953, João Goulart aumentou o salário mínimo em 100 por cento. Os coronéis conservadores, tendo à frente Golbery, não gostaram. Afilhado de Vargas virou castra marcado. O dilema posto pela *carta-testamento* de 1954 a favor ou contra o dólar que extrai o seu lucro na moeda nacional. O capital estrangeiro opera aqui, mas o fruto bendito disso vai para fora. Na

linha de Vargas, João Goulart se opôs à remessa de lucros para o exterior e não teve perdão por querer a reforma agrária. Os latifundiários viram-no como inimigo. Por ser nacionalista e reformista virou o diabo, o coisa ruim, o capiroto.

O presidente Kennedy não foi contra a posse de Goulart, mas para desestabilizá-lo molhou a mão de Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto. Em 1974 Glauber Rocha chamou FHC de "kennediano" e anticomunista. Ninguém se ligou. Kennedy fez muito mal ao Brasil. Comandante do 4º Exército, o marechal Castelo Branco era em 1963 tratado como *our boy* pelos EUA. O sonso e fingido embaixador Lincoln Gordon deu o sinal verde para derrubar Jango. O agente da CIA Vernon Walters era a vedete da Escola Superior de Guerra. Em 1965, Antônio Callado escreveu um artigo estudando, *Suicídio Sem Sangue*, sobre Jango-Hamlet no Uruguai exilado: "Solymar, que lembra a Barra da Tijuca, é lugar luminoso e duro como um poema concreto:

Solymar
Sol e mar
Marysol
Mar só
Março"

O cavalo manco não consegue dar o salto histórico. Na umbanda João Goulart é o caboclo boiadeiro, Brizola é Xangô. Callado mistura com sutileza Shakespeare e Umbanda.

Ignomínia é o que se fez com a memória de João Goulart na história do Brasil. Paulo Francis no jornalismo, 30 anos depois do golpe, badala Roberto Campos e Bulhões, elogia o entreguismo do marechal Castelo Branco que modernizou a economia. Seria ótimo para o Brasil se João Goulart tivesse se matado em 1954 junto com Getúlio Vargas. Suicídio duplo. Esse desejo de Francis não era só dele. Está até hoje na ideologia hegemônica: tirar Jango do poder, mas sem apelar à ditadura. É o Francis novaiorquino dos restaurantes finos com o uísque contrabandeado de Roberto Campos.

O colombiano Gabriel García Márquez, conversando com Glauber Rocha em Barcelona estranhou que não houvesse sido escrito nenhum romance sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, minuciosamente calculada com o vice João Goulart em visita oficial na China de Mao Tse-tung.

Gondim da Fonseca escolheu Jânio Quadros como mameluco do Paraguai registrado em Mato Grosso, complexo de inferioridade, de analfabeto, bêbado e depravado. De 1961 até 1964 nenhuma gota de sangue. Ditadura. Arrocho salarial. Prisão. Exílio. Tortura. Censura. Abertura. Eleições. Democracia. O alvo maior dessa tragédia foi Leonel Brizola casado com dona Neuza Goulart, contra o qual o golpe de Estado foi desencadeado a fim de barrar-lhe a presidência da República pelo voto em 1965. Mais tarde seria preterido em sucessivas eleições televisionadas por Collor, FHC e Lula. A derrota do trabalhismo nacionalista significa que o êxito cabe à ditadura financeira que expulsou João Goulart do poder. Daí a questão que não admite meio termo: a favor ou contra a queda de João Goulart?

Campeão das privatizações internacionais, FHC posou durante o "autoritarismo" de vítima do golpe de 1964, indo morar no Chile com salário de "exilado", tendo a fortuna *à la* Maquiavel de ser apoiado como professor da USP, o que lhe deu aura de perseguido brilhante aos olhos metalúrgicos. Era o sindical Cebrap fordistra de 1969. A dependência do Brasil ao imperialismo nega o significado nefasto do golpe de 1964 na história do Brasil. O Cebrap de FHC é o anti-ISEB por afirmar a inexistência do imperialismo, tal qual estava a programática do Partido dos Trabalhadores durante a década de 1980: bater na tecla do golpe de 1964 não rende voto. Na oração dos padres petistas a greve de Osasco tornar-se-ia mais importante do que a queda de João Goulart.

O PT no poder não mexe uma palha no *status quo* televisivo herdado da ditadura. Neste século do cinema o golpe de 1964 (observem as fotos de Lincoln Gordon, do general Olímpio Mourão Filho, de Magalhães Pinto e de Carlos Lacerda) é um golpe cinematográfico para implantar a televisão monopólica financiada pelas multinacionais. *As Pictures* no papel da CIA. A cena roliudiana com o embaixador

Gordon, o esnobe de Harvard, o general Mourão Filho com a sua volúpia de aparecer nas fotos vestido de farda e de cachimbo na boca, e que se dizia (por causa do cachimbo) parecido com o marinheiro Popeye. O general Mourão era leitor ávido de gibis em Juiz de Fora. É o cinema lanterna na popa de Roberto Campos. O Fenemê cede o seu lugar ao bibi calhambaque da Jovem Guarda com a gasolina tropicália. O Collor neojotakaquizado com o seu puta carrão e o aparelho de som do Lula. O golpe de 1964 na imagem é Roliudi, e no áudio é Jovem Guarda.

Os levianos brasilianistas historiadores começam a deturpar a história do Brasil de olho no ano de 1964. Nesse festival da canção brasilianista Santiago Dantas é anjo, Leonel Brizola é o caudilho, o demônio considerado muito anti-norte-americano para o gosto de Jotaká. Os historiadores brasilianistas tomam conta da historiografia universitária e identificam o nacionalismo brasileiro com o totalitarismo nazifascista. Foi uma infelicidade histórica para nós a européia dobradinha de Hitler e Mussolini atrapalhando a compreensão da mensagem antiimperialista da *carta-testamento*. O padrinho da UDN norte-americana é o exu Adolf Hitler. Nas universidades o efeito do golpe de 1964 será responsável pela progressiva desqualificação do conceito de nacionalismo na cultura brasileira, conceito esse com traço específico porque conectado à defesa dos recursos naturais e estratégicos do maior território tropical do planeta, cuja utilização deveria ser feita em benefício do povo e da nação.

A lei das patentes aprovada sob o aplauso unânime dos parlamentares do PT. O patrimônio mineral e bioenergético. As gangues financeiras internacionais. Hoje, quarenta anos depois do golpe de 1964, deflagrado no contexto da Guerra Fria, verifica-se que não diminuiu a pressão do imperialismo de olho gordo no sol e na água dos trópicos. A esquerda cochila sem entender a biomassa energética no século XXI.

Afinal, o desenvolvimento do capitalismo gera o subdesenvolvimento. O avanço do imperialismo é proporcional à submissão do Terceiro Mundo espoliado.

A criminoso negociata da privatização internacional do território já estava naquele ágape intitulado "Seminário de Marx", embora

evidentemente a culpa por esse estrago não deva ser atribuída à obra-prima *O Capital*. Jango caiu não por seus defeitos, mas sim pelas suas virtudes. Darcy foi o último a deixar o Palácio no dia primeiro de abril. Ele queria a resistência militar contra o golpe do liberalismo udenista norte-americano.

O golpe de 1964 foi bolado em Washington. O ministro do planejamento do governo Goulart e autor do Plano Trienal, Celso Furtado, a partir da década de 1970 dispensou a categoria de imperialismo engabelado por Wall Street. O conceito eufemístico de desenvolvimento entra na moda depois da Segunda Guerra Mundial. Os EUA disputam a liderança mundial com a URSS. A sociologia afirma que a causa do golpe de Estado foi o populismo, mas acontece que Adhemar de Barros, Jânio Quadros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto estavam do outro lado da barricada de Jango, aliás nome de um dos personagens romanescos de Oswald de Andrade na década de 1930.

Em 1964 as forças sociais promotoras do golpe foram o imperialismo, o latifúndio, a burguesia associada aos capitais estrangeiros e a classe média. Elas temiam o perigo do comunismo. Muita gente só sacou que era ditadura em 1968 com udistoque e luta armada. A malandra *Teoria da Dependência*, de FHC e Falleto, não falava outra linguagem diferente do Plano de Metas de Roberto Campos. A internacionalização do país é o berço do surgimento do Partido dos Trabalhadores, que acusa o presidente João Goulart de cego e fraco, enquanto o senador FHC é a mediação militar com os líderes da direita que deram o golpe de 1964.

O tumulto janguista contrasta com a maré mansa da sociologia que culpabiliza o presidente João Goulart por não ter visto se alastrar ao redor de si a contra-revolução de direita. Essa é a crítica de camarote feita a João Goulart que não topou a guerra civil latente na história do Brasil desde a abolição da escravatura ou da Independência. O nacionalismo trabalhista não desfrutará de nenhuma simpatia com os petistas depois de 1979. O mestre Florestan Fernandes considerava os militares de 1964 como as mãos de gato do entreguismo. Quem venceu foi a civilidade civil multinacional.

O Partido dos Trabalhadores não lida bem com a questão da gênese da ditadura. É nula a fortuna crítica do PT acerca do que aconteceu em 1964. Evidentemente seria tolice consignar que tudo, tudo – digamos: o que há de pior na sociedade brasileira – tenha começado com a deposição do governo. O imperialismo norte-americano é perdoado por ter derrubado o presidente João Goulart, assim como os milicos que participaram dessa aprontação negam de pés juntos que a ordem tenha vindo da CIA ou do Pentágono. A mesma coisa se observa junto aos economistas tecnocratas: o golpe de 1964 é apresentado como *made in Brazil*. Alguns foliculários tiraram dos Estados Unidos e das multinacionais a responsabilidade pelo golpe de Estado. A culpa é de Jango que não soube organizar as massas. A Escola Superior de Guerra jogou pesado contra ele desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961. A esquerda o considerou abúlico por não ter resistido ao golpe, comparando-o com Allende no Chile em 1973, que morreu metralhado no palácio do governo. Depois de João Goulart todos os presidentes do Brasil foram bonecos controlados pelo poder norte-americano.

Segundo Nelson Werneck Sodré, os militares fizeram o papel de cirurgião em 1964. O que Jango sofreu foi uma derrota política que o impediu de reagir. O comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro perdeu para a Marcha com Deus e pela Família do governador Adhemar de Barros. A alta hierarquia católica da Igreja conspirou para derrubar João Goulart. A direita usou os militares como instrumento. Estes dançaram bonitinho como se vê atualmente, assim como a burguesia industrial golpista de 1964 hoje está na lona. Quem se deu bem com o golpe de 1964 foi o imperialismo norte-americano. Nossa burguesia hoje não tem medo de comunismo. Quem ganhou a Guerra Fria foram os EUA. O golpe de 1964 é um desdobramento dos golpes anti-Vargas de 1945 e 1954. O inimigo do imperialismo era o trabalhismo nacionalista. Com a tradição vargojanguobrizolista derrotada, os novos líderes emergentes e palatáveis são os eleitos Collor, FHC e Lula. Em 1964 o milico deu o golpe e permaneceu no poder, mas a burguesia civil o manipulou. De Collor em diante, as Forças Armadas estão na pior. Não se metem na política nem

mantêm nenhum governo. Hoje as eleições são determinadas pelo poder da TV e dos meios de comunicação. Não se pergunta qual é o papel das Forças Armadas na atualidade brasileira. O que se pergunta é qual o papel da TV e da pesquisa eleitoral. A burguesia brasileira sobe no momento de hegemonia da dominação imperialista. Fraca, a burguesia é uma classe bunda-mole. Essa tibieza sociopsíquica acaba se espraiando por todos os níveis da sociedade brasileira. É a metástase da fraqueza colonial O pulso anêmico da classe burguesa no Brasil contaminará de cinismo as manifestações culturais. Trata-se de uma burguesia que não se realiza plenamente como classe social, mas não sente quanto a isso nenhum mal-estar, drenando uma polpuda mais-valia para o exterior. Sob esse ângulo estrutural, o golpe de 1964 continua em seus efeitos até hoje. As lideranças políticas e intelectuais que sofreram a sua ação repressiva foram as lideranças do trabalhismo: João Goulart, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, sendo que este foi o último a nos deixar em 2004. O ex-presidente João Goulart morreu em 1976, Darcy Ribeiro em 2000.

A propósito de 1964, fala-se em golpe militar, mas é preciso lembrar que teve intensa e decisiva participação civil, a exemplo dos empresários de São Paulo. Não é por acaso que São Paulo – dentre todos os Estados – foi favorecido pela política econômica da ditadura. A herança trabalhista pré-64 não mais ressurgiu no poder. Já foi ventilada a hipótese de que o *impeachment* de Collor, o qual não deixa de ter alguma coisa nebulosa e enigmática, se deveu em grande parte à possibilidade de ele vir a se aproximar de Leonel Brizola. Um Collor em transe que poderia – se descobrisse o seu avô Lindolfo, ministro de Vargas – atuar no campo progressista, caso ficasse seduzido pela proposta educacional dos Cieps. Não é também de todo descartável a conjectura de que Lula já teria cumprido sua missão histórica ao derrotar o trabalhismo de origem getulista.

É esquisito que neste século XXI um ex-operário no poder não reverencie a memória do último presidente da República trabalhista e próximo da classe trabalhadora, ainda que João Goulart fosse um estancieiro no Rio Grande do Sul. Para Darcy Ribeiro, a classe dominante brasileira, oriunda de ex-escravocratas, composta de 20 mil

pessoas, não suportou a “traição” de classe do Jango rico. Tudo, menos um “trânsfuga” de sua classe que “tinha os olhos abertos para a miséria do povo brasileiro”, no dizer de Darcy Ribeiro. O presidente com perfil social bifronte. O que veio depois dele – de Sarney a Lula – é a total submissão ao patronato. Com a sua origem plebéia, portanto antípoda de Jango, Lula se deixa enfeitejar pela burguesia financeira. Segundo Darcy Ribeiro “o exercício do poder era um fardo pesado para Jango, que não sabia tirar dele os gozos que tanto gratificaram a JK”.

Jango morreu exilado na Argentina. O único presidente da República a morrer no exílio, cheio de amargura com vontade de voltar à pátria. Contra ele os golpistas exerceram a ciência da crueldade. A cultura multinacional da telenovela o deixou no ostracismo. Com a estratégia anti-ISEB montada pela USP e pelo Cebrap, o truque de FHC começou pela chave do cofre acadêmico na doação de bolsas de estudo, no momento em que o comando das empresas multinacionais passou a ser a televisão. A tela multinacional venceu a *carta-testamento*. Se com os governos de Collor e FHC a televisão maltratou as Forças Armadas, com o rolar do tempo o imperialismo irá descartar tanto a TV quanto as Forças Armadas. O capital financeiro estrangeiro estará engolindo o vídeo, assim como o banco engoliu a fábrica e o capital produtivo nacional.

A análise do governo Lula empreendida por Leonel Brizola em seus “tijolões” ou “tijolinhos”, publicados na imprensa desde meados de 2003, denunciou a “pseudoreforma da Previdência” e os laços ideológicos com o “neopetista” José Sarney. Condscendente com os graúdos e poderosos, Lula castigou os pequenos e a classe média trabalhadora, o que revela uma atitude inibida e paralisante diante do patronato. Estava Leonel Brizola convencido em 2003 de que José Dirceu montava um “centrão” à la Sarney. Essa incoerência de Lula haveria de enfraquecê-lo cada vez mais, principalmente na eventualidade de ter de se defrontar com os grandes embates. Leonel Brizola apontou o espectro da tibieza rondando o presidente Lula e o seu governo. A tônica da análise brizolista incidia na fraqueza de Lula: fraco e confuso. E aqui convém abrir um parêntese para fazer um

cotejo, ainda que ressaltando as gritantes diferenças, com o governo João Goulart, o qual foi analisado por Leonel Brizola à altura de 1962 pelo ângulo de quem só tinha nominalmente o poder com a sua política de conciliação, acometido de perplexidades e vacilações, compelido a negociar com as forças políticas que o derrubariam, embora tivesse tido duas vezes a oportunidade de pleno poder em suas mãos com o movimento da Legalidade e o plebiscito.

Não é minha intenção sugerir que haja qualquer tipo de semelhança psicológica entre Jango e Lula, nem tampouco comparar as “reformas de base” (agrária e remessa de lucros) com o *marketing* “Fome Zero”. O que merece reparo é que Leonel Brizola estava familiarizado com o fenômeno da fraqueza na liderança política, e que no caso de Lula no poder indigitou-lhe um complexo de inferioridade, de temor e de insegurança diante do patronato nacional e multinacional, de modo que a tendência seria a perda da confiança de quem votou nele, ao mesmo tempo em que poderá acontecer uma certa intransigência da parte daqueles a quem ele está servindo, ou seja, a paz e o amor dos bancos e da plutocracia transformar-se-ão em guerra e ódio, pelo menos em estratégia de desmoralização de seu governo. A idéia de representação no Brasil democrático trouxe a seguinte semântica política: a vez é do operário, e não a representação dele. Assim, Lula apresenta-se como o próprio operário. A mistificação icônica do operário de carne e osso dispensa a distinção dialética da classe em si e da classe para si. O curioso é que esse fetichismo icônico acompanha a atitude enlouquecida do PT contra o Estado, facilitando o domínio do país pelos interesses externos. Em 2003 Leonel Brizola apontava que Lula, em meio ao arrocho, ao desemprego e à recessão, trilharia um caminho solitário decorrente de sua traição, com Dirceu e Genoino exercendo a política dos governadores. Nesse contexto estariam contra o governo o MST, os sindicatos e os funcionários públicos. Embora fraco diante do espectro da instabilidade, desprezando os partidos políticos, Lula cometeu o erro de superestimar sua capacidade de cooptação política. Quem sabe não haverá – perguntava Leonel Brizola – uma desunião da direita que o apoia? Isso depois que estabeleceu como prioridade de seu governo

podar os aposentados. Querendo ser o bom moço do FMI, o boneco manipulado na presidência da República. Por causa de sua proverbial fraqueza, Lula – o “Tony Blair tupiniquim” – está perdendo a oportunidade que lhe foi dada pela maioria do Congresso e pelo respaldo da mídia e da opinião pública.

O isolamento do governo. A incapacidade de ação na defesa dos interesses populares. A fraqueza de Lula parece reproduzir a personalidade básica do homem brasileiro colonizado. Há na cultura de origem colonial um sangue leucêmico, vindo talvez dos Portugais deliçescentes, inculador de um temperamento propício à complacência, evitando de antemão o confronto como uma atitude inócua que não leva a coisa alguma. O método da conciliação é bem visto pelo conformismo. Leonel Brizola representa o avesso dessa atitude: “Quando me tracei a missão de servir, com autenticidade, ao meu país e ao nosso povo injustiçado, sabia que uma torrente de calúnias e de mentiras desabaria sobre mim. Preparei-me, espiritualmente, para tudo isto. Sou um homem determinado e nada me afastará do meu caminho”. Isso foi dito em 1963. A mesma coisa; “Que irei fazer? Respondo: o que um homem determinado puder fazer, eu farei. E ninguém pode negar-me o direito de ser patriota no meu país”. Leonel Brizola sabia o que estava falando quando sublinhou a questão da fraqueza. Em 1954 ofereceu a Getúlio Vargas o apoio das Forças Armadas do Rio Grande do Sul, mas o presidente preferiu a solução do suicídio para evitar o derramamento de sangue. Esse fantasma do sangue reaparece em 1964, depois de Jango receber das mãos de Getúlio Vargas a *carta-testamento* em 1954. Dez anos mais tarde Jango cometerá um suicídio político sem sangue, no dizer de Antônio Callado. Para evitar que o Brasil ficasse dividido em dois, como na Coréia e no Vietnã. No exílio, impressionado com a guerrilha de Chê Guevara, Leonel Brizola tentou organizar a luta armada contra a ditadura.

A “teoria do populismo” virou um vexame com o Fome Zero. A origem social humilde do presidente fará parte do credo espalhado pela Igreja opondo-se ao trabalho laico de Leonel Brizola com o seu programa de educação baseado em Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Na década de 1970 Glauber Rocha advertia que a Igreja havia jantado o marxismo. A Igreja deu o aval para o golpe de 1964 com a paranóia do anticomunismo. Trata-se, afinal, de um golpe civil-militar-eclésiástico-imperialista. Nesse balaio entram CIA, embaixada norte-americana, burguesia, latifúndio, setores subculturais da classe média. Mas a quem esse golpe serviu? Quem acabou se dando bem com ele? À primeira vista, os milicos estiveram no primeiro plano, durante 20 anos deram as cartas no poder; todavia não foram (à exceção de alguns generais venalizados e desfrutáveis) as Forças Armadas como instituição as beneficiárias. Que se observe a sua penúria material. Desde 1989 têm sido esculhambadas pelos presidentes da República e objeto de chacota na mídia. Hoje em dia um general de quatro estrelas é menos visível, desfruta de menos prestígio do que um “publicitário da cidadania”. O paradoxo é que nos idos de 1964, para não dizer em 1945 com a deposição de Vargas, em 1954 com o suicídio deste, em 1961 com a interdição do vice Goulart ao poder, as Forças Armadas – educadas na Escola Superior de Guerra pró-EUA – estiveram no vértice desses acontecimentos, de modo que 40 anos depois assistimos a um eclipse da força militar na determinação dos rumos da história do Brasil. O que terá então acontecido?

A estratégia da instrumentalização ideológica entrou em cena com o imperialismo que se valeu das Forças Armadas nacionais para colocar o Estado à sua disposição. O golpe de 1964 favoreceu muito mais às multinacionais do que ao latifúndio e à burguesia nacional. O nacionalismo foi declarado obsoleto pelo embaixador norte-americano Lincoln Gordon. O militarismo na sociedade brasileira serviu aos interesses norte-americanos com a desnacionalização do parque industrial e o controle da economia pelas corporações multinacionais. É inegável que o poder imperialista instrumentalizou as Forças Armadas e o Estado de 1964 a 1989, todavia depois dessa data, com eleições diretas, o militarismo entra em crise. A ditadura não foi derubada. Já não há mais o contexto da Guerra Fria. Os militares voltam aos quartéis. É como se, de agora em diante, o imperialismo norte-americano, com as empresas operando aqui dentro, não mais tivesse necessidade – para realizar os seus objetivos – do Estado pós-64

e das Forças Armadas. Daí a atitude de devorar os seus antigos aliados. A privatização internacional iria debilitar ao máximo o Estado, assim como as Forças Armadas serão tratadas à míngua.

A versão equivocada e de direita considera João Goulart um maçoquista caindo de poder, um “populista” autoflagelado na flor da idade. O diálogo fecundo de Glauber Rocha com o seu amigo Darcy Ribeiro. Em 1964 o cineasta, aos 25 anos de idade, viveu um golpe de direita pró-norte-americano, colocando reparo na diferença quanto a Serguei Eisenstein e a revolução de 1917. Aqui ele, o “Eisenstein brasileiro”, se viu diante de uma contra-revolução reacionária. Do poder janguista não participou, mas o golpe de 1964 determinou sua vida errática fora do Brasil e as suas análises sobre política e os intelectuais. O filme de 1964, *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, é sobre o latifúndio no Nordeste: o seguinte em 1967, *Terra em Transe*, tematizará o Estado e o imperialismo. O filme é sobre um golpe de Estado em Eldorado que ao contrário de um general, leva um político civil ao poder. E nisso avulta a estranheza de sua mímese cinematográfica, cujo foco não denuncia a força militar como agente do processo político em Eldorado, num filme concebido apenas três anos depois de 1964. A expectativa geral era de que *Terra em Transe* fizesse uma anatomia do golpe de 1964 pondo a culpa nas Forças Armadas como vilã, quando para surpresa geral o único milico é o ator Mário Lago, por sinal comunista e parecido fisicamente com o general Geisel. O propósito dos EUA desde Collor é reduzir a pó de traque as Forças Armadas nacionais.

MISÉRIA DA AMNÉSIA HISTÓRICA

Não foram poucos os artistas e intelectuais que tematizaram o golpe de Estado de 1964, a exemplo de Antônio Callado, de Nelson Werneck Sodré, de Glauber Rocha, de Ênio Silveira, de Darcy Ribeiro, de Paulo Francis, de Castelinho. E não apenas no calor da hora, ou logo na seqüência, mas depois de 10, 20, 30 anos. O Brasil está muito longe de ter alcançado as metas almeçadas pelo reformismo

nacionalista de João Goulart, não obstante o retorno da democracia. Mesmo ao PT de Lula é impossível deixar de posicionar-se em relação às causas da ditadura, embora o PT não esteja nem aí para o que representou João Goulart na história do Brasil.

Na explicação da gênese do golpe de 1964 não convence a ameaça de uma “república comuno-sindicalista-populista”, ou senão a quebra da hierarquia militar, a rebeldia dos sargentos, o comício da Central do Brasil. É difícil admitir que a Marcha com Deus pela Família pudesse derrubar um presidente da República. Também não é verdade que o governo Goulart tivesse sido desaprovado pela maioria da população. O povo não pesou nem contra nem a favor. O marechal Castelo Branco entregou aos tecnocratas civis a condução da economia do país. Os militares não deram um chega-para-lá no presidente e logo saltaram fora, tal qual sucedeu com a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Eles ficaram longos anos no poder. É isso o que diferencia 1964 de outras intervenções militares.

Que a alucinada cruzada anticomunista tenha feito a cabeça dos militares golpistas é indiscutível, porém isso não deve ser concebido como a verdadeira causa de 64, apesar da atmosfera ideológica da Guerra Fria entre USA e URSS. Provavelmente lá no íntimo de suas convicções, nem Kennedy (assassinado em novembro de 1963), nem o texano Lyndon Johnson, nem Vernon Walters, o espião da CIA, nem o embaixador norte-americano Lincoln Gordon, acreditassem na existência de um “perigo vermelho” no Brasil da década de 1960. A mesma coisa vale para os líderes civis golpistas, a exemplo de Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros. Destarte, trazer à tona as motivações dos protagonistas não significa detectar as causas desse acontecimento histórico. Por exemplo, o general Mourão Filho, leitor de histórias em quadrinhos, na ânsia de comando da tropa, desembestou precipitadamente de Juiz de Fora com os seus tanques para o Rio de Janeiro. Teria sido outro o desfecho da crise do governo João Goulart se o marechal Castelo Branco não fosse terrivelmente feio do ponto de vista físico, ou se aparecesse com charme vistoso montado num cavalo ou lutando esgrima? Evidentemente os militares não suportam (pois a um Exército não convém agir por determinações alienígenas) a versão

de que 64 começou em Washington com a participação da CIA, da “kennediana” Aliança Para o Progresso, da embaixada norte-americana, e por pouco da operação Brother Sam, caso o dispositivo militar de João Goulart tivesse reagido.

Sintomática quanto à participação dos EUA é a insistência obsessiva do ex-embaixador Lincoln Gordon (que no Rio de Janeiro virou lacerdista) em negar qualquer participação sua na interrupção do processo democrático em 1964. Os brasilianistas até hoje não gostam de Jango. O queridinho deles é Santiago Dantas, embora cientes de que não estava no programa de Jango o designio de acabar com a propriedade privada.

CABEÇAS CORTADAS E COROADAS

Examinando do presente para o passado, o golpe de 1964 parece um enigma, um labirinto, um mistério, um bicho-de-sete-cabeças, como se estivéssemos diante do maior dos paradoxos: um acontecimento histórico sem causas. Insanidade é admitir um fato histórico desprovido de causalidade. Sentimos até hoje os seus efeitos malignos no cotidiano do país. Foi um desastre para a civilização brasileira; no entanto não poucas vezes somos obrigados a desconfiar de seus historiadores e da história que não tolera os perdedores. Quem atualmente está por cima da carne-seca não quer nem ouvir falar do governo que caiu há 40 anos, nem saber acerca do significado desse fracasso para o povo brasileiro. O que rola por aí na opinião pública e universitária é uma mistura de ignorância e cinismo: João Goulart não se segurou, caiu, bem feito, palhaço!

Se for analisado o que se passou nas últimas décadas, então é inevitável a pergunta: o que seria de Collor sem o golpe de 1964? E FHC? E Lula? Embora disfarçados de antípoda um do outro, FHC e Lula estão de acordo sobre a “lógica” do acontecido em 1964: o fracasso, o incompetente, o “populista” João Goulart deveria na realidade ter sido derrubado, embora seja verdade que o tucano e o petista tenham se manifestado, no *bureau* do Cebrap e na porta de fábrica,

refratários às consequências do golpe de 1964, sendo a principal delas o autoritarismo que acabou com a democracia. Essa cantilena ganhou entre os cientistas políticos o pomposo nome de “teoria do autoritarismo”, e a que se seguiu mais tarde, “ética na política”. O golpe de 1964 é considerado ruim não porque tirou João Goulart do poder, mas por ter instalado um regime autoritário. Essa crítica oportunista e perfunctória ao autoritarismo advindo com a queda de João Goulart é o ponto de convergência ideológica entre o PSDB e o PT. A propósito desse trauma institucional os políticos do PSDB e do PT preferem guardar silêncio, enquanto fazem alarde repetidas vezes da necessidade de condenar a esquerda pré-64 que nasceu com a revolução de 1930, cujo objetivo almejava a transformação de uma sociedade colonial para uma sociedade nacional.

O PSDB e o PT são contra o autoritarismo político pós-64, mas a favor da modernização internacional da economia. Sabemos que a tramóia imperialista de 1964 começou em Washington, mas o curso político hegemônico ocultou a questão nacional e sua contradição com o imperialismo norte-americano. A “abertura” democrática foi entendida como eliminação do entulho autoritário, deixando intacta a dominação econômica externa e a superexploração do trabalho na sociedade brasileira. O discurso acadêmico antitrabalhista acabou preparando o terreno das privatizações internacionais de FHC I e II. Depois de ter feito carreira maltratando os “populistas” Getúlio Vargas e João Goulart, o sociólogo Francisco Weffort foi alçado ministro durante oito anos por causa do desejo antinacional de enterrar a era Vargas. Isso nem mesmo os militares norte-americanizados conseguiram. Intelectuais acadêmicos livram a cara do imperialismo na preparação golpista. Foi esse o conteúdo do esbregue que Ruy Mauro Marini deu em FHC e José Serra, mas que se aplica a muita gente nas universidades, sobretudo àqueles para quem a ditadura surgiu em 1968, e não nos idos de 1964.

Simultaneamente a um clima de antipatia à memória de João Goulart, vai se configurando uma cultura pornô hedonística pró-imperialismo. Haverá certamente muito disfarce no suposto mal-estar uspiano diante do obscurantismo cultural da ditadura. São Paulo

obteve vantagens materiais ferrando os outros Brasis. Franklin de Oliveira, referindo-se ao governo Jotaká, menciona a existência de um colonialismo paulista submetendo Estados proletários. A ideologia petucana tem xodó por Juscelino e ojeriza por Vargas e Jango. As tentativas sociológicas empreendidas para explicar a novidade da liderança política de Lula deixam entrever que a nova classe operária do ABC automobilístico é fruto benfazejo das multinacionais que foram aqui instaladas depois de 1964, data a partir da qual o Rio de Janeiro – palco de uma classe operária atrelada ao sindicalismo de Estado – teria perdido o bonde da história, sendo o “locus” do PDT de Leonel Brizola vencido eleitoralmente pela modernidade do capital estrangeiro em São Paulo.

Nenhuma avaliação histórica foi realizada sobre a atuação política de Leonel Brizola, cujo ideário nacionalista é tido como anacrônico (“caudilho envelhecido”, no jargão dos historiadores brasilianistas) depois que Jango foi deposto em 1964, o Vietnã à brasileira, segundo Darcy Ribeiro, o ex-chefe da Casa Civil de Goulart que passou em brancas nuvens na vida intelectual de São Paulo por causa de seu nacionalismo e de sua concepção sobre as multinacionais drenando riqueza para fora do país.

O cineasta Glauber Rocha, durante a década de 1970, escreveu *Jangarana* para se opor à cruzada anti-Jango que responsabilizava o ex-presidente pelo golpe de Estado, como se ele quisesse ser apeado do poder. Há quem diga que há um pacto do PT com a Igreja Católica, a UDN de batina que aplaudiu a derrubada de Jango, mas isso deixou registro na memória brasileira. Sumiço justificado por uma razão pragmática, pois os políticos que alcançaram sucesso eleitoral – Collor, FHC e Lula – cultuaram essa amnésia histórica. Seria reveladora uma pesquisa acadêmica que, escarafunchando a prosa de notáveis intelectuais como Florestan Fernandes, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, fizesse um levantamento estatístico para verificar quantas vezes aparece citado o nome de João Goulart. Recentemente Bresser Pereira, que transita numa boa entre o PT e o PSDB, publicou um livro de 450 páginas de Getúlio Vargas a Lula – no qual o nome de Leonel Brizola está barrado da história do Brasil,

para falar com o psicanalista Jacques Lacan. E se o golpe de 1964 foi dado para impedir que Brizola fosse eleito presidente da República em 1965? General e historiador marxista, Nelson Werneck Sodré, que nunca teve boa acolhida junto aos professores da USP, dizia que a desestatização do Brasil era o alvo a ser alcançado pelo golpe de 1964. E mais: esse acontecimento engendrou uma autofagia militar, ou seja, os militares deram um golpe contra si mesmos. Discípulo de Nelson Werneck Sodré em Sergipe, Ariosvaldo Figueiredo é de opinião que 1964 não prestigiou o militar, e sim o militarismo. Os militares, já com Castelo Branco, entregavam a política econômica para os tecnocratas à Roberto Campos. A desestatização e a destruição das Forças Armadas, iniciadas em abril de 1964, deixam o país mais vulnerável no século XXI à rapinagem imperialista de seu território.

A ditadura em 1964 fez do nacionalismo o seu inimigo e usou o Estado como instrumento para entregar o país aos monopólios estrangeiros fabricando produtos de exportação sob regime de benefício fiscal. O projeto privatizante dos tecnocratas era o de vender as estatais. As empresas multinacionais aqui instaladas desde 1945 deram dois golpes em Getúlio Vargas por causa de seu programa de exploração nacional do petróleo. Com a Guerra Fria ficamos economicamente subordinados ao imperialismo. E foi isso no fundo o que presidiu a deposição de João Goulart: o Estado brasileiro financiou as megasempresas estrangeiras. Todavia é preciso estabelecer a diferença entre o regime militar de 1964 e o regime civil que se seguiu durante a década de 1980: ainda que sob a tutela ao imperialismo, foi ainda possível com os militares implantar uma infraestrutura econômica feita pela intervenção estatal. O que vemos depois de 1989 – e mesmo antes, com a sabotagem kissingeriana ao Prácool em 1979 durante o governo Figueiredo – é a progressiva desmontagem do Estado a mando de interesses externos. Os militares de 1964 não chegaram a ponto de doar de mão beijada as empresas estratégicas essenciais ao desenvolvimento do país.

De orientação pró-norte-americana, o regime militar colocou o Estado a serviço das megasempresas estrangeiras, porém depois de 1989, culminando com FHC, o Estado passou a ser o vilão, portanto

descartável ou reduzido ao mínimo. Essa é a tônica da globalização iniciada em 1989. Aceitando a “herança maldita” de FHC, veio o governo Lula para provar que é impossível combater a globalização anti-nós com o Estado, o qual é declarado impotente. Idêntica estratégia de usar e jogar fora observa-se em relação às Forças Armadas, as quais foram úteis em 1964 para erradicar o perigo de uma “república sindicalista”, mas agora devem ser desarmadas. A palavra de ordem é o desarmamento da periferia a fim de evitar a tentação do “autoritarismo”. Os militares entraram na jogada imperialista dos Estados Unidos. O cinema de roliudi reforçou nos militares brasileiros a idéia de que sem os EUA – e não sem a União Soviética – Hitler teria vencido a guerra. As *Pictures* narcisaram o milico norte-americano, perto do qual – devido ao arsenal tecnológico das armas – o militar brasileiro sentiu-se inferiorizado. Basta reparar, durante a Segunda Guerra Mundial, as fotos em que aparecem juntos o general Mark Clark e os brasileiros Kruel e Mascarenhas de Moraes. Os soldados e oficiais da FEB (incluindo Castelo Branco) voltaram fascinados pela democracia norte-americana, isto é, o “mundo livre”. De meados dos anos 1960 em diante houve uma avalanche de textos em que se postulava uma falsa antinomia entre sociedade civil e Estado, o que acabou por justificar a necessidade da supressão das Forças Armadas, sob a justificativa de um perigoso regresso à ditadura, quando na verdade isso não era senão uma estratégia para desarmar as regiões dos trópicos. Se porventura houver alguma agressão externa, as Forças Armadas dos EUA nos defenderão. Os EUA continuam sua política de intimidação pelas armas porque dependem da economia global, sobretudo do petróleo que eles não têm suficientemente em seu território.

O que aconteceu na história do Brasil há 40 anos foi a separação entre militares e civis. As Forças Armadas nacionais converteram-se em instrumento dos interesses estrangeiros. Um golpe de Estado tem implicações em todos os níveis da vida social, inclusive na linguagem, cuja semântica é diretamente afetada. A começar de golpe ou revolução. E, depois, o uso da expressão “regime autoritário” ou “autoritarismo”. Afinal, qual é a teoria da história depois de 1964?

O pior do golpe de 1964 é que sua memória coletiva sumiu. Não foi Guimarães Rosa, não foi Carlos Drummond de Andrade, não foi João Cabral de Melo Neto, não foi Manuel Bandeira nem Murilo Mendes quem se importou com a tragédia de 1964. Quem se preocupou com isso foi Glauber Rocha: 1964 é a maior estupidez política cometida contra a civilização brasileira. O imperialismo norte-americano aproveitou-se do masoquismo colonial e dependente. Lá no Chile Darcy Ribeiro conversava com Salvador Allende sobre Getúlio Vargas e João Goulart: a deposição sem luta sangrenta. Darcy Ribeiro acusou o inimigo imperialista de articulador do golpe de 1964. A mesma coisa dirá a respeito da transição pacífica e democrática ao socialismo no Chile. Darcy Ribeiro conheceu Salvador Allende quando este foi visitar João Goulart exilado no Uruguai em 1964. Nesse momento percebeu quanto o fracasso do reformismo nacionalista no Brasil prejudicou a luta pela libertação da América Latina. Glauber conheceu Jango apresentado por Darcy.

No jornal *O Farol*, ano 2000, escrevi um artigo propondo a substituição do nome de Duque de Caxias por Glauber Rocha como patrono do Exército Brasileiro. O cineasta se decepcionou com os militares em 1964. Equívoco semelhante ao da Guerra do Paraguai manipulada pelo imperialismo inglês. Nasceu daí o motivo de sua crítica violenta a FHC em 1974, acusando-o de o Kennedy anticomunista do Pentágono cebrapiano. Na USP, entre os estudantes e professores, ninguém tinha a menor idéia de que FHC era filho de um militar getulista, o velho Leônidas Cardoso. O sociólogo Florestan Fernandes, de quem FHC foi discípulo na sociologia, defendeu depois de 1964 a tese de que seria impossível o Brasil alcançar a soberania conduzido pela burguesia nacional. FHC se valeu dessa tese para prová-la na prática: colocando-se a serviço da dependência imperialista. É mais do que a dependência negociada: é o negócio da dependência. É um simplismo explicar a derrubada de João Goulart pela impotência da burguesia nacional como classe. FHC leu Florestan e chegou ao poder em aliança com os bancos e os estamentos multinacionais. Até o fim da vida Florestan Fernandes, que passou à margem e batido da obra de Oswald de Andrade, não reconheceu a

seguinte realidade: o talento sociológico faz besteira. O mestre Florestan Fernandes, em sua passagem pelo Parlamento, não conseguiu ir além da seguinte platitude teórica: um projeto político de nação soberana somente teria condições de realizar-se pela via do socialismo.

Na música o trabalhismo nacionalista é Heitor Villa Lobos. Getúlio Vargas se identificava com o *Canto do Pagé villalobiano*. Vizinho fazendeiro, Vargas foi a universidade acústica de Jango. Leonel Brizola surge como o peão do trabalhismo que chegou mais tarde a Vargas, o padrinho de seu casamento com dona Neuza Goulart em 1950 numa fazenda de Jango. Brizola é deputado estadual e Jango deputado federal. Não há rivalidade entre os dois, como enfatiza o psicologismo da historiografia de direita. Em 1947, ao ouvir um discurso de Leonel Brizola, então líder estudantil de engenharia, Getúlio ficou empolgado: "Botem esse guri na chapa que ele vai muito longe".

Leonel Brizola considerou a derrubada de Jango uma renúncia. O presidente deposto não resistiu. O suicídio de Getúlio Vargas foi renúncia e deposição ao mesmo tempo. Só que a renúncia pelo suicídio é diferente da renúncia tal qual praticada por Jânio Quadros e Fernando Collor. A queda de Jango não é igual ao pileque das "forças ocultas" de Jânio Quadros. Mesmo sem mexer no imperialismo, Collor foi impichado. FHC presidiu um governo com estabilidade e o mais escancaradamente entreguista da história do Brasil.

Leonel Brizola volta e meia tematizava a renúncia dos políticos, cujo comportamento é movido pela fraqueza. Glauber Rocha tinha horror ao tipo fraco na política, traço esse que corresponde à importância no plano intelectual. Essa síndrome da desvirilização cívica era uma das obsessões glauberianas porque a sociedade colonial é a fraqueza. Reparem o ex-operário decorativo no poder, faltando-lhe garra para defender os interesses do povo. Em 1954 Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, queria que Getúlio Vargas resistisse militarmente ao ataque violento da UDN norte-americana. Em 1944, conferência de Bretton Woods, Roberto Campos, testa-de-ferro, defende o dólar contra o cruzeiro. Em 1950 Getúlio Vargas falava

em "libertação nacional". Profetizou: "não poderei tolerar humilhação". Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 ("relógio suíço com parafuso frouxo", no dizer de Leonel Brizola), o povo não foi às ruas, diferente do que aconteceu com o suicídio de Vargas. O órgão da imprensa que descer o sarrafo na Light e na Standard Oil não tem anúncios. Em 1963 Leonel Brizola denunciou essa conspiração antinacional. Houve uma CPI do IBAD, mas foi desativada pelo golpe de 1964. Darcy Ribeiro gastou o seu latim à toa tentando convencer Luís Carlos Prestes e Miguel Arraes de que Jango não estava a fim de nenhum continuísmo. A direita é que se internacionalizava preparando-se para a luta armada, cujo artifice era o governador de Minas, Magalhães Pinto, assessorado por Afonso Arinos, escalado para ser o garçom de costeleta da operação Brother Sam. Os mineiros, liberais de araque, fizeram feio, Milton Campos, Alkmin e Pedro Aleixo, dando guarida, como acusou Darcy Ribeiro, a um "golpe militar de inspiração e execução estrangeiras". As tropas brasileiras defenderam os interesses norte-americanos. Ainda se prolongará por muito tempo a esquizofrenia entre civis e militares. As Forças Armadas impuseram uma política econômica norte-americana para o Brasil. A classe dominante passou a ser constituída pelos gerentes das multinacionais. Segundo Darcy Ribeiro em *Aos Trancos e Barrancos*: "o capital estrangeiro alcança a hegemonia através da intermediação do componente militar do patriado, com a alegre convivência do empresariado nacional e dos políticos liberal-reacionários", embora houvesse no governo Goulart setores ligados ao imperialismo como Roberto Campos, Santiago Dantas, Antônio Balbino e Amauri Krueel.

O golpe de 1964 inaugura o clube dos generais milionários servindo às multinacionais. O general Juracy Magalhães saiu do governo Castelo para a Ericsson, o general Golbery deixou o SNI para presidir a Dow Chemical. Segundo Edmar Morel em *O Golpe Começou em Washington*, da capital norte-americana Lincoln Gordon sugeriu a Castelo Branco e aos militares o adiamento das eleições de 1965. Os empresários norte-americanos preferiam ditadura a eleição. A calúnia em cima de Jango vem de longe, conforme mostrou a historiadora Maria Gusmão de Mendonça em *O Demolidor de*

Presidentes (Codex, 2002). Carlos Lacerda o acusava em 1955 de ser dono de cabaré em São Borja e de explorar a prostituição. Era o “peronista” Jango, segundo o apodo pejorativo para acusá-lo de chefiar uma república sindicalista. Carlos Lacerda, o arauto histórico do imperialismo na América Latina, influenciou Denys contra a posse de Jango. O marechal Lott foi a favor, assim como garantiu a posse de JK e de Jango em 1955 contra o golpismo da UDN. A única coisa boa do governo-tampão de Café Filho (durou 15 meses) foi a presença do marechal Lott que, no Ministério da Guerra, cortou os salamaleques de Carlos Lacerda. O presidente Café Filho no poder é a prova irrefutável de que Vargas em 1954 foi derrubado pelo imperialismo norte-americano. Eugênio Gudim, Otávio Bulhões e Juarez Távora são os ministros do governo Café Filho.

A carreira política de Carlos Lacerda começou atacando Vargas a partir de 1943, mas somente em 1949 fundou seu jornal *A Tribuna da Imprensa*, cria da Standard Oil para se opor ao nacionalismo e à Petrobrás. Carlos Lacerda se notabilizará como o ideólogo do capital estrangeiro. Um dos acionistas de seu jornal era Luiz Severiano Ribeiro, proprietário de uma cadeia de cinemas no Rio de Janeiro. Do conselho do jornal faziam parte Gustavo Corção, Alceu de Amoroso Lima, Sobral Pinto etc. Carlos Lacerda converteu-se ao catolicismo em 1948, mas desde 1940 estava seduzido pela Agência Interamericana.

Depois de 1964 a ideologia do capitalismo videofinanceiro é articulada pelo Banco e pela TV. Darcy Ribeiro conta que não atinou com a capacidade de intervenção dos Estados Unidos em 1964. “Não é possível que vão meter o bedelho em nosso pedaço”. Meteram. Pela primeira vez em 1959 uma empresa norte-americana foi expropriada. A Bond & Share detinha o monopólio da energia elétrica no Rio Grande do Sul. Ai encontra-se a origem da concepção brizolista sobre as “perdas internacionais”. Foram a expropriação da Bond & Share e a desapropriação da ITT o motivo de uma lei nos EUA estabelecendo penalidades aos países que nacionalizassem as empresas norte-americanas. Era preciso extirpar Leonel Brizola do processo político. Ele era o inimigo dos EUA na seqüência da revolução cubana. No exílio esteve sob severa vigilância militar numa praia do Uruguai,

espécie de exílio-prisão durante 7 anos, podendo a qualquer momento ser atocaiado e morto. Exílio de cão. Basta cotejá-lo com o falso “exílio” de FHC no Chile tão alardeado em sua campanha eleitoral de 1994.

A CIA juntou os milicos golpistas com os governadores reacionários (Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros) e forrou os meios de comunicação de massa com sacolas de dólares. É esta a função pró-imperialista da mídia nos rumos da história do Brasil da década de 1950 em diante. O retorno de Getúlio Vargas pelo voto deixou a direita transtornada. Em seu clássico *A História da Imprensa no Brasil* (1977), Nelson Werneck Sodré estabeleceu o paralelo entre o desenvolvimento do capitalismo monopolista e o desenvolvimento da imprensa: “O jornal é menos livre quanto maior como empresa”. Com a Guerra Fria em 1945 o controle da opinião é estratégico. A política é determinada cada vez mais pela mídia. O caráter anti-nacional da imprensa se revela com a política do petróleo no final do governo Dutra. A imprensa defende a entrega do petróleo à exploração estrangeira, indo em direção contrária ao governo Vargas, que tinha necessidade de um jornal popular. Daí o crédito dado ao *Última Hora* de Samuel Wainer em 1951, o que motivou a campanha de toda a imprensa contra o governo de Vargas, embora o jornal *O Globo* recebesse empréstimo do Banco do Brasil, assim como *Os Diários Associados* de Assis Chateaubriand. O jornal *O Estado de São Paulo*, graças à intermediação de Vicente Rao, ganhou a concessão da Rádio Eldorado durante o governo Vargas, mas mesmo assim desceu-lhe o sarrafo por causa da remessa de lucros, assunto mais tarde retomado por João Goulart. Em 1950 Vargas punha o dedo na ferida: “Pagar o quê? Pagar o que não devemos? Restituir o que não recebemos?” Assim como quem matou o nacionalista Delmiro Gouveia foi a Machine Cotton, quem deu o golpe de 1954 contra Vargas foi a Standard Oil, isto é, a Esso. Na década de 1950 o imperialismo norte-americano, e não o inglês, era o dono da comunicação e o adversário da política nacionalista de Vargas, de modo que fica evidente o nexo causal entre a publicidade multinacional na imprensa e a campanha contra o monopólio estatal do petróleo. O arsenal midiático deflagrou o golpe

de 1964. Roberto Campos em 1955 falava em falência do estatismo. A dupla IBAD-IPES subornou com 20 milhões de dólares 600 deputados estaduais e 200 parlamentares federais.

A violência imperialista aqui se gaba de ser diferente de outros lugares. O caso do Chile, por exemplo. O golpe dos militares brasileiros é elogiado nos Estados Unidos, mas também é objeto de gozação porque não foi preciso dar nenhum tiro. Assim justificava ironicamente Glauber Rocha a acústica dos tiros na banda sonora do filme *Terra em Transe* sobre o golpe de 1964 que não derramou o sangue dos brasileiros, embora a direita antijanguista estivesse sintonizada para receber apoio militar dos Estados Unidos. Em Minas Gerais Afonso Arinos, o intelectual da UDN americanizada, foi escalado pelo governador e dono de banco, Magalhães Pinto, para se articular com as Forças Armadas dos Estados Unidos. Vernon Walters, adido militar da embaixada dos Estados Unidos, ajudara a derrubar Perón na Argentina e Mossadegh no Irã. A mais bem sucedida operação da CIA no século XX, o golpe de 1964 foi comandado pelo coronel, depois promovido a general, Vernon Walters, “poliglota, solitário, celibatário, abstêmio”, segundo Nelson Werneck Sodré em seu *O Fascismo Cotidiano*. Num livro publicado em 1963, *Guerra de Guerrilhas*, Gondin da Fonseca informa que Vernon Walters era amigo de Santiago Dantas e Carlos Lacerda, “o mata mendigo”. Nesse mesmo livro Gondin reivindica a reforma agrária feita com o apoio dos militares.

Gondin da Fonseca escreveu em 1962 um livro extraordinário sobre Francisco Julião intitulado *Assim falou Julião...* parodiando o filósofo Nietzsche em *Assim falou Zarathustra*. Francisco Julião, intelectual, depurado e advogado, se indignou contra o latifúndio e defendeu a reforma agrária radical, ou seja, a liquidação definitiva do latifúndio e a desapropriação total do solo pelo governo. No final dos anos 1950 foi organizador das Ligas Camponesas, as quais podem ser consideradas precursoras do MST. Citando amiúde o padre Antônio Vieira, imbricado no folclore nordestino. O veículo divulgador das Ligas Camponesas estava nos vaqueiros e cantadores. Os cantadores e violeiros foram os agentes midiáticos dos camponeses, ao contrário da grande imprensa sabotadora do movimento das Ligas Camponesas.

Julião foi influenciado pela revolução cubana. Cuba é o único território do continente americano livre do imperialismo, do latifúndio e do analfabetismo. Jânio Quadros aparece como o inimigo dos trabalhadores do campo e laço dos magnatas internacionais do petróleo. O presidente Jânio Quadros mandou prender os líderes das Ligas Camponesas. Aliás, JK era também contra elas enquanto o marechal Lott era a favor. Julião tinha ódio de Jânio Quadros e do general Cordeiro de Farias que desde 1956 aprontava contra o povo. Esse general participou da Revolta do Forte de Copacabana de 1922, da Coluna Prestes de 1924 e acabou sendo golpista em 1964.

Nacionalista e espírita, o escritor Gondin da Fonseca, que já havia publicado um estupendo livro sobre o petróleo, parece Oswald de Andrade quando diz que o verdadeiro nome do general não é Cordeiro, e sim Hiena de Farias... Gondin da Fonseca conta que Julião visitou Cuba e votou em Lott. Depois de visitar Cuba, Jânio Quadros foi para Caracas na Venezuela e tomou um pileque com Nelson Rockefeller, abrindo o bico sobre o que ele havia falado com Fidel em Cuba, de modo que Jânio Quadros não era senão um espião de Rockefeller, aliás o mesmo Rockefeller que em 1969 cacifou FHC para fundar o Cebrap sociológico em São Paulo.

É desconcertante saber que Jânio Quadros, inimigo de Cuba, condecorou Chê Guevara. Gondin da Fonseca estabelece conexão entre reforma agrária e Petrobrás. “A reforma agrária desemboca na Petrobrás. Os camponeses precisam de máquinas – e as máquinas só se movem com petróleo. Energia é soberania. Se o governo tentar entregar nosso petróleo aos ianques, o pau vai rincar, mesmo dentro do Exército, que é nacionalista e conhece o problema”. Essas palavras de Gondin da Fonseca lembram Glauber Rocha falando da importância do Exército no processo da abertura política em meados dos anos 1970, alertando as esquerdas: cuidado com o preconceito antimilitar!

Pertencendo ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), Julião era marxista. Estudava Marx desde 1933: “a luta pela reforma agrária é a maior questão de todos os séculos e de todos os povos”. Eis a lucidez de Julião, depois de afirmar que coube ao Exército a extinção da

escravatura dos negros: o Exército não deveria fazer o papel de canga dos Estados Unidos, dos trustes, dos latifundiários. Isso foi dito em 1962, dois anos antes do golpe de 1964. É de pasmar que tivesse a argúcia de colocar num mesmo plano as Ligas Camponesas, o Exército e a Petrobrás, uma coisa dependendo da outra. Agitador social? Sim. Diz Julião: "Agitador social, não naquele sentido que a burrice e a má-fé, a serviço da reação, propagam, mas naquele outro que é o de colocar diante do povo, para o debate franco, as questões fundamentais, como a reforma agrária, que virá de qualquer jeito, na lei ou na marra, com flores ou com sangue".

Julião era entusiasta do marechal Floriano Peixoto. Entristecido e indignado viu, em 1964, o Exército posto a serviço do latifúndio, assim como os senhores de engenho colocaram os seus jagunços para manter o povo nordestino no cambão. O presidente João Goulart queria fazer o que estava escrito na Constituição: "a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade". Julião era entusiasta, também, de José Bonifácio e Silva por ter defendido a abolição das sesmarias.

Julião: "Há um conluio infame contra o camponês. Esse camponês sem terra ou de pouca terra que forma a maioria de nossa gente tem a pátria como galé, como um tronco, como uma corrente presa ao pé, como um fardo sobre os ombros, de que só se liberta quando morre".

Simultaneamente às Ligas Camponesas no Nordeste, houve no Rio Grande do Sul o assentamento realizado pelo governador Leonel Brizola – Master – Movimento dos Agricultores Sem-Terra – onde o governador gaúcho colocou a brigada militar para proteger e ajudar os camponeses sulinos. Viajando comigo, por coincidência, num vôo Florianópolis – São Paulo, Pedro Stédile contou-me que foi graças ao Master que ele, Stédile, teve condições de sobrevivência familiar e educacional no Rio Grande do Sul, de modo que os antecessores do MST são as Ligas Camponesas no Nordeste e o Master no Rio Grande do Sul. Infelizmente, a reforma agrária radical ainda não veio. E hoje o que pensaria Julião? Hoje há um dado novo na realidade brasileira, que é a reflexão da escola da biomassa, a qual tem alertado a

liderança dos sem-terra para a reforma agrária: a necessidade de a terra produzir simultaneamente energia e comida. E com isso ocupar os imensos vazios do território brasileiro para evitar a cobiça e a rapinagem imperialista.

Se João Goulart reagisse naqueles dias de abril, haveria um milhão de mortos. Guerra Civil. Exército nacional *versus* ocupação estrangeira. João Goulart não resistiu pelas armas não porque fosse covardê, mas sim porque achou que era mais uma quartelada efêmera. Não foi. No Rio Grande do Sul não havia condições de repetir a Campanha da Legalidade de 1961. Foi o que disse para Leonel Brizola o almirante Aragão, mas mesmo assim ele quis resistir, assim como fez de tudo para evitar o golpe de 1964. A historiografia de aluguel desqualifica a coragem política de Leonel Brizola, dando a entender ele atropalhado, perturbado, enfim, foi a pedra no sapato de Jango. Não sabemos a dimensão verdadeira da angústia de Jango, de Darcy e de Brizola no exílio. A dor e o sofrimento dos derrotados olhando para um Brasil burro, feio, ditadura tecnocrática e multinacional. Jango e Brizola não puderam nem acompanhar o enterro de suas mães. Amargurado por ficar longe do Brasil, Jango morreu de desgosto, aliás, morreu dormindo às 22 horas do dia 26 de dezembro, em sua fazenda na Argentina.

O golpe de 1964 foi conspirado e dado pelo telefone. Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, e João Goulart, presidente da República, estavam com os telefones grampeados. A conversa telefônica entre os dois era ouvida pela CIA. Na década de 1970 Glauber Rocha temia estar sob a mira e vigilância da CIA e da KGB. Isso era tido como paranóia, mania de perseguição, megalomania, loucura. A CIA é o principal personagem da história, dizia Glauber Rocha analisando o golpe de 1964 pelo prisma das cabeças cortadas.

O midiólogo dos acontecimentos políticos da década de 1960 é um gaúcho entendido em telégrafo e correio, João Carlos Guaragna, que escreveu em 1992 o estupendo livro *Brizola – a Revoadada do Exílio*, no qual mostra que a Campanha da Legalidade foi um evento articulado pelo rádio, telégrafo e telefone. Era o udigrudi rebelde com a radiofonia nacionalista em 1961, quatro anos antes de ser implantada

a vídeosfera em 1965 pela Rede Globo. Se na época houvesse televisão, não teria acontecido a Campanha da Legalidade. Guaragna foi o Leon Trotsky dos correios. A Rádio Guaíba. O telefone realejo. A escrita telegráfica trabalhista em Porto Alegre tecendo a mediação entre o povo e o Exército, a qual se desfez quando Jango topou o parlamentarismo em seu encontro com Tancredo Neves em Montevídeo. O velho Guaragna sacou o lance: “Jango assumiu com somente a metade dos poderes devido à ação mediadora de Tancredo Neves, que sempre surgia onde havia uma crise e sempre havia uma crise onde ele se encontrava...”

As empresas multinacionais aprofundaram o domínio imperialista na sociedade brasileira com a ditadura ampliando o entreguismo de Dutra e de Jotaká. O ódio que o embaixador Lincoln Gordon tinha por Darcy Ribeiro foi por causa da lei de remessa de lucros. Eis o paradoxo da cultura do capitalismo videofinanceiro depois do golpe de 1964: quanto mais voraz o apetite explorador do imperialismo, estranhamente menos é mencionado na superestrutura ideológica da sociedade brasileira. A realidade visível e, ao mesmo tempo, invisível. Não se trata nem de condená-lo. Deixou de existir. A manobra semântica desqualifica o seu próprio nome, substituindo-o por “interesse nacional”, “globalização”, “mundialização”. Os cursos de ciências sociais reproduzem a nomenclatura bolada nos *workshops* internacionais. Em 1989, Leonel Brizola vociferava contra as perdas internacionais e os professores universitários faziam chacota: é obsessão pessoal do gaúcho! Para a direita, isso de “perdas internacionais” é coisa confinada à década de 1950, como se a partir daí só existissem “ganhos internacionais”.

Darcy Ribeiro viu no comando das Forças Armadas brasileiras o dedo do embaixador norte-americano. Um golpe *made in USA* no comando, no planejamento e nas finanças. A pergunta é: qual o sujeito desse golpe de Estado? Por que as Forças Armadas dançaram em 1964? Esse golpe foi militar apenas em sua exteriorização. Em seu extraordinário livro *A História Militar do Brasil*, de 1965, Nelson Werneck Sodré defende a tese de que as Forças Armadas nem representam a vanguarda brasileira, nem tampouco devem ser demonizadas

como tropa de ocupação do território a serviço de potências estrangeiras. Bobagem é achar que depois da quartelada de 1964 a democracia no Brasil exige a liquidação das Forças Armadas. A formulação de Nelson Werneck Sodré coincide com a do artista Glauber Rocha em seu filme *Terra em Transe* e em outros textos e entrevistas ao longo da década de 1970. Os livros de Werneck Sodré testemunham a angústia e perplexidade diante da atitude reacionária e antinacional das Forças Armadas em sucessivos golpes durante o século XX, em particular o de 1964, do qual talvez ele seja o melhor historiador. No passado da nossa história os militares foram progressistas na abolição da escravidura, na proclamação da República e no Florianismo contrário às forças políticas oligárquicas e latifundiárias.

De Roma, em 1974, Glauber anunciou a abertura política no Brasil feita pelos militares, mas não como decorrência de alguma pressão exercida pela chamada “sociedade civil”. O cineasta queria a abertura dos militares para os valores libertários da cultura brasileira, sendo que a burguesia é fraca, não se identifica com a nacionalidade porque é corrupta e submissa aos interesses do imperialismo, portanto incapaz de assumir a liderança de alguma coisa libertadora. Todavia o golpe de 1964 impediu o aparecimento de uma liderança nacionalista e popular, como a que está acontecendo com Hugo Chávez na Venezuela bolivariana. Absurdo é general ser assalariado de multinacional. Glauber Rocha repudiou 1964 e elogiou as virtudes do ex-presidente João Goulart. Os militares lubridados pela Guerra Fria, abobalhados pela alternativa entre socialismo soviético e capitalismo norte-americano, não se deram conta da possibilidade de um caminho próprio trilhado pela civilização brasileira. A União Soviética e os EUA não queriam um poder militar no Brasil. Eis a loucura: o território mais cobiçado do planeta não ter Forças Armadas nacionais para defendê-lo. Glauber Rocha parecia um líder palestino ao intelectualizar o militar e, ao mesmo tempo, militarizar o intelectual. Desde Collor a tendência dos governos tem sido a de enfraquecer as nossas Forças Armadas. Atenção: o Exército fez a abolição da escravidura e a proclamação da República.

FHC desmoralizou a palavra intelectual, Lula com certeza desmoralizará a palavra operário, assim como o militar ficou sujo que

nem pau de galinheiro com a ditadura de 1964. A debilidade da burguesia brasileira é que ela se desenvolveu historicamente sob o domínio do capital financeiro, sendo por isso inclinada à intervenção estrangeira: 64 foi um golpe político-civil, mas realizado pelos militares. É como se estes tivessem sido manipulados por uma cruzada da mídia e das grandes empresas. Os militares que deram o golpe se justificam com base numa atitude reativa à Campanha da Legalidade de 1961 liderada por Leonel Brizola, ou senão ao anticomunismo em função da Intentona de 1935, Intentona valendo rebeldia louca e insensata. Glauber Rocha, em 1964, aos 25 anos, havia feito *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, filme que trata da questão da violência, da fome e do misticismo no Nordeste. O filme foi realizado no ano de 1964, mas antes do golpe. Três anos depois, em 1967, aparece *Terra em Transe*, em que é filmado um golpe pró-ditadura, mas os militares surpreendentemente não são vistos como os autores do golpe, o que coincide com a posição de Nelson Werneck Sodré, se bem que a visão do cineasta seja anterior à do historiador. Nelson Werneck Sodré acusa a autofagia militar em 1964 pela falta de cultura política, enquanto Glauber Rocha propõe a estética nacionalista na educação dos militares: "General tem de ser popular".

Darcy Ribeiro se gabolava com razão de ter escrito um dos textos mais bacanas sobre Jango. Visto de dentro e de fora do governo de quem participou aos 41 anos de idade. Curtiu participar e dele falou bem até o fim da vida. No retrato simpático do ex-presidente mencionado os motivos pelos quais o seu governo foi decepcionado: a remessa de lucros e a reforma do latifúndio. O Brasil de 1930 para cá é o resultado do embate entre o nacionalismo e o entreguismo. A mesma posição de Glauber Rocha, 17 anos mais jovem. Ambos escreveram livros excelentes e deixaram depoimentos sobre João Goulart do ponto de vista político, cultural e artístico. Eles repudiaram a idéia de que sem colaboração de capitais estrangeiros não há desenvolvimento no Brasil. Curiosamente Darcy e Glauber iriam se pronunciar acerca de FHC: um entreguista filho de militar, cujo pai e tio eram nacionalistas e getulianos. Do Peru, Glauber escreveu que se desentendeu politicamente com FHC porque o futuro presidente da República não

concordava que o golpe de 1964 havia começado na Guerra do Paraguai. Seja qual for a natureza da mediação militar: anti-Vargas, FHC vingou-se do nacionalismo do pai por não ter ganho dinheiro. Ele disfarçou para os seus pares universitários que descendia de uma estirpe de militares nacionalistas. Percebeu que o lance da vez era o empresário gerente estamental das multinacionais, e não o caminho sem pecúnia de sua família nacionalista e patriota. No roteiro insólito de Glauber Rocha, o Kennedy da sociologia não aceitou que o golpe de 1964 estivesse na Guerra do Paraguai, onde estão as raízes da briga dos generais Juarez Távora e Horta Barbosa. O primeiro entregando o petróleo aos trustes estrangeiros, o segundo segurando a criação da Petrobrás. A mediação militar em FHC, consoante a mímese janguista do Cinema Novo, informa que o pai de Vargas lutou na Guerra do Paraguai e o filho, mal saído da adolescência, virou patriota e nacionalista vendo os profetas de Aleijadinho em Congonhas do Campo. A impressão que se tem do conjunto de filmes e textos de Glauber Rocha é a sua decepção por os militares brasileiros terem entrado na jogada das multinacionais e reproduzido a ideologia do Pentágono. Glauber Rocha morreu em 1981 durante o governo Figueiredo. Não assistiu ao jornalista Paulo Francis lamentando contra a existência estatal da Petrobrás, na linha do general pró-americano Juarez Távora da década de 1950 que chamava o petróleo de *wild cat*.

Não se tem notícia de Leonel Brizola, derrotado eleitoralmente, atribuindo culpa ao povo: nunca reclamou que o povo tivesse votado errado. Nunca. O que ele falou, e repetiu com insistência, é que desconfiava da lisura do processo eleitoral, tal qual aconteceu em 1989 quando chegou em terceiro lugar, logo abaixo de Lula. Antes da falcatura eleitoral de Bush nos Estados Unidos, alertou para o perigo fraudulento das urnas eletrônicas. O computador a serviço da classe dominante. Com o computador a bico-de-pena a direita não perderá as eleições. Essa foi a sua última campanha de esclarecimento público, estigmatizada pelos seus inimigos como alucinação paranoica e mania de perseguição. A tarefa do trabalho hoje é empregar todo o esforço possível para que a alma de Leonel Brizola viva na

memória coletiva e seja conhecida pelos brasileiros, porque os seus detratores estarão aí a fim de sabotá-lo postumamente. Ainda que levando bordoadas de todos os lados, da parte inclusive de muitos de seus correligionários, ele era um homem otimista, acreditava que o processo social iria engendrar novas lideranças para conduzir o povo brasileiro a um destino glorioso.

No Rio de Janeiro Brizola Neto, secretariando-o nos últimos 10 anos, disse-me sobre o avô: um abnegado! Combateu o bom combate, morreu na cancha como um puro cavalo inglês. Aliás, foi essa uma de suas frases derradeiras. Teve um fulminante ataque cardíaco de pé, descendo o elevador num hospital no Rio de Janeiro, cidade que ele amava como nenhuma outra.

Deveria ser objeto de reflexão o fracasso político de Leonel Brizola e os sucessivos correligionários que, costeando o alambrado, bandearam-se para a direita, provocando efeitos danosos e disruptivos no seio do PDT, tal qual aconteceu com o senhor Garotinho e sua patroa. Darcy Ribeiro, que nunca saiu do PDT, disse-o dotado da notável capacidade de ler as pessoas; Roberto Mangabeira Unger, que esteve por uns tempos no PDT, mas manteve com Brizola amizade até o fim da vida, assinalou que o líder do trabalhismo errava na escolha dos companheiros. Duas versões contraditórias, portanto. Evidentemente as dissensões não ocorrem alheias às circunstâncias objetivas, todavia o que sempre se apontou com apreensão e angústia é que Leonel Brizola não iria deixar herdeiro político, assim como o seu partido fatalmente não sobreviveria depois de seu desaparecimento. Por outro lado, é tentador perguntar: por que existiu apenas um Leonel Brizola e não vários?

A acusação que lhe fizeram de ter personalidade centralizadora, antes de um suposto traço autoritário, é decorrência da necessidade de aglutinar o ideário nacionalista trabalhista, e não animosidade para com o surgimento de líderes talentosos que pudessem ensombra-lo; destarte, na história do trabalhismo o seu nome figura no mesmo patamar de um Getúlio Vargas, com a diferença de que este foi o nosso maior líder burguês, enquanto Leonel Brizola nasceu politicamente sob o signo do ant imperialismo, embora não tivesse sido um

líder proletário e marxista. Poderia ter se filiado ao Partido Comunista, mas nunca o fez, ainda que tivesse convivido no PTB e no PDT com militantes e intelectuais marxistas, os quais concordavam que o fato histórico mais importante da história do Brasil teria acontecido com ele alcançando o poder da presidência da República. Ao regressar do ostracismo encontrou estruturado um sistema televisivo antitrabalhista e antinacional, simultaneamente à gestação do PT de Lula que não sofreu na pele a ira de um movimento contra-revolucionário e enveredou para uma atitude de repúdio ao trabalhismo getulista. O PT de Lula, em vez de somar ao que existia na tradição política do trabalho, configurou-se como uma força paralela e simpática aos futuros tucanos. As afinidades eletivas de Lula são com o FHC multinacional, e não com o nacionalismo de Leonel Brizola que, embora tenha entrado de vice numa chapa com Lula, não conseguiu fazer amizade com ele durante a frívola campanha à presidência da República. Essa convivência de campanha não marcou politicamente em nada a visão lulista do mundo. Pimpão, metidaço, cheio de si, auto-suficiente, Lula recusou ser aluno do mestre Briza. Não quis aprender nada. Mais tarde, presidente da República, levaria vaia acachapante no velório de Leonel Brizola. Menos de um mês após o seu trespassse já começou a aparecer na mídia a detração póstuma, cujo objetivo é provar que depois dele o PDT é uma terra arrasada onde não brotará mais nenhuma liderança política. A mensagem é clara: o trabalhismo nacionalista morre com Leonel Brizola. Sua personalidade era tão forte e absorvente que não dará margem para que surja nenhum sucessor. Querem a todo custo eliminar a memória brizolista. Acontece, porém, que em seu caso aplica-se a frase barroca do filósofo Ortega y Gasset: “A morte do morto é a vida”. E que vida, hem!

Todos aqueles que o conheceram de perto testemunham que Leonel Brizola não era um homem vaidoso, mas, evidentemente, tinha consciência de sua elevada taxa de posteridade, a qual iria permanecer além de seu tempo, tal qual aconteceu com Getúlio Vargas. Ambos trágicos, embora com perfis diferentes. Getúlio no poder renunciando pelo suicídio, Leonel Brizola sem conseguir eleger-se

senador por um Rio de Janeiro marcado pela ruidosa boçalidade pentecostal. Não se abateu, porém com a derrota. Aliás, nada derrubava o homem, ainda que tivesse sofrido perseguição implacável em sua vida política e familiar. Tudo no Brasil pós-64 foi feito para destruí-lo. Não havia limites na repressão atingindo mulher, filhos, netos. Um ódio contra ele jamais visto na história do Brasil. Um ódio que atingiu a esfera acadêmica do ensino, professores e alunos com pedras na mão diante do “caudilho”, do “populista”, do “autoritário”, do “personalista”.

O deputado Florestan Fernandes o chamou de “machão” da política um ano antes de Collor chegar ao poder, o que mostra como a sociologia e a teoria literária da USP de 1965 em diante não estiveram infensas ao bacharelismo ianquizado da UDN. A partir dos anos 1990 o papel antigetulista dos bacharéis da UDN será substituído pelos sociólogos alardeando o tema cebrapiano do “autoritarismo político” proposto pela CIA.

Leonel Brizola levou a pior em São Paulo, onde nunca conseguiu angariar votos, amaldiçoado pela universidade e mídia em uníssono, incluindo “esquerda” operária e burguesia industrial. O seu retorno do exílio não despertou a mínima comoção na intelectualidade de São Paulo. Foi ignorado. A derrota eleitoral dele a presidente da República aconteceu por causa da ojeriza paulista, espécie de planta adubada pelos estamentos multinacionais dominantes que internacionalizaram as empresas e as instituições depois de 1964. A internacionalização da inteligência de São Paulo, dizia Leonel Brizola metaforicamente, fez a cabeça metalúrgica de Lula: a pizza das multinacionais arredou-lhe a farinha de mandioca de Antônio Conselheiro e Lampião.

A brizolofobia da ditadura de 1964 continuou com a modernidade dos estamentos multinacionais sediados em São Paulo, que são os principais anunciantes das rádios e canais de TV. Muitos eleitores deixaram de votar em Leonel Brizola temendo que as telenovelas fossem retiradas do ar com a sua vitória. A estufa da ditadura videofinanceira é o fenômeno ideológico mais importante do domínio multinacional, em que o inimigo é o nacionalismo trabalhista

odiado e mal compreendido em São Paulo. Jornal. Igreja. Universidade. Até valeram-se de uma justificativa sociológica mirabolante de que o ingresso do país no universo urbano-industrial teria caducado o anti-imperialismo do “caudilho rurícola” com o seu discurso anacrônico. O chimarrão gaúcho foi visto sob o prisma quixotesco na estrutura monopolista do capitalismo comandado por uma indústria cultural nascida da ditadura de 1964.

Evidentemente São Paulo não pode ser considerado o bode expiatório do Brasil, porém é inegável que exerce uma função multinacional recolonizadora do país. É por aí que passam a política e a economia nas últimas décadas. Lembro Glauber Rocha enfatizando a dificuldade de o intelectual paulista ser brasileiro, não porque o Cinema Novo não tenha se dado bem lá. Seu último filme, *A Idade da Terra*, deixou São Paulo fora de foco. A vocação imperialista do intelectual em São Paulo culminou com FHC, o “príncipe da moeda”. Por isso Glauber Rocha o alegorizou pelado no Cone Sul como o anti-Darcy Ribeiro, assim como declarou-se “intelectual proletário” ganhando menos que o salário de Lula. Dez anos depois do cineasta morto, constatamos que a sua gnose artística e científica não se restringirá ao período da ditadura, mas ele não assistiu ao “Brizola na cabeça” de 1982.

A oligarquia paulista abominou Getúlio Vargas. A janista Ivete Vargas apunhalou Leonel Brizola tirando-lhe o PTB. O general Golbery gozou com o assassinato do petebegejangobrizona, a historiografia universitária a favor do PT jogou no mesmo lixo conceitual do “populismo” Adhemar de Barros e Leonel Brizola. O Sarney com cinco anos foi preparado para tirá-lo da parada em 1989 com o fabrico do candidato “caçador de marajá”.

Em 2002, num restaurante português nas cercanias do Instituto Alberto Pasqualini, na praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, participei junto com várias pessoas de um almoço com Leonel Brizola. Conversamos sobre o Rio Grande do Sul, um assunto que ele entendia em profundidade, inclusive do ponto de vista cultural, discorrendo sobre os escritores Moysés Velinho, Viana Moog e Érico Veríssimo, amigo de Neusa e que nunca havia se aproximado dos trabalhistas. A

hora em que chegou o bacalhau à mesa, virou-se para mim e disse: “professor, ponha azeite no bacalhau. Lula come bacalhau sem azeite”. Estava dado sutilmente o recado pelo paladar, que corresponde ao timbre na fisionomia da percepção, segundo Luís da Câmara Cascudo.

Leonel Brizola era um extraordinário conversador que sabia, pela finura e inteligência, seduzir o interlocutor. Ele tinha a conversa do intelectual, não do intelectual chato, especialista, acadêmico, o bárbaro vertical a que se referia Ortega y Gasset, mas sim daquele intelectual com saber de experiência feito à *la Camões*. Quando saiu meu livro em 1997 sobre FHC, *O Príncipe da Moeda*, toca um dia o telefone na minha casa. Era ele dando-me notícias da recepção do livro no PDT: “professor, olha que passou por aqui um fã seu e surrupiou-me um exemplar, mas eu pude ler algumas páginas e observar o estilo, o estilo. É cutelo puro o estilo”. Findo o telefonema, impressionado com o humor dele, fui consultar o dicionário de regionalismos gaúchos. Vivendo durante muitos anos no Rio de Janeiro, Leonel Brizola – tal qual um bom gaúcho a que se referia Rubens de Barcellos retratando Julio de Castilhos – permaneceu sempre um homem vinculado ao linguajar do Sul. Suas metáforas extraídas do ethos pastoril tornaram-se célebres com as palavras cancha-cusco-querência-chimarrão-alambrado.

De muitos adversários e alguns correligionários ouvimos que a morte de Leonel Brizola levaria o PDT a sumir do mapa num clima político de derrota e frustração do nacionalismo trabalhista com ausência de líderes dotados de carisma e luz própria. Ele não deixou nenhum testamento escrito. Nenhum balanço definitivo de sua doutrina e dos homens e mulheres que iriam continuar sua batalha política.

A história de Leonel Brizola no pós-morte começa com a sua retílnica coerência em vida.

Cuidado com as urnas eletrônicas!

Parecia obsessão dele, mas colocou na roda o ministro Nelson Jobim pela incógnita das eleições virtuais. Insistiu tanto nisso quanto nas “perdas internacionais”.

O que é hoje ser brizolista depois que morreu Leonel Brizola? O

que ele era em vida, e o que vai se tornar depois de morto? Por aí passa a questão da atualidade brasileira.

O desejo dele era continuar fazendo história depois da morte. Aos adversários e inimigos ideológicos incumbem-lhes a tarefa de matar o morto de novo.

Antes de morrer anunciou o vexame que seria a polaridade PT *versus* PSDB em 2006. O conceito de fraude eleitoral excede a farsa eletrônica. Toda a mídia impressa e televisiva insiste em que a escolha far-se-á inelutavelmente entre um candidato do PT e outro do PSDB. É absolutamente vital para o povo e o país varrer do pedaço o contúbio petucano com uma candidatura eminentemente nacionalista e antiimperialista.

Se o povo está sendo capado e recapado pela dívida externa, se a nação é sangrada em suas entranhas pelo capital estrangeiro especulativo, enfim, se essa é a verdade sobre nós, por que então essa verdade não é capaz de persuadir o eleitorado? Não é de agora nossa contradição com o imperialismo. Alberto Torres já falava nisso no começo do século XX, antes mesmo de Lênin lá na Rússia conceituar-lo. Nos dias de hoje o domínio imperialista sobre nós é alarmante, atinge a terra, a água, o fogo e o ar. Toda a biosfera brasileira está imperializada.

A propósito das pessoas que se aproximaram de Leonel Brizola e depois se tornaram ex-brizolistas ou anti-brizolistas, conversei sobre isso com Roberto Mangabeira. Quem é que não erra na escolha dos homens e das mulheres? O próprio Roberto Mangabeira indicou Ciro Gomes como candidato a presidente da República quando Brizola ainda estava vivo. Embora ainda não saibamos os motivos verdadeiros acerca das contendas entre Leonel Brizola e os ex-brizolistas, estes acabaram enveredando para a direita. Mas sabemos quanto difícil e problemático é o surgimento de verdadeiras lideranças no momento em que morre um Getúlio, morre um Jango, morre um Brizola. É um arraso. O mesmo ocorreu em relação a um Oswald de Andrade, a um Villa Lobos, a um Glauber Rocha. Somos o país das cabeças cortadas, ou seja, da cefalotomia patológica. Somente as línguas serpentinárias são capazes de falar que Leonel Brizola é o culpado por

não ter deixado um sucessor político à sua altura no PDT. Ora, graças à militância dele é que esse partido – e talvez seja o único na atualidade brasileira – possui sensibilidade histórica e vocação antiimperialista. Estamos vivendo este dilema: trabalho ou barbárie.

A vida inteira Leonel Brizola pensou em Getúlio Vargas. Deputado federal em 1963, sublinhava sua filiação ideológica: “E a quem quiser saber onde estou, respondo: junto à carta de Vargas, junto à mensagem que selou com sua própria vida, com o seu próprio sangue, com o pensamento conclusivo de um homem que foi sereno, que viveu a maior experiência da vida pública brasileira de todos os tempos. E o que contém a carta de Vargas? Contém uma palavra de Vargas, de afeto e de despedida, e a referência a um só problema: o processo espoliativo que está liquidando, esmagando o nosso povo e o nosso país”.

Na década de 1950 quando o salário mínimo recebeu aumento de 100 por cento, o PCB fazia oposição aberta ao getulismo tido como o braço direito do imperialismo norte-americano. E a grandeza do trabalho, ao qual muitos marxistas estiveram vinculados, deixou de ter concebido o ser nacional em função da subalternidade externa do país, que aumentou assustadoramente sob a vigência da democracia pós-regime militar.

Que outro líder político depositou tanta confiança no povo e na história? O forte de Leonel Brizola foi historiar o caminho da libertação do povo brasileiro pela doutrina do trabalho nacionalista. Não seria nenhum exagero delirante asseverar que ele, depois da revolução de 1930, foi o grande historiador da contemporaneidade. É comovente o seu diálogo, de feição shakespeariana, mantido com Getúlio Vargas, antes e depois do suicídio deste. Quantas vezes, nos momentos mais difíceis e dramáticos, foi auscultar o que estava lhe dizendo Getúlio Vargas? Era freqüente vê-lo na Cinelândia homenageando a estátua de Vargas, ou senão indo a São Borja oracular o túmulo do autor da *carta-testamento*. Esse diálogo é rico de ensinamento histórico, principalmente porque ao imperialismo interessa romper a continuidade do trabalho nas idéias, tanto que por

ocasião da efeméride de Vargas em 2004, 50 anos de seu suicídio, a avalanche de livros e textos faziam-lhe agora o panegírico, mas apartando-o dos políticos que lhe seguiram os passos, como João Goulart e Leonel Brizola. Foi por isso que resolvi escrever esse Jangada do Sul com os três líderes atados ideologicamente entre si em perfodos históricos diferentes.

À primeira vista parece contraditório que um político tão cioso da importância da história não tenha se ocupado em escrever um livro relatando os acontecimentos históricos em que esteve envolvido no século XX. Leonel Brizola não quis escrever as suas memórias. Em julho de 1977, no Uruguai, logo depois da morte de Jango, rememora o advogado Trajano Ribeiro, que estava na casa dele. Os amigos pedem-lhe para escrever um livro. “Eu não vou escrever um livro. Eu vou escrever umas cartas pro Guaranha”, disse Brizola. Também não escreveu as cartas. Em setembro foi expulso do Uruguai.

A memória é um dispositivo utilizado pelo homem público para sublinhar a sua imagem, revelar determinados segredos, refutar acusações que lhe são feitas ou esclarecer alguns pontos obscuros da história. De resto, a história do trabalho é a história de um belo fracasso, como Darcy Ribeiro disse a propósito de si mesmo como intelectual e político. Quando o trabalho chega ao poder é invariablymente golpeado, tal qual aconteceu com Getúlio Vargas duas vezes e com João Goulart em 1964. Todos os obstáculos foram urdidos para Leonel Brizola não chegar à presidência da República, inclusive a invenção das urnas eletrônicas, segundo meu amigo Maneschi que estudou esse assunto a fundo. Dos políticos exilados pela ditadura de 1964 foi o mais visado e perseguido. O nome dele deveria ser extirpado da memória nacional. Sem deixar nenhum vestígio. A juventude que ingressou na universidade depois de 1964 ficou boiando sem saber, mesmo no Rio Grande do Sul, qual havia sido a sua atuação política. Em todas as teses acadêmicas dessa data em diante, nas áreas de ciências humanas, o nome citado foi o de FHC, o crânio genial da sociologia, “exilado” pela ditadura. Nas eleições de 1989 para presidente da República, o PT se valeu do engodo do voto jovem, sabendo da amnésia construída pela ditadura em cima do nome de Leonel

Brizola, cortando-o da história e da memória, separando o jovem do velho, convertendo o trabalho brizolista numa doutrina de avoentados e o PT num partido de efêbos. Nas eleições a governador do Rio de Janeiro em 1986, nas quais Darcy Ribeiro foi derrotado, o Partido Verde lançava Fernando Gabeira como a tanga pós-moderna do corpo jovem na política.

Nas eleições de 1989, Leonel Brizola enquadrou Fernando Collor: um candidato da “estufa da ditadura”. O povo votou no “caçador de marajás”. A denúncia da ditadura, a permanência desta, não foi vista como algo negativo, embora o golpe de 1964 tão danoso ao povo tenha contribuído para destruir eleitoralmente Leonel Brizola com a configuração da videofeira na sociedade brasileira. A amnésia popular do golpe de 1964. A cultura da TV. As telenovelas. Os programas de auditório. Desde a década de 1950 a mídia foi sempre um joguete dos interesses dos monopólios estrangeiros. Os jornais *O Globo* e o *New York Times* levaram Getúlio Vargas ao suicídio. Em 1949 Assis Chateaubriand abriu o jogo: “Convençamo-nos, de uma vez por todas, que somos tupiniquins e não temos capacidade para explorar o nosso petróleo. Essa tarefa deve caber, para o nosso bem, às grandes empresas com experiência internacional nesse ramo vital de atividades industriais”.

Certamente não foi motivado por idiosincrasias pessoais que Leonel Brizola na década de 1980 percebeu o dilema: “ou eu ou Roberto Marinho”. O proprietário da TV hegemônica. A oposição brizolista. Os “tijolões”. A luta desigual entre o vídeo e o escrito. Se Brizola se acertasse numa boa com o doutor Marinho, ele teria sido presidente da República com a cobertura favorável da TV Globo; todavia se tal arranjo não se efetivou seguramente foi por motivos econômicos e políticos de ordem objetiva à maneira da luta de classes – caso contrário, convenhamos, Leonel Brizola seria um parvo de marca maior. A Rede Globo jogou todas as suas fichas para que ele não fosse eleito governador do Rio de Janeiro em 1982, assim como infernizou a candidatura de Darcy Ribeiro em 1986 com o Plano Cruzado de José Sarney. De alguns brizolistas excessivamente pragmáticos ouvimos que Leonel Brizola se equivocara em ter se

posicionado contra o Plano Cruzado, pois se tivesse ficado com o bico fechado, fazendo vistas grossas diante da malandragem sarneyliana, Darcy Ribeiro teria sido eleito governador do Rio de Janeiro em 1986. Durante toda a década de 1980 era este o estribilho que se ouvia: “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!”

Estava posta abertamente a antinomia entre a emancipação popular e a TV da ocupação imperialista, a TV como agente da aculturação videofinanceira, que é o veículo de massa dos estamentos multinacionais dominantes. Tudo o que se possa nomear de estética televisiva (jornal nacional, telenovela, programa de auditório) é um epítome culturalmente composto e heteróclito do crescente domínio multinacional depois de 1964, que se traduz na mistificação do craque-modelo-ator-michê em oposição à pedagogia letrada dos brizolões de Darcy Ribeiro, o antropólogo dos povos novos dos trópicos que saiu desta vida derrotado pelo poder videofinanceiro. Essa medfocre aculturação videofinanceira, introjetando a visão do dominador e presidida pelos interesses externos dos gerentes multinacionais, venceu em 1989 com a candidatura de Fernando Collor o trabalho nacionalista de Leonel Brizola, o único candidato que representava a verdadeira ruptura com a continuidade econômica e cultural da ditadura de 1964, e que iria passar o país a limpo, no dizer metafórico de Darcy Ribeiro, em cuja antropologia delineiam-se a compreensão do desenvolvimento desigual das sociedades modernas e os caminhos da superação do subdesenvolvimento imperializado. Com Fernando Collor começou o enterro difícil da Era Vargas, o que mostra a seqüência espiritual do “caçador de marajás” com FHC e Lula.

Para Darcy Ribeiro, um intelectual marxista que desbundou lendo a *carta-testamento* de Vargas em 1954, o brizolismo – principalmente depois do exílio – se lhe afigurava como o instrumento da aceleração evolutiva da sociedade brasileira para eliminar o atraso histórico. Leonel Brizola com o conceito de “perdas internacionais” e Darcy Ribeiro concebendo as nações como “proletariados externos” colocavam ambos a questão decisiva do imperialismo no final do século XX: a existência do povo brasileiro atrelado a um sistema

internacional de exploração, do qual os “centros reitores” tiram vantagens locupletando-se com a espoliação neocolonial. Leonel Brizola e Darcy Ribeiro regressaram de um longo exílio com essas diretrizes políticas e cientes de que a classe dominante nativa, depois de 1964, não pretendia senão modernizar-se na rabeira das empresas multinacionais, sendo destas sócia menor e subalterna, portanto impossibilitada de aceitar a verdade contida no conceito de “perdas internacionais”, combatido por Collor, FHC e Lula como se fosse uma fixação neurótica na década de 1950, a época do nacionalismo modernizador, enfim, um conceito obsoleto sem fundamento na atualidade.

De olho na evolução da classe dominante na América Latina, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro chamavam a atenção para o entrelaçamento do imperialismo com os interesses das classes dominantes nativas. Estas iriam se tornar ideologicamente supletivas com função meramente secundária e ornamental, entregando o comando da prioridade aos gerentes das multinacionais, e com isso praticando uma espécie de autofagia masoquista como classe dominante. O darcabrizolismo é a ênfase de que sem romper com a construção imperialista do domínio externo, o progresso social e econômico jamais se tornará generalizável à maioria da população, por conseguinte o genocídio do povo brasileiro é um elemento necessário e constitutivo da dominação imperialista, verdade essa também anunciada pelo cinema nacionalista e revolucionário de Glauber Rocha, cuja estética era diametralmente avessa ao atual pornochiquegenocida da TV dominante, a qual faz o jogo dos estamentos multinacionais e dos organismos financeiros que comandam o Estado brasileiro.

Era inevitável o antagonismo político da Rede Globo com Leonel Brizola, chegando do exílio sem jornal, sem rádio, sem apoio dos professores e estudantes socializados durante a ditadura. No ano de 1989 teríamos a primeira eleição a presidente da República com a utilização da TV. Transcorridos 25 anos do fatídico 1964, o clarim militar que determinava os rumos políticos da sociedade brasileira haveria de ser substituído com as eleições diretas pelos meios audiovisuais responsáveis pela percepção da realidade. Despauteário seria supor que tenha sido por surto paranóico que Leonel Brizola

brigou com a Rede Globo, escolhendo por adversário o doutor Roberto Marinho, o qual manteve íntimas e promíscuas relações com a cúpula do regime militar, culminando com o governo Sarney e o seu ministro da comunicação, Antônio Carlos Magalhães, o ACM da maldade.

Nas eleições de 1989 o principal adversário da TV Globo era Leonel Brizola, e não Luís Inácio Lula, o qual, em 2002, revelar-se-ia um bom companheiro, se é que não o tivesse sido também naquela ocasião. Nas eleições vindouras a TV hegemônica apoiaria FHC, o candidato que tinha o Plano Real como célula eleitoral, tornando-se evidente que a partir daí a Rede Globo deixou subitamente de ter adversário ideológico, como se não mais houvesse antagonismo entre a TV coadjuvante da dominação externa e a emancipação popular e nacional, tanto que na disputa entre Lula e José Serra a posição da TV foi a de equidistância, parecendo pouco se importar com o resultado eleitoral, pois estaria em bons lençóis com um ou outro. Este é o comportamento da TV: ganhou, tem nosso apoio. É como se a partir da derrota do nacionalismo trabalhista, a TV hegemônica não mais tivesse adversário ideológico. A ideologia da TV permanece a mesma de 1965 para cá no que tange à subordinação internacional do país.

No velório de Roberto Marinho compareceu Leonel Brizola preocupado com a possibilidade de grupos estrangeiros (Murdoch e Moon) comprarem a TV Globo. O processo de internacionalização da prioridade atingindo a superestrutura midiática é tão grave quanto a privatização internacional das Forças Armadas. Coincidindo com a morte do doutor Roberto Marinho, a TV cumplice das perdas internacionais (como aliás todas as outras o são) estaria correndo o risco de ser comprada pelo capital estrangeiro, sem nem ao menos os proprietários brasileiros exercerem a função de sócio menor, ou seja, sem direito a um misto-que. Não nos esqueçamos da advertência feita por Nelson Werneck Sodré: “O imperialismo é um monstro que devora os seus aliados”.

Brizolismo pós-Leonel Brizola e o enigma brasileiro

Leonel Brizola num lance de modéstia que não desata certa pitada de fina ironia, se autodefiniu como um empírico, mas isso, no entanto, não deve ser entendido como algo antípoda a intelectual ou alguém desprovido de formulação teórica. Se há um homem público entre nós que se destacou pelo manejo e cultivo da idéia, esse político sem dúvida chamava-se Leonel de Moura Brizola. O tempo todo com o Brasil na cabeça; aliás, Brizola sempre foi uma idéia de Brasil na cabeça.

Palestrando na UNE, no Rio de Janeiro, em 1961, pouco antes de ser deflagrada a Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul, ele reivindicou o imperativo categórico de "raciocinar apenas em termos de Brasil, vendo unicamente a nossa terra e o nosso povo". Essa impregnação telúrica em seu pensamento, essa autoctonia política foi resonsável pela capacidade de resistência vital e, no contexto da Guerra Fria, por ter-se mantido mentalmente equidistante tanto da URSS quanto dos EUA. A chamada história universal não lhe inibiu a palavra e as atitudes. O que realmente é espantoso em sua atividade política, observável desde quando tinha trinta e poucos anos de idade, é a forma e o conteúdo descolonizados de seu pensamento, avesso a repetir as fórmulas ensaiadas alhures, tanto que ao valorizar e preservar "um pensamento emancipador", ele se insurgiu contra "as pontas do dilema ideológico do nosso tempo", ou seja, o dilema entre o marxismo soviético e o liberalismo ianque. O caminho da nossa emancipação na luta contra a miséria, a doença, o analfabetismo, não teria de se espelhar nem em um nem em outro. Querer espelhá-los, mesmo na

órbita do pensamento, já traduziria a perda do inconformismo, que é a verdadeira característica do político livre e independente. Abjurar de exercer um pensamento emancipado é um melancólico sinal de acomodação típico dos políticos medíocres, vítimas do “negativismo crespular” (a expressão é de Leonel Brizola), da falta de combate e do ceticismo. O surpreendente neste discurso notável, um dos mais belos e comoventes pronunciados por ele, é que a exaltação do espírito de rebeldia, feita por um “governante inconformado com a realidade do seu Estado, do seu país e do seu continente”, está direcionada à reflexão de um caminho civilizatório específico, particular e original. E, nesse aspecto não foi por acaso o seu encontro e a sua amizade com o antropólogo e educador Darcy Ribeiro que elaborou no final da década de 1960 o conceito de “povo novo” em seu clássico livro *O Processo Civilizatório*, que exhibe inegáveis pontos em comum com a formulação épica e didática do cineasta Glauber Rocha sobre a *Estética da Fome*.

Brizola, Darcy e Glauber são três expressões de um mesmo pensamento brasileiro livre e emancipado: desenvolvimento, educação e arte. Acredito que se Glauber Rocha tivesse vivido mais alguns anos, ele teria militado no PDT; mas o pioneirismo na esfera da práxis política cabe a Leonel Brizola com o seu governo revolucionário no Rio Grande do Sul, “experiência-piloto para todo o Brasil e para a América Latina”. Nessa altura, logo em seguida ao governo, sob muitos aspectos, entreguista de JK, a palavra “revolução” para Leonel Brizola valia desenvolvimento com reformas. “Desenvolvimento sem educação é criação de riqueza apenas para alguns privilegiados”. O lema estava posto: o máximo de educação com o mínimo de dinheiro. Antecipação dos Cieps e denúncia do desenvolvimento socialmente restrito implantado pelo governo Juscelino, o qual aumentou as disparidades regionais pela “concentração geográfica do desenvolvimento em limitada área do país, e, ainda assim, concentração em favor de grandes grupos econômicos”. A isso Leonel Brizola dá o nome de “doença econômica”. São os Estados Unidos a principal base aqui reside a essência do pensamento brizolista – está sobredeterminado pelas relações que nós entretemos com a nação dominante

do sistema capitalista: os Estados Unidos. Sem rever e alterar essas relações é impossível eliminar o subdesenvolvimento, o atraso, a miséria, o analfabetismo. O problema da nossa vida social decorre do modo como nós nos relacionamos com os Estados Unidos. A essa conclusão Leonel Brizola chegou lá no Rio Grande do Sul, digamos, pela via empírica do governante, mas não por ser comunista ou pela leitura de textos marxistas, sendo nesse aspecto diferente de seu amigo Darcy Ribeiro, que primeiro tomou conhecimento de Marx e Lênin ao passo que a escola política de Leonel Brizola foi Getúlio Vargas antes mesmo do libelo nacionalista contido na *carta-testamento*.

Nesta lúcida conferência de junho de 1961, antes da renúncia de Jânio Quadros e do veto dos militares à posse de João Goulart, declarou Leonel Brizola que não era inimigo dos Estados Unidos, mas a essa altura os Estados Unidos o tinham como o principal adversário na América Latina. Aí começou a imensa dificuldade que o imperialismo norte-americano colocou na vida pessoal e política de Leonel Brizola. Esse homem não poderia jamais chegar à presidência da República porque ele era antiimperialista, embora não fosse comunista. E com um dado deveras complicador: Leonel Brizola era um político mais descolonizado do que qualquer outro político da história do Brasil. Luís Carlos Prestes terminou sua vida homenageado pelo PDT. O que importa assinalar contra aqueles badamecos que negam a dimensão intelectual da atividade política de Leonel Brizola é a sua precóce, profunda e totalizante compreensão da ideologia colonialista na etapa imperialista do capitalismo mundial. “Um dos fatores do nosso atraso não está apenas no intercâmbio econômico que vem carregando há décadas a nossa riqueza para os Estados Unidos, e outras nações de vanguarda do mundo ocidental. Não é esse intercâmbio em si mesmo, por nocivo, pernicioso que seja, o grande mal; o mal está, sobretudo, nas implicações, nos efeitos, nos resultados internos desse intercâmbio, que paralisam o país por reter o Brasil numa cadeia de dependência que, além de econômica, é psicológica; além de psicológica, é política”. Uma formulação tão arguta como essa é difícil de ser encontrada no mundo acadêmico, mas o prestígio de ser

intelectual ficou com FHC, Weffort, Florestan Fernandes etc. o que revela como o fabrico da notoriedade intelectual não é uma operação inocente.

O discurso de Leonel Brizola, pronunciado na sede da UNE do Rio de Janeiro em meados de junho de 1961, é um primor de reflexão sociológica, ao deslindar os interesses anti-sociais sustentados pelas relações externas com os Estados Unidos, antecipando o que haverá de melhor na produção intelectual do ISEB sobre a sociologia da alienação colonial. O cerne de seu raciocínio era este: impossível reformar o país, realizar as reformas de que o Brasil carecia e ainda carece, sem tocar nas relações com os Estados Unidos. Indo fundo na questão e anteendo prodigiosamente o que aconteceria três anos depois com o golpe. “Não estou aqui preconizando que se deva enfraquecer, ou que se deva romper as relações entre os dois países. Isto seria um absurdo. Preconizo, sim, que estas relações se desenvolvam em outros termos. É o que me preocupa, é que o dia em que o Brasil e os brasileiros resolverem reformar, como precisamos, o sistema de relações, iremos assistir aos porta-vozes americanos nos acusarem de inovadores comunistas intrigando-nos com a opinião pública mundial, aqui dentro, em soez campanha destinada a inutilizar os nossos esforços”. Dito e feito. Veio a ditadura, veio a abertura e continua essa necessidade imperiosa — hoje mais do que nunca — porque as relações subalternas com os EUA se aprofundaram.

Em 1961 Leonel Brizola aludia à Petrobrás e à hostilidade dos EUA, advertia que adiar a dívida não resolveria o problema, mas acreditava então que o governo dos Estados Unidos pudesse se desvincular das empresas norte-americanas que estavam atuando dentro da economia brasileira, cuja erradicação seria o pré-requisito do nosso desenvolvimento. O curioso é a sua abordagem do elemento ideológico, pois essa deplorável interferência dos interesses de grupos econômicos americanos na economia é justificada por uma “casta de milionários seus associados e dependentes indígenas”, exibindo uma psicologia de colonizado que atinge todos os setores da sociedade. Não conseguiremos ser donos do nosso nariz, não alcançaremos a autodeterminação da nação com as empresas multinacionais dando

as regras do jogo: “Nenhum povo pode ser senhor do seu destino enquanto sobre este se deliberar nos escritórios de Nova York”. Com as ordens emanadas desses escritórios argentários, de nada valem a Aliança Para o Progresso e os programas de alimentos para a paz. Ele cita o caso de Cuba que, vitoriosa a revolução, quis entrar em acordo com os Estados Unidos, mas estes intransigentes não arredaram pé na defesa dos grupos econômicos norte-americanos que espoliavam a ilha. Nessa magnífica conferência de 1961 Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul aos 39 anos de idade, não preconizava a revolução socialista como única alternativa possível para remover o processo espoliativo dos grupos econômicos norte-americanos. Nesse sentido ele foi um líder reformista, modernizador, nacionalista, terceiro-mundista, antiimperialista, mas não um marxista engajado na revolução socialista e proletária.

Onde estão os nexos da história de 1930 até agora? A percepção sociológica da realidade quem a possuía, com jeito simples e didático de dizer as coisas, era ele quando escancarou que a cabeça tucana é uma *joint venture* a serviço dos interesses internacionais para leiloar os Brasils. Ainda que se lastimem todas as suas parlapatices, o governo Lula não concluiu a privatização tucana. Esta foi estancada, mas não retroagida nem julgada para mostrar o seu caráter antinacional. É que o imperialismo não sofreu nenhum arranhão com o governo udistoque paz e amor de Lula.

Existe um nexo condutor tecendo o que o jovem Leonel Brizola estava pensando desde 1945 com um pensamento político eivado na tradição gaúcha. Em 1961, investido da função de governante, preconizou a “solução nativa” que recusava a polaridade da Guerra Fria entre URSS x EUA. Não queria tomar partido diante dos “dois mundos em Guerra Fria”, mas estava a fim de buscar um “destino próprio para o povo brasileiro”. A opção era a seguinte: “qualquer cidadão tem de decidir-se entre a posição de patriota ou de traidor”. A compreensão do fenômeno imperialista adveio-lhe da vivência política e administrativa. Constatou que a descapitalização do Rio Grande do Sul era consequência do “processo espoliativo internacional”. Impossível resolver os problemas regionais do país sem dar um jeito nesse

processo espoliativo internacional. “A estrutura interna e o processo espoliativo são irmãos siameses, são partes inseparáveis de um mesmo sistema”. Mais tarde trocaria a expressão “processo espoliativo” por “perdas internacionais” a fim de nomear a mesma coisa: a exploração imperialista.

Ao proceder a uma anatomia do sistema espoliativo, o governador gaúcho foi escolhido como o principal adversário a ser abatido na política brasileira. “A espoliação da América Latina e do nosso país se processa através de uma complexa comunidade de negócios, essencialmente com base nas corporações econômicas norte-americanas e seus associados e dependentes locais, estes em geral formando as classes dominantes. Nem uns nem outros representam, em si, os povos de seus países”. Todas essas citações são extraídas de uma conferência de Brizola feita num colégio em Porto Alegre a 20 de outubro de 1961. Que se compare, para saltar aos olhos a diferença, o nível sociológico de seu discurso com o que à época se produzia na área das ciências sociais. Por aí se percebe a perfídia sobre o Leonel Brizola “intelectualmente bronco”, conforme eu ouvi várias vezes quando estudava ciências sociais na USP durante a década de 1970.

Repito: pegue, caro leitor ou leitora, um sociólogo como Florestan Fernandes discorrendo sobre a estratificação social e compare-o com o que o jovem governador do Rio Grande do Sul estava formulando no início de sua carreira. Isso para não mencionar o vexame dado pelos discípulos do mestre Florestan Fernandes que chegaram ao poder sob as ordens do esquema espoliativo multinacional, justamente o avesso do nacionalismo brizolista da década de 1960 que almejava serrar as pernas desse modelo ancorado nas grandes multinacionais e que aplaudia “a luta dos revolucionários cubanos contra o processo espoliativo”.

Leonel Brizola conferenciou em Porto Alegre depois da emenda do parlamentarismo que deixou o presidente João Goulart imobilizado. Referindo-se a Jango: “Ele está se portando como uma pessoa que, comprando um par de sapatos, só tenha recebido um pé”. O jornalista Maia Neto, em livro publicado no ano de 1965, *Brasil Guerra Quente na América Latina* (editora Civilização Brasileira) assinalou

que foi à resistência épica de 1961 de Brizola “que Jango deveu a sua sobrevivência política”. Anteviu que alguma coisa de ruim estava para acontecer, como efetivamente aconteceu com o golpe de 1964. O que define o seu pensamento político é que a erradicação do subdesenvolvimento pressupõe a emancipação do povo brasileiro da espoliação estrangeira. Não foi preciso esperar pelo obscurantismo repressivo de 1964 para ele, antes e logo depois da resistência em Porto Alegre, ser amaldiçoado como “homem perigoso” pelo IBAD e pelos jornais *O Estado de São Paulo*, *A Tribuna da Imprensa* e *O Globo*. A superestrutura ideológica no início dos anos 1960 era antibrizolista no Rio e em São Paulo.

O meia quatro não aconteceu de repente, de um dia para o outro. O raio de ação do imperialismo aprofundou o nível de alienação nacional, atingindo a imprensa e as Forças Armadas. Em 1960 a imprensa reacionária estava empenhada em intrigá-lo com o povo paulista, como se o governador gaúcho fosse contra São Paulo, o que não é verdade, conforme se verifica pelas alusões positivas e elogiosas ao peabero de Sorocaba ao Rio Grande do Sul, consignando nesse caminho que a sua família descendia dos paulistas ao enaltecer os bandeirantes e as monções. Configurou-se na cultura de São Paulo, fruto de prolongada cruzada midiática e empresarial, um preconceito antibrizolista espalhado na arraia miúda e nas cátedras universitárias. Não se tem notícia de nenhum grande professor das letras, artes e ciências – um Sérgio Buarque de Holanda, um Antonio Candido, um Alfredo Bosi – que tivesse antes e depois de 1964 analisado o pensamento político de Leonel Brizola, o mais longo exílio na história do Brasil. A academia ficou com boca de siri-mole. Os nomes desses ilustres professores são citados porque eles são de esquerda, democratas, socialistas, humanistas, e têm exercido considerável influência na opinião pública de São Paulo, além de que em 1964 já estavam intelectualmente formados e maduros, portanto sabiam de cor e saltado o motivo de a ditadura cair de porrete em cima de determinada pessoa proscrita à semelhança de Tiradentes.

A coragem do governador do Rio Grande do Sul, dividindo o Exército e organizando a resistência popular, tinha por mote a emancipação

intelectual, ou seja, a capacidade de pensar com independência os problemas do país, sem reproduzir, como ele mesmo disse, “os figurinos de importação, quer de Moscou, quer de Nova Iorque”. Esse pensamento nacionalista afirmava o povo e recebia a desaprovção de professores que lidam abstratamente com idéias e livros como os opositores do “autoritarismo”. O PSDB, o novo perrepe pós-moderno, ponta de lança do capital financeiro multinacional, foi apodado de “partido de professores”, espalhando a fama de Leonel Brizola antiintelectual. Curiosamente ele passou a ser visto como inimigo dos Estados Unidos e de São Paulo. Essa pichação de antiintelectual o perseguiu a vida inteira: ele que, estudante, tinha por hábito tirar o primeiro lugar. Um tremendo CDF. Secundarista em 1943, destacou-se cursando o Colégio Julio de Castilhos em Porto Alegre. Em 1955 foi diretor de um jornal de nome *Clarim* em formato tablóide, um homem dotado de uma grande capacidade de lidar com a comunicação impressa, radiofônica e televisiva.

Os organismos de cultura, imprensa, editora, universidade, não o consideravam uma pessoa que merecesse apreço intelectual. A dura dura de 1964 se empenhou em eliminar qualquer menção ao seu nome, o que foi plenamente atendido pela civildade paulista pós-64. Nem operário, nem estudante, nem professor queria saber de Leonel Brizola, simplesmente porque não se ouvia falar dele. Estava edificada a muralha antibrizolista na terra dos bandeirantes. A diferença é que Getúlio Vargas conseguiu se eleger aí senador, enquanto Leonel Brizola teve uma péssima votação nas eleições presidenciais de 1989.

Darcy Ribeiro dizia que São Paulo foi o lugar escolhido para as multinacionais atuarem no Brasil, em cuja superestrutura ideológica houve um corte em relação ao que aconteceu antes de 1964. Jogaram pedra em cima da memória do trabalho. Uma parcela considerável da intelectualidade em São Paulo achou que a ditadura havia começado em 1968. A imprensa paulista foi unanimemente a favor de expulsar João Goulart do poder. E a despeito das aparências mineiras e cariocas, o dispositivo material e o arsenal estratégico do golpe de 1964 são obra dos empresários de São Paulo associados às corporações multinacionais. É complicada a inserção de São Paulo no conjunto

brasileiro. O imperialismo impede a união de uma coisa com a outra, assim como dificulta a harmonia dos países latino-americanos.

No Instituto Alberto Pasqualini, no Rio de Janeiro, encontrei-me com José Talarico, 89 anos, 22 de janeiro, 2005, dia do aniversário de Leonel Brizola.

– Talarico, por que São Paulo não gosta de Vargas?

– Não há motivo algum. Ele em 1931 salvou São Paulo. Eu sou paulista. Fui expulso de lá porque propus nos anos 1940 uma homenagem *honoris causa* a Getúlio. As elites de São Paulo não me perdoaram.

Sobre o 1932 paulista há um estudo excelente do historiador Ivan Alves a que infelizmente ninguém alude – “São Paulo contra Vargas”, publicado na coleção de 1982, *Os Grandes Enigmas da Nossa História* (Otto Pierre Editores, Rio de Janeiro). Nele é desmistificado o impeto democrático dos paulistas insurgentes a favor da reconstrução e nacionalização do país. Se os operários não embarcaram no movimento anti-Vargas, muitas foram as empresas estrangeiras que contribuíram com dinheiro. Escreve Ivan Alves: “Paralelamente, havia negociações para que Washington reconhecesse o estado de beligerância de São Paulo”. Isso lembra a Minas golpista de Magalhães Pinto em 1964. Os paulistas contra Vargas eram saudosos da República Velha, com quatro presidências de São Paulo. Exilados, alguns deles foram curtir as delícias do Monte Estoril em Portugal e ouvir Maurice Chevalier no Moulin Rouge em Paris. O movimento São Paulo De Pé Por Ele, mesmo chutando a traseira do Brasil, contou com a simpatia do poeta Guilherme de Almeida e, pasmem os leitores, do escritor Monteiro Lobato, que era separatista em 1932, quando escrevia coisas assim: “O norte inteiro é nosso inimigo instintivo. O Rio Grande do Sul não é amigo. Minas Gerais cuida de si. O fato de sermos irmãos não implica amizade e apoio. A atitude única que o instinto de conservação impõe a São Paulo, depois da vitória, deverá expressar-se nesta fórmula: hegemonia ou separação. Ou São Paulo assume a hegemonia política que lhe dá a hegemonia de fato que já conquistou pelo seu trabalho no campo econômico e cultural ou separa-se”. O 32 paulista queria o retorno dos oligarcas que foram aliçados pela revolução de 1930. Em 1964 a locomotiva chegou em seu paradeiro: São Paulo

alcançou a hegemonia que perdura até hoje com Luís Inácio Lula da Silva, um ex-operário nordestino que, trabalhando nas fábricas multinacionais de São Paulo, tornou-se admirador da burguesia paulista embrenhada desde os tempos fazendeiros nos cipós das finanças internacionais.

É impossível falar qualquer coisa sobre a vida de Leonel Brizola sem correlacioná-la com aquilo que nunca lhe deu refresco: o capital multinacional. Foi este que não o deixou chegar à presidência da República. As outras coisas, os outros fatores foram secundários. Quando o jovem estudante de engenharia sensibilizou-se com o quererismo nas ruas de Porto Alegre, engajando-se na criação do PTB numa orientação nacionalista oposta ao entreguismo do PDS de Dutra, o capital multinacional o colocou na mira do gatilho como inimigo: “Eu sou a continuidade de um processo na vida deste país, que vem do início do período Getúlio Vargas, quando começou a unificação do povo trabalhador, ainda na década de 1930”.

O pensamento político de Leonel Brizola começou a ser articulado em 1945 com a deposição de Vargas pelo imperialismo norte-americano. Portanto, o legado varguista o fez nascer politicamente com a identidade antiimperialista; aliás é isso que o diferencia de seu mestre Getúlio Vargas, que foi palmilhando o caminho do antiimperialismo no decurso de sua trajetória, culminando com o trágico líbelo da *carta-testamento*.

Há duas forças políticas adversas que marcam a vida política de Leonel Brizola: o quererismo *versus* o imperialismo. Essa contradição está na raiz de seu pensamento, através da qual ele analisou as performances semelhantes de Roberto Campos, de Pedro Malan e de Antônio Pallocci. Performances todas vitoriosas porque ditadas pelos interesses das classes dominantes multinacionais. O que hoje dá o tom e o compasso à cultura política é o pragmatismo cínico que enaltece a “competência” de um FHC chegando à presidência da República sem nunca ter tapado um buraco de sua rua, e o “incompetente” Leonel Brizola que, engajando-se na militância política des- de jovem com garra e obstinação, colocando várias vezes sua vida em risco de morte, não cumpriu no entanto a legítima vocação de ser

presidente da República, o que revela mais uma vez como a história do Brasil é malvada com os políticos que gostam do povo. Evidentemente o sociólogo das multinacionais teve um destino ameno, confortável, aprazível e bem sucedido: um caso de conformismo colonial que seguiu à risca os ditames da ideologia dominante.

Leonel Brizola veio ao mundo politicamente num contexto da Guerra Fria marcado pelo domínio crescente das multinacionais, que se tornariam a classe dominante da sociedade brasileira, ou seja, a classe social que faz o Estado e determina toda a superestrutura ideológica. O ano de 1945 inaugura a fase da supremacia do capital monopolista: daí em diante os principais atores da história do Brasil são as multinacionais. Foi o capital monopolista estrangeiro quem derrubou Getúlio Vargas e João Goulart. É a tese de René Armand Dreifuss, cujo título resume a tomada do poder pelas multinacionais, que começam com o Plano de Metas a produzir aqui bens manufaturados – 1964: *A Conquista do Estado*.

Antes de deixar Brasília rumo ao exílio no Uruguai, João Goulart deu a sua interpretação do golpe: “A revolução não é contra mim, é contra as reformas. Se renunciasses a elas, continuaria. Se quisesse restringir prerrogativas dos trabalhadores, continuaria. A lei que regulamentou a remessa de lucros para o exterior está na base do movimento militar. A CIA está inspirando tudo”. Às vezes me ponho a matutar o quanto João Goulart sofreu no exílio, amaldiçoado pelos golpistas vencedores de 1964 e pelos que foram derrotados. Do exílio mandou recado em 24 de agosto de 1964: “Duas vezes preferi o sacrifício pessoal de poderes constitucionais à guerra civil e a dar à nação um banho de sangue. Imaginei, inicialmente, que à sanha dos poderosos bastava a violência sobre o presidente deposto e esperei que a injustiça recaísse apenas sobre mim”.

As Forças Armadas cometeram o maior erro de sua história – numa atitude deplorável contra o povo brasileiro e contra si mesmas. Rememorando esse infortúnio trágico em 2004, Leonel Brizola falou o seguinte: “os graúdos de sempre se juntaram com os militares que, por sua vez, ficaram segurando o povo como se fosse uma vaca leiteira para que eles pudessem ordenhá-las”. As Forças Armadas ocuparam o país

como forças delegadas do imperialismo norte-americano. Estima-se que, aproximadamente, 24 mil nordestinos foram massacrados em Canudos. E em 1964 quantos brasileiros foram vítimas dessa degola política? Um massacre, aliás, que continua ainda até hoje, não obstante a fachada desta democracia orquestrada pelo Banco de Boston.

Leonel Brizola não chegou à presidência da República depois da ditadura. Sua grande chance foi em 1989: agora, se dizia à época, não é depois. Em 1989 havia chegado a hora dele. O deputado Brandão Monteiro batalhou por uma chapa Brizula, mas o PT não encarou a aliança e preferiu ser coadjuvante da televisão colorida. No velório do doutor Roberto Marinho, contou-me o jornalista José Augusto Ribeiro que lá esteve, Leonel Brizola foi bem recebido pela viúva. Estava lá estendido no caixão o seu adversário ideológico mais poderoso. Curiosas, as pessoas queriam saber o motivo de ele ter ido ao velório do proprietário da televisão que não lhe deu trégua durante décadas de combate. A história colocou no meio dos dois o golpe de 1964, embora a concessão televisiva lhe tenha sido assegurada no papel por Jango. O sucesso da TV Globo implicou um acordo com os militares golpistas a mando do imperialismo norte-americano: o ataque permanente ao trabalhismo nacionalista de Leonel Brizola. Segundo o historiador Hélio Silva ("Nos Braços do Povo", 1951-1954), a televisão nasceu com a marca da UDN, assim como a imprensa em sua maioria era de oposição ao governo de Getúlio. O trabalhismo vargojanguibrizolista nunca teve comunicação impressa e audiovisual. Inexiste trabalhista de peso que tivesse sido proprietário de algum meio de comunicação: jornal, rádio, TV. O triste episódio do *Última Hora* de Samuel Wainer ficou famoso, mas Getúlio nunca foi dono do jornal. Se fosse dono de jornal, não haveria o menor problema em convidar Samuel Wainer para dirigi-lo, assim como teria sido outra história se João Goulart fosse proprietário de uma empresa de comunicação dirigida pelo jornalista Cláudio Abramo.

O imperialismo norte-americano agiu sempre com o intuito de impedir a comunicação do trabalhismo nacionalista. Para este, depois de 1964, tornou-se impossível conseguir um meio de comunicação de massa. Dono de jornal Getúlio não foi, nem Jango, nem

Brizola. Todos os veículos de comunicação de massa se posicionaram contra Vargas em 1954 e a favor da derrubada de João Goulart 10 anos depois. Isso significa que a videofera na sociedade brasileira esteve respaldada por um golpe de Estado, cujo principal inimigo foi e continua sendo o trabalhismo nacionalista.

As desavenças ocorridas com a TV Globo depois do retorno de Leonel Brizola do exílio: Proconsult, Sambódromo, Rock in Rio, Plano Cruzado, candidatura Darcy Ribeiro, eleições presidenciais de 1989. Sem esquecer que em 1954 a Rádio Globo abriu os seus microfones para Carlos Lacerda injuriar Getúlio Vargas, chamando-o de tudo quanto é nome feio. A mesma coisa sucederá em 1964 apoiando o golpe, de quem será beneficiária a TV Globo inaugurada em 1965 com a ajuda técnica e financeira do grupo Time-Life, cujas dívidas foram salgadas em 1971 graças ao empréstimo concedido pelo governo Médici, através do qual (com a presteza da Caixa Econômica Federal) far-se-á a "nacionalização" da TV campeã de audiência que liquidou com todas as TVs concorrentes. Assim foi o parto monopolista da Rede Globo, em simbiose com a ditadura meia-quadro pró-imperialista; mais tarde com as eleições será o "palanque eletrônico" da democracia, de acordo com a expressão de que se valeu Leonel Brizola para nomear o poder da TV, o qual no entanto não se manifesta apenas nos períodos eleitorais, pois vai conformando a mentalidade coletiva, num país ágrafo e sem escola, com programas de auditório e telenovelas, contribuindo para acentuar o "mutismo das grandes massas ignorantes e apáticas", a que se referia em 1956 o filósofo Álvaro Vieira Pinto conferenciando no ISEB.

Imagine-se o que diria esse filósofo sobre a "progressiva autoconsciência das massas populares" depois do aparecimento dos tentáculos, espalhados por todo o país, do capitalismo videofinanceiro. Quando chegou do exílio em 1979, Leonel Brizola encontrou o capital videofinanceiro em pleno funcionamento, interferindo na política do Estado, de modo que as duas vitórias a governador do Rio de Janeiro foram acontecimentos excepcionais por terem furado o arame financeiro e midiático. Essa barreira midiática inescrupulosa contra o trabalhismo vem de longe, conforme atesta um discurso notável

do deputado Leonel Brizola pronunciado em junho de 1963 metendo o sarrafo na canalhice de Assis Chateaubriand e de João Calmon de *Os Diários Associados*, um truste de rádios, de jornais, de revistas e de televisões, com 40 ou 50 órgãos de divulgação.

A videofera antinacional foi o instrumento mais eficaz da dominação ideológica. A sua abrangência atingiu até mesmo a forma da mensagem audiovisual brizolista: esteticamente ou semiologicamente a TV Globo não deixou de imiscuir-se na campanha eleitoral de Leonel Brizola à presidência da República em 1989. A mensagem era trabalhista de esquerda, mas a forma se pautava pela estesia televisiva anti-brizolista. Essa esquizofrenia foi fatal à campanha de Leonel Brizola na TV. Infelizmente Glauber Rocha havia morrido em 1981. Aliás, o Cinema Novo não deu o ar da graça em 1989. O “liberal” Roberto Marinho, conforme o prefácio na década de 1990 Franklin de Oliveira, sendo que este havia sido prefaciado em 1960 por Leonel Brizola, foi grato ao evento traumático de 1964, sem o qual a TV Globo provavelmente não alcançaria a mesma desenvoltura das últimas décadas.

É curioso como o eminente intelectual Franklin de Oliveira, de quem somos admiradores pela intensa sabedoria contida em seus livros, no momento de elogiar o jornalista Roberto Marinho é compelido a traçar um retrato um tanto quanto impiedoso da democracia janguista. “Um esquerdismo alucinado, um populismo peronesco, o caudilhismo de lideranças criadas na atmosfera do castilhismo, a conversão da necessidade de reformas de base em motivo de agitação nas ruas e *slogans*, a cooptação dos trabalhadores em nome de um trabalho de opereta, o desapareço pelas classes médias, a substituição da análise objetiva da realidade social pelo voluntarismo mais primário (...)”. Essas palavras não se justificam por mais contraditório e ambíguo que tenha sido o governo de João Goulart, do qual fazia parte um marxista e nacionalista como Darcy Ribeiro (do ministro Brochado da Rocha eram assessores Cibílis Viana e Paulo Shilling), junto com uma patota de direita à Roberto Campos, Moreira Salles, Jorge Serpa, Amauri Krueel, Nei Galvão e Carvalho Pinto.

Sobre o PTB o insuspeito Darcy Ribeiro dizia que era um partido do ideologicamente heteróclito, um saco de gatos – mas nele havia a

liderança de Leonel Brizola, um “minuano radical” segundo Maia Neto, para quem “Jango buscou o meio termo”, abusando da conciliação, da paciência e da indefinição. “Jango queria fazer uma administração reformista com pessoal do PSD latifundiário e anti-reformista”. Mas é preciso ir devagar com a louça no julgamento acerca do vacilo de Jango, pois se as “reformas de base” não fossem alterar profundamente a estrutura social do país, o imperialismo não as teria impedido na hora agá.

Graças ao jornalista Leite Filho temos uma narrativa minuciosa sobre o Plano Cruzado de 1986 e suas repercussões na sociedade brasileira. O taumaturgo José Sarney, ex-udenista, então presidente da República na seqüência biônica da morte de Tancredo Neves, posou durante nove meses de líder popular “socialista” com os seus fiscais da “inflação zero”, um plano eleitoral (denunciado por Leonel Brizola em março de 1986) que acabou por derrotar o pedetista Darcy Ribeiro candidato a governador do Rio de Janeiro, despertando admiração do trêfego Jorge Amado e até do idôneo historiador Hélio Silva, sem falar das lágrimas vertidas pela atriz Sônia Braga e pela economista Maria da Conceição Tavares. Foi esse Plano Cruzado um dos principais responsáveis pela derrota de Leonel Brizola nas eleições de 1989, depois da derrota de Darcy Ribeiro para governador do Rio de Janeiro em 1986, derrota essa amarga e dolorosa que talvez o tenha levado ao câncer: o “câncer Sarney”. Durante e depois de sua presidência, José Sarney nunca mencionou publicamente o nome de Leonel Brizola, como se este não existisse, nutrindo-lhe total antipatia e ojeriza, mas quando de sua morte escreveu oportunisticamente um artigo de jornal, que é um exemplo de cinismo e de má-fé. Artigo eivado de psicologismo barato. Sarney o acusa de ser um político ressentido por causa da morte do pai assassinado, sendo por isso um brigão com volúpia de pelear, não poupando os amigos. Brigou com Jango e Lula, que foi seu aliado e companheiro de chapa. Seria bobagem esperar de José Sarney outra atitude: o briguento Brizola foi um mero criador de caso! Em 1961, na cidade de Montevidéu, João Goulart e Tancredo Neves teceram o pacto da conciliação e da fraqueza em torno do

parlamentarismo. Esse pacto Leonel Brizola não engoliu; aliás, nesse episódio como em outros não há dubiedade em sua atitude: ele é o antídoto, o anti-Hamlet, que não hesita, sabendo o que quer na convicção e na certeza, sem titubeio e sem vacilo. Durante uma das crises do governo Goulart, Brizola lhe disse: "Nomeie Lott ministro da Guerra. Eu assumo o Ministério da Fazenda".

Governador do Rio de Janeiro desde 1983, Leonel Brizola não podia aparecer na TV Globo, que converteu José Sarney em 1986 no grande cabo eleitoral dos candidatos do PMDB. Ele percebeu a melhança desse plano com o congelamento de preços feito pela ditadura em 1964, tendo por artífice Roberto Campos; aliás, todos os economistas e tecnocratas do regime militar aplaudiram o Plano Cruzado, assim como os entusiastas deste iriam confeccionar o repeteco com o Plano Real de FHC, também lesivo ao povo brasileiro, segundo as denúncias de Leonel Brizola. Vivendo na penúria, desinformado, humilhado, o povo caiu de novo na esparrela do plano monetário Real para eleger FHC em 1994, o candidato oficial de Itamar Franco, que comeu gato por lebre ao embarcar no prestígio sociológico da USP. Conquanto as origens do capitalismo videofinanceiro estejam no regime inaugurado em 1964, não resta a menor dúvida de que o padrinho político da simbiose da TV com o Banco é José Sarney, em cujo governo a TV Globo atacou todos os dias o seu adversário, Leonel Brizola, proibido de aparecer na TV por ordem do Sepúlveda Pertence para impedir a vitória de Darcy Ribeiro no Rio. A TV Globo fez o diabo para Leonel Brizola não se eleger governador do Rio de Janeiro em 1982. Eleito, foi proibido de aparecer no *Journal Nacional* da Rede Globo durante os quatro anos de mandato.

Os parvos universitários, que negam dimensão intelectual ao "empirismo" de Leonel Brizola, não foram a público revelar o engodo do Plano Cruzado. Depois de sua morte li uma entrevista do jornalista Paulo Markun da TV Cultura de São Paulo. Um desastre, ou melhor: uma pérola petucanapaulistocêntrica. Ele ficou mordido por Leonel Brizola declarar que os governos de FHC e Sarney foram piores do que os militares. E não foram do ponto de vista da entrega do país ao imperialismo? O jornalista pisa na bola e dá bandeira dos

efeitos da cultura multinacionalizada de São Paulo: ele acha que o PT é herdeiro do trabalhismo, repete a ladainha de que Brizola apoiou Collor e quis esticar o regime militar com o prolongamento do mandato de Figueiredo quando toda oposição queria as "diretas já", enfim, Brizola estava caduco politicamente ao pedir a renúncia de FHC. Fico pasmo de saber, em 2005, que Moniz Bandeira, atualmente vivendo nas "Ouropas" sociais democratas, considera aulicamente Lula um executor da política do trabalhismo, assim como não perdoa a Leonel Brizola por não ter apoiado FHC em 1994. Gilberto Freyre estava com a razão quando, brincando, dizia que intelectual brasileiro não deveria aprender a ler alemão. Até agora os supostos defeitos da personalidade de Leonel Brizola – personalismo, caudilhismo, impontualidade, não cumpridor de compromissos, desorganizado, ruim na escolha de seus auxiliares, incapaz de aceitar novas lideranças etc. – não explicam os verdadeiros motivos pelos quais os seus poderosos adversários de direita ganharam a parada antes e depois de 1964. Há vários discursos veementes do deputado estadual Leonel Brizola no Rio Grande do Sul sentando a pua no caudilhismo. Quanto ao que seja personalismo, num país em que o povo fala "minha nossa senhora", terá sido ele um político personalista? Pois sim... E Sarney, e Collor, e Itamar, e FHC, e Lula, não são personalistas? E, sob o ângulo da carreira intelectual, não será porventura Moniz Bandeira um notável personalista?

É extremamente débil a percepção do fenômeno imperialista por parte dos professores universitários, os quais desdenharam ou levaram na galhofa o conceito sobre as "perdas internacionais" da economia brasileira, que é o conceito-chave do pensamento de Leonel Brizola adverso à instalação das multinacionais no Brasil a partir da Segunda Guerra Mundial, processo espoliativo esse que se irradiou a partir de então e que Getúlio tentou estancar na década de 1950, assim como Jango retomou tal propósito com a lei de remessa de lucros. O refrão do governo brizolista no Rio Grande do Sul – "Educação Popular e Desenvolvimento Econômico" – já implicava a necessidade de reverter o modelo colonial das perdas internacionais. A identidade do pensamento de Leonel Brizola é antiimperialista em seu nascedouro, nesse

aspecto mais radical e incisivo do que Getúlio Vargas e João Goulart, assim como mais descolonzado do que Luís Carlos Prestes.

Lá pela metade da década de 1950, Darcy Ribeiro era um intelectual marxista com uma formação diferente de seu futuro amigo e companheiro gaúcho da mesma idade, que depois militariam no PDT. Embora inclinado às idéias socialistas quando, nas ruas de Porto Alegre em 1945 ouvia emocionado dos trabalhadores o estribilho do queremismo varguista, Leonel Brizola terá uma compreensão do fenômeno do imperialismo lendo menos os livros de economia política do que pejeando na prática como governador do Rio Grande do Sul em 1959. E a essa época já despontava o seu caráter feito de decisão e vontade politicamente firmes como ponto de partida da reflexão sobre as feições regionais do Rio Grande do Sul, Estado que se deu mal economicamente, pauperizado durante o período JK, fato esse novo no cenário do nosso desenvolvimento desigual, que ensejou o protesto do escritor Franklin de Oliveira, espécie de manifesto contra a pobreza, no livro publicado em 1961, *Rio Grande do Sul: um Novo Nordeste*, prefácio do governador Leonel Brizola, que aceitou plenamente a tese do autor: o “governo neo-malthusiano” de JK (destinando 50 por cento à indústria automobilística e 2 por cento à indústria alimentar) provocou a nordestização do Rio Grande do Sul, convertido em “proletariado externo”, por sinal a mesma expressão freqüentemente citada por Darcy Ribeiro.

O prefácio de Leonel Brizola data de 20 de setembro de 1960, no qual aparece a dialética regional-nacional prenunciando a futura paráfrase sobre imperialismo: as “perdas internacionais”. Escreveu Leonel Brizola: “Verificamos que o ilustre patricio participa do nosso ponto de vista de que a crise que suporta o Rio Grande do Sul é um problema de ordem nacional, tanto por se tratar de uma região importante do país, que responde com cerca de 10 por cento da renda nacional, como por representar um fenômeno que atinge muitos Estados da Federação, notadamente do Norte e Nordeste”. Nessa época já andava às turras com a Bond & Share e o “capital explorador estrangeiro”, consoante a orientação nacionalista de seu governo. Feliz iniciativa a do marxista Franklin de Oliveira por ter escolhido Leonel

Brizola para prefaciador de seu livro que denuncia o colonialismo interno e o processo de descapitalização do Rio Grande do Sul. Segundo Franklin de Oliveira: “Leitores apressados consideraram este *Rio Grande do Sul: um Novo Nordeste* um livro contra São Paulo, quando ele é apenas um livro a favor do Brasil meridional, do Nordeste, do Meio-Norte, da Amazônia, e de todas as áreas atrasadas do Brasil”.

Sabemos quão problemática foi a relação de Leonel Brizola com São Paulo, que nunca votou nele, boicotado pelo sistema intelectual paulista universitário, sabotado pela mídia antes, durante e depois do exílio de 1964. É encontrar agulha no palheiro um intelectual em São Paulo que seja brizolista. Getúlio Vargas, depois da porrada que levou em 1932, ainda conseguiu eleger-se senador por São Paulo; todavia com Leonel Brizola foi sempre jogo duro, preconceito, desinformação e injúria pesada. Já em 1960, Franklin de Oliveira pontuou a distinção necessária para explicar os futuros ataques anti-brizolistas: “O poder da plutocracia paulista não se fez apenas às custas do proletariado paulista, urbano e rural. Esse poder econômico, industrial e financeiro também se fez às expensas do proletariado externo – aquele que, em relação ao São Paulo dos magnatas, é constituído pelos demais Estados brasileiros, os Estados espoliados, as regiões desertadas”. Não se trata de estigmatizar São Paulo como o bode expiatório, mas sim de buscar a gênese dos desequilíbrios regionais. Franklin de Oliveira acusa JK, embora com o gaúcho João Goulart vice-presidente, não só de ter impedido a industrialização do Rio Grande do Sul. Este Estado acabou, no entanto, financiando a industrialização em outras unidades da Federação. Na ótica de Franklin de Oliveira, isso era consequência de um desenvolvimento “desigual e fissiparo”, em que São Paulo concentrou as multinacionais recolonizando os Brasis pobres e marginais. Prefaciado por Leonel Brizola, esse livro é emblemático, um prelúdio do que acontecerá com o cerco antibrizolista do colonialismo paulista, cujo aparelho ideológico representado pela USP recebeu com pedras na mão (e a teoria do populismo na cabeça) o retorno de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola do exílio em 1979.

O fracasso eleitoral do brizolismo tem aí a sua explicação: a ideologia dominante continua sendo a ideologia da classe dominante. O

colonialismo interno paulista ressoou no espírito universitário de São Paulo e na mídia bancada pelos gerentes das empresas multinacionais. “Cada vez que um porta-voz da Volkswagen, da Toshiba ou da Ford tosse, os ministros saltam sôfregos, pressurosos, oferecendo lenços para receberem o catarro dos espirros”, desabafou Darcy Ribeiro em seu livro *Pátria Grande*. Ao colonialismo paulista insuflado pelo desenvolvimento automobilístico de JK, acrescentem-se o golpe de Estado de 1964 e o aparato jurídico udenístico do governo Sarney, este em conluio com a TV Globo sediada no Rio de Janeiro. Aí então se configurou uma trincheira contra a qual Leonel Brizola não conseguiu romper e chegar à presidência da República. Evidentemente contribuiu para tal derrota eleitoral a direção audiovisual de seu programa em 1989, cujo procedimento não estava em consonância com o ideário trabalhista e nacionalista. A ausência de uma estética trabalhista atrapalhou a política do trabalho, hiato esse que tem perseguido invariavelmente as campanhas eleitorais do PDT.

Ao encampar em 1959 e 1962 as empresas multinacionais de energia e comunicação, Leonel foi estigmatizado de comunista e inimigo dos Estados Unidos; mas não era ele um político antiburguês na acepção marxista e proletária, e sim um líder popular anticolonialista e antiimperialista, apontando no processo espoliativo internacional a verdadeira causa do nosso subdesenvolvimento. Já no limiar da década de 1960 estava convencido de que era absolutamente necessário alterar a relação do Brasil com os Estados Unidos e as corporações norte-americanas, caso contrário teríamos um progresso restrito e meramente reflexo, ou como dizia Darcy Ribeiro, um progresso mixuruca confinado ao exíguo “clube dos contemplados”.

Segundo Darcy Ribeiro, o governo Vargas de 1930 a 1945 foi autocrático, nacional e sindicalista. Caiu no fim da Segunda Guerra Mundial derrubado pela potência hegemônica mundial. Os EUA não toleravam a política econômica nacionalista de Vargas. É curiosa a definição do regime estado-novista: autocrático, mas socialmente responsável, porque amparou o trabalhador contra o patrão e a polícia, deu oportunidade de organização sindical, estabilidade do emprego e salário mínimo.

Darcy Ribeiro sublinhou inúmeras vezes aquilo que a historiografia chapa branca elide: o que define o regime pós-64 é menos a autocracia militar do que a sua orientação antinacional e antipopular. O petucanismo deu maior ênfase à questão do autoritarismo e deixou à moita o caráter entreguista do regime, porque ambos os partidos – PSDB e PT – acreditam que não é possível existir uma via nacionalista modernizadora de desenvolvimento.

O imperialismo nos impõe como fatalidade a dependência. Isso caracteriza a direita de Dutra a FHC. Também Lula apela para o argumento da governabilidade: ou se governa de acordo com os interesses externos ou simplesmente não há governo. Essa opção pelo possível pragmático, ou o pragmatismo possível, pressupõe que somente existe um tipo de burguesia no Brasil: a burguesia associada aos interesses estrangeiros, sócia-menor, hoje quase *office-boy* das multinacionais, ou seja, inexistente burguesia nacional com possibilidade de auferir os seus próprios lucros sem dividi-los com o insaciável imperialismo.

Leonel Brizola dizia que não houve deposição do presidente em 1964, mas sim renúncia. O historiador Nelson Werneck Sodré refere-se a um governo sem poder: na verdade “a reação detinha o poder; não o tomou, apenas expeliu dele os elementos que temia”. Sobre o não derramamento de sangue: “as forças democráticas estavam politicamente derrotadas, em 1964, quando sobreveio a derrota militar, que apenas sancionou aquela, e por isso foi tão fácil, não encontrando resistência ponderável” (*Introdução à Revolução Brasileira*, 1967).

Leonel Brizola foi derrotado pelo colonialismo. O monopólio das empresas estrangeiras controla a comunicação. O governo Lula se alia aos latifundiários do *agrobusiness* exportador, no momento em que as grandes propriedades rurais pertencem aos estrangeiros. FHC entregou as empresas mistas e estatais para o controle externo, Lula está entregando a agricultura. É por isso que o espectro de Leonel Brizola ronda o Brasil de fio a pavio. A verdade é que a libertação do nosso povo viaja pela jangada trabalhista do Sul.





CONHEÇA NOSSOS OUTROS LANÇAMENTOS
www.carosamigos.com.br

Professor de folclore e de sociologia da arte, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Gilberto Felisberto Vasconcellos já escreveu vários livros, entre os quais destacam-se *O Cabaré das Crianças*, *O Príncipe da Moeda*, *A Salvação da Lavoura* e *O Xará de Apipucos*.

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM AGARAMOND, E IMPRESSO NA
PROL EDITORA GRÁFICA LTDA. SOBRE PAPEL OFF-SET 90G E CARTÃO ROYAL 250G.
FORAM PRODUZIDOS 1.000 EXEMPLARES EM MAIO DE 2005.